



QUI CORPO É ESSE?



Fundação
Roberto
Marinho

futura

QUI CORPO É ESSE?

Caderno de textos
1ª edição



CHILDHOOD BRASIL

Diretora Executiva

Laís Cardoso Peretto

Gerente de Programas e Relações Empresariais

Eva Cristina Dengler

Gerente de Advocacy

Itamar Batista Gonçalves

Coordenadora Administrativo- Financeira

Andrea Ciapina

Coordenadora de Parcerias Estratégicas

Thais Flosi Mendes

Analista de Comunicação

Alessandra Castro de Assis

Analista de Programas

Mônica Santos

Analista de Programas

Patrícia de Sousa Costa

Assistente Administrativo-Financeira

Elizabeth Lopes

Estagiária de Comunicação

Luiza Macedo Britto

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF

Representante do UNICEF no Brasil

Florence Bauer

Representante Adjunta do UNICEF no Brasil

Paola Babos

Chefe da Área de Proteção do UNICEF no Brasil

Rosana Vega

Especialista em Proteção do UNICEF no Brasil

Luiza Fachin Teixeira

Assistente de Programa da Área de Proteção do UNICEF no Brasil

Solange Lopes

Apoio para impressão desta edição: Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Presidente

José Roberto Marinho

Secretário Geral

Wilson Risolia

LEd - LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO

Gerente Geral

João Alegria

Gerente de Produção

Deca Farroco

Gerente de Implementação

Heloisa Mesquita

Gerente Canal Futura

José Brito

Coordenação de Implementação

Priscila Pereira

Líder de Projetos

Maria Corrêa e Castro

Produção Executiva

Joana Levy

Produção

Fabianna Amorim

Equipe de Implementação

Cíntia Sarinho

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Consultoria de conteúdo

Karina Figueiredo

Revisão Ortográfica

Érica Carvalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Paprika

Imagens

Split Studio

BigStockPhotos

Fundação Roberto Marinho e Canal Futura
frm.org.br | futura.org.br



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Que corpo é esse? [livro eletrônico] / [organização Priscila Pereira, Maria Corrêa e Castro]. -- Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2021. -- (Kit crescer sem violência)

PDF

ISBN 978-65-86001-08-2

1. Adolescentes - Abuso sexual 2. Adolescentes violentados sexualmente 3. Crianças - Abuso sexual 4. Crianças e adolescentes - Direitos 5. Crianças violentadas sexualmente 6. Educação sexual para adolescentes 7. Educação sexual para crianças 8. Saúde sexual 9. Sexualidade I. Pereira, Priscila. II. Castro, Maria Corrêa e. III. Série.

21-77063

CDD-362.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Abuso e exploração sexual : Criança e adolescentes : Problemas sociais 362.76

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este caderno é dedicado à memória de **Angelica Goulart**, falecida em 2016 - uma das grandes defensoras dos direitos e da educação das crianças e adolescentes no Brasil.



VAMOS FALAR SOBRE O CORPO!

Heloisa Mesquita

Gerente de Implementação do Laboratório de Educação da Fundação Roberto Marinho



Apesar dos grandes avanços da ciência e do modo de viver em sociedade, qualquer assunto relacionado à sexualidade humana ainda é envolto em inúmeros tabus. Quando o assunto é a sexualidade de crianças e adolescentes então... nem se fala!

Pesquisas apontam que a melhor maneira de prevenir a imensa incidência de violências sexuais contra crianças – ou mesmo a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis na adolescência – é o conhecimento do próprio corpo e seus limites. Neste contexto, o diálogo franco é fundamental desde a primeira infância, visto que a sexualidade surge no exato momento em que um indivíduo nasce, e não bruscamente durante a puberdade. Cada diferente etapa da vida precisa ser respeitada nestes espaços de troca, uma vez que esse desenvolvimento é lento, progressivo, e com questões bem particulares até que o indivíduo atinja a maturação sexual.

Quando não saciada em ambientes protetivos e preparados, a curiosidade sobre o corpo, sensações, sentimentos ou emoções relacionadas ao prazer pode colocar a criança ou o adolescente em risco. Estas descobertas, típicas das faixas etárias, podem encontrar na internet, por exemplo, um espaço ilimitado de conexões perigosas, interações violentas entre pares e conteúdos inadequados. Tornar crianças e adolescentes conscientes destes riscos, tanto nos ambientes presenciais quanto on-line, é fundamental para mantê-los seguros, para que possam ter um desenvolvimento saudável, e para que aproveitem o que a internet tem de melhor a oferecer.

Entretanto, para muitos pais e professores, falar sobre sexualidade com crianças e adolescentes não é tarefa fácil. Para ajudar nesta preparação surge a série *Que corpo é esse?*, parte integrante do *Projeto Crescer Sem Violência*, que tem como objetivo informar e instrumentalizar profissionais, educadores, crianças, adolescentes e famílias sobre a importância do autocuidado e do respeito ao direito à sexualidade. Enquanto os conteúdos do *Que exploração é essa?* e do *Que abuso é esse?* são voltados especificamente para jovens, adultos e profissionais do sistema de garantia de direitos, o *Que corpo é esse?* abre o diálogo sobre saúde e autoproteção com crianças desde a primeira infância.

Juntos, e em contextos educativos, estes três materiais têm se tornado importantes aliados no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, em especial das violências sexuais. Ao longo destes 12 anos de existência do projeto, algumas estratégias de implementação destes conteúdos foram adotadas: guias de uso dos programas, projetos de imersão em territórios específicos, oficinas de sensibilização para a causa em todo o território nacional, distribuição dos programas em diferentes mídias, campanhas, matérias jornalísticas, cursos on-line, lançamentos junto à rede de proteção, participações em congressos, seminários, e a elaboração do kit que compõe esse caderno inédito. Nele você vai encontrar textos atuais e elaborados por consultores de referência no assunto, construídos em diálogo com o Unicef, a Childhood Brasil, e apoio do Google, Facebook, Instagram, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e The Freedom Found.

É hora de deixar os tabus de lado e falar francamente sobre sexualidade para proteger nossas crianças e adolescentes.

Vamos juntos?

A INFORMAÇÃO É A MELHOR FORMA DE PREVENIR A VIOLÊNCIA

Lais Peretto

Diretora Executiva do Childhood Brasil

CHILDHOOD

PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA

FUNDADA POR S. M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

Nós, como parte da sociedade brasileira, devemos responder a uma grande lacuna: a ausência de uma política de prevenção às violências contra crianças e adolescentes.

Mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 90, que representou um grande marco para a proteção de meninas e meninos no país, ainda carecemos de uma política de Estado estruturada para trabalhar a prevenção das violências, principalmente a sexual.

Neste sentido, acreditamos que parte importante da estruturação e construção desta política deve inserir a temática da autoproteção e prevenção para crianças e adolescentes.

Orientar meninas e meninos sobre conceitos básicos sobre o tema, como partes privadas do corpo, segurança pessoal, consentimento e principais situações de risco e vulnerabilidade, pode, comprovadamente, fazer uma imensa diferença para evitar que sofram violências.

Contudo, um dos nossos grandes desafios está, precisamente, em atuar com a informação por meio da educação visando a autoproteção. Atualmente, muitos ainda acreditam que falar de educação sexual é falar da relação sexual. No entanto, a genitalidade é apenas um dos diversos aspectos a serem tratados dentro da educação sobre sexualidade. Quando falamos sobre este controverso termo, estamos falando sobre trazer informações, para crianças e adolescentes, sobre o que é ter um corpo, conceitos sobre gênero, diversidade, autoestima, respeito ao outro, consentimento, como se prevenir de possíveis violações de direitos, entre outros.

Uma criança ou adolescente sem informações básicas sobre seus direitos pode encontrar dificuldades ao buscar ajuda, uma vez que desconhece que tem direitos a serem respeitados. Meninas e meninos devem ser orientados, por exemplo, para saber que podem dizer não a um toque não desejado ou invasivo.

A impunidade gerada pelo silêncio e pela ausência de denúncias acaba naturalizando e legitimando as violências. E, infelizmente, para parte da sociedade a violência sexual contra crianças e adolescentes, apesar de ser um tema que gera incômodo, não é reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos, que acontece todos os dias, muitas vezes até tendo o agressor como parte ou próximo do núcleo familiar da vítima.

No material a seguir trataremos das questões aqui mencionadas. E é com alegria e entusiasmo que apresentamos os cadernos do Crescer Sem Violência, com a inclusão de novos e atuais conteúdos e a revisão e atualização dos textos antigos.

Uma das muitas novidades trazidas neste caderno é a apresentação e sugestão para implementação da Lei Federal 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, que estabelece o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências. Mas tem muito mais informações valiosas nas páginas que se seguem. Afinal, como disse ali no título, a informação é a melhor forma de prevenir esse problema tão urgente.

AUTOPROTEÇÃO, ACOLHIMENTO E UMA REDE FORTALECIDA

Rosana Vega

Chefe de Proteção da Criança e do
Adolescente da Unicef no Brasil



Toda criança e adolescente tem direito a uma infância segura. Tem o direito de brincar, de aprender, de crescer e ser protegida contra qualquer forma de violência. Conforme o artigo 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), os países signatários – incluindo o Brasil – devem adotar todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger meninas e meninos contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos e violência sexual, incluindo exploração e abuso sexual.

Segundo dados do Disque 100, só em 2019 foram feitas 17.029 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em um cenário de notória subnotificação, sabemos que o número real de crianças e adolescentes que sofrem esse tipo de violência é muito maior. A maioria dos casos acontece dentro de casa e o agressor é conhecido ou alguém da família.

Por se tratar de um fenômeno multifacetado e complexo, a violência sexual deve ser enfrentada em diferentes esferas. Em primeiro lugar, é fundamental mudar normas sociais que normalizam essa e outras violências. É preciso, também, aumentar o alcance e a qualidade dos serviços que atuam com vítimas e testemunhas de violência. O enfrentamento da violência sexual tem de ser prioridade, refletido em um maior investimento em políticas voltadas a ele. E é essencial investir na conscientização e no fortalecimento de todo o Sistema de Garantia de Direitos, incluindo crianças, adolescentes, famílias, e todas e todos os profissionais que atuam junto a eles.

É nesse contexto que este caderno se insere. Ele faz parte do programa Crescer Sem Violência, fruto de um longo trabalho de parceria entre o Unicef, o Canal Futura e a Childhood Brasil. O caderno constitui uma importante

ferramenta pedagógica para orientar profissionais que atuam com crianças e adolescentes – sobretudo professores, assistentes sociais e agentes de saúde – no desenvolvimento de habilidades para conscientizar meninas e meninos sobre autoproteção e prevenção contra violências, acolher aqueles que são ou foram vítimas, e oferecer-lhes o atendimento devido.

Atuando de forma articulada, esses profissionais constituem uma importante rede de proteção para cada criança e adolescente. Os serviços socioassistenciais são cruciais, sendo espaços de prevenção, denúncia e resposta à violência sexual, oferecendo apoio psicológico e social a meninas e meninos visando superar os impactos negativos sofridos pela exposição à violência. À Assistência, soma-se a Saúde, com todo o cuidado, orientação e atendimento que pode ser ofertado às vítimas.

Junto a elas, a Educação tem papel fundamental na proteção contra a violência. Educadores são profissionais que estão em contato diário com a criança ou o adolescente, podendo oferecer-lhes ferramentas para promover o autocuidado e a autoproteção, ensinando-os a identificar situações de violência, e explicando onde e como pedir ajuda. Além disso, esportes, atividades artísticas e o simples brincar ajudam sobremaneira a restaurar a sensação de rotina e estabilidade de que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência necessitam.

A todo esse trabalho com as crianças e os adolescentes soma-se um olhar para as famílias. É preciso ensinar tanto às crianças, como às famílias e à comunidade que a violência não é aceitável. É importante olhar para o contexto de vulnerabilidades em que muitas famílias estão inseridas, desenvolvendo ações que previnam a fragilização de vínculos e minimizem os riscos aos quais possam estar expostas. Há que se fortalecer as potencialidades de cada família, sobretudo por meio da promoção da cultura da paz e da parentalidade positiva. O fortalecimento de vínculos familiares é importante para prevenir violências no ambiente doméstico, inclusive a violência sexual, e na comunidade.

Fortalecer os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, investir nas famílias e oferecer ferramentas de autoproteção, junto a uma rede de acolhimento, a cada criança e adolescente, são as bases do Crescer Sem Violência.

Confira, nas próximas páginas, um conteúdo lúdico e de qualidade, voltado à garantia dos direitos de cada menina e menino, sem exceção.

Boa leitura!

An illustration of a woman and a child in a room. The woman, on the right, has dark skin and is wearing a tall, conical hat with a pink and blue floral pattern, a green dress with a blue collar, and white boots. She is looking towards the child. The child, on the left, has dark skin and is wearing a blue woven hat, an orange shirt, and patterned shorts. They are standing in a room with a purple wall, a yellow wall, and a purple door. A purple table holds a cactus and a cup. A wicker chair with a blue cushion is in the center. A striped rug is on the floor, and a red and white patterned rug is in the bottom right corner.

CONHECENDO OS PROGRAMAS DESTE CADERNO

EPISÓDIOS

Nesta série de animações, dividida em três microsséries, conheça os Vila Cesar, uma família tipicamente brasileira. No meio da correria do dia a dia, o casal e seus cinco filhos vivenciam situações e refletem sobre assuntos muito importantes para o desenvolvimento sexual de cada um, em suas diferentes etapas de vida. Da descoberta dos órgãos genitais a temas complexos, como a homofobia e o sexting, *Que corpo é esse?* convida a um franco debate sobre direitos sexuais e autoproteção. A série faz parte do Projeto Crescer Sem violência, parceria com o Unicef e a Childhood, de enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes.

PRIMEIRA TEMPORADA*

SÉRIE 1 - ARIEL E DANDARA

EPISÓDIO 1 - Eu tenho um corpo

Link: <https://youtu.be/trkbeZkygwE>



Ariel se dá conta de que tem um corpo e começa a explorá-lo, bem como tudo o que está à sua volta, por meio da boca. Certo dia, tomando banho com a irmã, Dandara, os dois fazem uma descoberta importante: eles têm partes do corpo diferentes. O pai, Aquiles, fala com Dandara sobre os cuidados envolvendo estas partes íntimas no que se refere à autoproteção e à higienização.

EPISÓDIO 2 - Privado e público

Link: https://youtu.be/I2M_2E7IZng



Dandara corre pelada pela casa constantemente, demonstra curiosidade sobre os corpos de seus irmãos e mexe em suas partes íntimas em diferentes contextos e situações. Helena conversa com a filha sobre a importância da exploração do próprio corpo e sobre a necessidade de privacidade nesses momentos como uma forma de proteção da sua intimidade.

EPISÓDIO 3 - É de menino ou de menina?

Link: <https://youtu.be/ZRg-uTwn5eI>



Dandara recebe em sua casa a amiga Milena. Entre uma brincadeira e outra, ambas se deparam com personagens e se questionam quais são “de menina” e quais são “de menino”. O irmão, Kauã, desconstrói com a dupla os estereótipos de gênero e mostra como é divertido brincar junto e ser quem você quiser.

* Disponíveis também em audiodescrição, libras e closecaption

EPISÓDIO 4

O direito de dizer não

Link: <https://youtu.be/SWmyTH2ow2Q>

Uma amiga de Helena chega à casa dos Vila Cesar, e as crianças já sabem que ela é do tipo que cumprimenta com abraços apertados e beijos “melequentos”. Dandara, Kauã e Thainá montam um plano infalível para fugir da situação, e todos refletem juntos sobre o direito de dizer não, bem como sobre os toques que são ou não adequados.



SÉRIE 2 - THAINÁ E KAUÃ

EPISÓDIO 1 - o Jeito de cada um

Link: <https://youtu.be/orguPPm1EdU>

Um *youtuber* da escola começa a gravar os amigos da turma de Thainá e Kauã com um celular e fica apontando coisas que ele julga serem defeitos. O menino começa a ser rejeitado pela turma, e Thainá decide conversar com ele e apontar que o respeito entre as diversas personalidades e gostos dos membros do grupo deve ser algo a ser celebrado e valorizado.



EPISÓDIO 2 - Internet e mídia

Link: <https://youtu.be/l-KDkhYQAbA>

Kauã, num jogo de videogame, conhece uma garota e começa um namoro virtual com ela. Chris fica com a pulga atrás da orelha e dá uns toques para o irmão sobre segurança na internet. Ela o faz pensar sobre a identidade da menina e o deixa confortável para procurar por ela ou pelos pais caso tenha alguma dúvida.



EPISÓDIO 3

Corpo em mutação

Link: <https://youtu.be/vo3faJHSIZs>

Algumas mudanças nos corpos de Thainá e Kauã começam a incomodar: uma bolada nos seios de Thainá doem mais do que o costumeiro; Kauã dá uma “esganiçada” na voz no meio da aula. Os dois assistem uma aula de Ciências sobre puberdade e chegam em casa cheios de curiosidades e perguntas para Helena e Aquiles, que conversam com os gêmeos sobre esta importante fase da vida.



EPISÓDIO 4

Empoderamento de meninas

Link: <https://youtu.be/WXxlZhSIdos>

Thainá e uma amiga decidem fazer um canal no YouTube. A amiga, que começou agora a usar sutiã, se veste de maneira mais provocativa e usa maquiagem. Elas saem para ir a um jogo e ambas são vítimas de piadas de assédio verbal por alguns meninos na rua. Em casa, Thainá conta o ocorrido para Helena e Chris e as três refletem sobre o desejo de aceitação, o machismo e o assédio sexual.



SÉRIE 3 - CHRIS

EPISÓDIO 1 - Meu corpo, minhas regras

Link: <https://youtu.be/UEDBatURob4>

Em uma conversa com uma amiga, Chris está tensa sobre ter a sua primeira relação sexual com o namorado. A amiga conta a sua experiência com a namorada, fala da importância do afeto e do respeito nas relações afetivas e relativiza o conceito de relação sexual.



EPISÓDIO 2 - Internet

Link: https://youtu.be/eoeFP_gwzkY

Chris recebe um “nude” de uma amiga que está sendo viralizado entre os alunos da sua escola, disparado do celular da própria amiga, que havia sido roubado. Assustada com a repercussão, Chris resolve iniciar uma campanha on-line contra o *sexting* e mobiliza a comunidade escolar em torno do tema.



EPISÓDIO 3 - Amores e relações abusivas

Link: <https://youtu.be/Znq3ljdTCYs>

O namorado de Chris começa a mudar de comportamento. Chris termina o namoro e ele fica muito mal. Em conversa com uma amiga dias depois, ambas dialogam sobre relacionamentos abusivos e machismo.



EPISÓDIO 4 - Estereótipos de gênero

Link: <https://youtu.be/TaZHE8MvrzA>

O melhor amigo do namorado de Chris confessa para ele que é gay. Chocado com a informação, ele se questiona sobre o futuro da amizade dos dois. Chris conversa com ele sobre homofobia e sinaliza que ele precisa dar todo o apoio ao seu amigo neste momento, principalmente por ele ter confiado em sua amizade para dividir esta descoberta tão importante.



SEGUNDA TEMPORADA*

SÉRIE 1 - ARIEL E DANDARA

EPISÓDIO 1 - Sharenting

Link: <https://youtu.be/8Tcx5Dj2n4o>

Depois de fazer sucesso com um vídeo de Ariel nas redes sociais, Aquiles tenta filmar o filho mais uma vez para reproduzir o feito. Mas Ariel não se mostra à vontade com a ideia. Observando a situação, Tainá explica para o pai sobre o direito à privacidade dos filhos, dando um exemplo com ela própria, e explicando um pouco mais sobre os problemas do excesso de exposição on-line (*sharenting*).



EPISÓDIO 2 - Uso consciente e autonomia on-line

Link: <https://youtu.be/hYHCJDAq92E>

Ao ver Helena trabalhando concentrada no computador, Dandara reproduz o comportamento da mãe, passando quase o dia inteiro em frente à tela de seu *tablet*. Preocupada com o excesso da tecnologia como entretenimento, Helena alerta a filha sobre o tempo de uso e os riscos de armadilhas on-line, ensinando sobre como fazer um uso consciente e positivo da internet.



EPISÓDIO 3 - Compartilhamento de aparelhos

Link: <https://youtu.be/h8tqSvVbk6U>

Para distrair Dandara enquanto dá aulas de violão para Cauã, Chris deixa a irmã brincar em seu celular. Porém, Dandara acaba mexendo em conteúdos indevidos para sua idade, e faz uma série de questionamentos para a irmã mais velha. Chris se atenta para o cuidado com o compartilhamento de aparelhos e aprende sobre a importância da mediação constante de um adulto junto à criança on-line.



* Disponíveis também em audiodescrição, libras e closecaption

SÉRIE 2 - THAINÁ E KAUÃ

EPISÓDIO 1 - Saúde emocional on-line e autoflagelo

Link: https://youtu.be/_IAHjRH4h0

Após vencer um campeonato de futebol, uma foto do time é publicada na internet. Mas o que era para trazer alegria torna-se angústia: comentários maldosos a respeito da estatura de Cauã e do excesso de peso de seu amigo afetam a autoestima dos dois, trazendo à tona questões sobre saúde emocional e autoflagelo. Os meninos aprendem sobre cyberbullying e sobre a resiliência necessária para lidar com ele.



EPISÓDIO 2 - Modelo de masculinidade tóxica

Link: <https://youtu.be/GKmoATravqE>

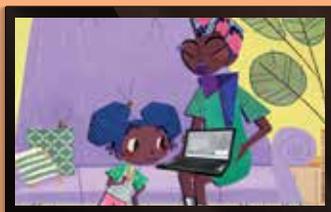
Na escola, Cauã é pressionado por uma rodinha de meninos a fazer um novo “desafio” on-line. Sabendo que se trata de uma brincadeira de risco, Cauã nega-se a fazê-lo e é provocado por todos, que dizem que ele não é “macho”. Quando outro menino hesita em fazer o desafio, Cauã se vê compelido a ajudar o amigo e desconstruir o modelo de masculinidade tóxica presente no grupo.



EPISÓDIO 3 - Aliciamento de crianças e autoproteção

Link: <https://youtu.be/nDAAtAkOGYgI>

Buscando mais seguidores em sua rede social, Thainá faz tutoriais de yoga em seu perfil. Ela logo ganha mais popularidade, mas também atrai perfis de desconhecidos, que constantemente fazem comentários inapropriados. Com a ajuda de Helena, Thainá aprende a se proteger do aliciamento infantil e sobre empoderamento feminino, refletindo sobre o que é ser uma menina negra.



SÉRIE 3 - CHRIS

EPISÓDIO 1 - Reputação digital e ideação suicida

Link: <https://youtu.be/MW5eHIDyY1Y>

Depois de sofrer linchamento on-line e ser cancelada nas redes por conta de uma foto polêmica, Paula acaba sofrendo uma perseguição sistemática tanto no mundo virtual quanto no real. Sentindo-se encurralada, Paula se isola e passa a ter ideações suicidas. Sabendo do caso, Chris e Luiza se unem para ajudar a amiga por meio de um coletivo juvenil on-line que auxilia no bem-estar e na saúde mental.



EPISÓDIO 2 - Leitura crítica das informações on-line e potência de comunicação digital

Link: <https://youtu.be/PBHCOxHEZBw>

Cansada de receber inúmeras mensagens de Yudi com notícias de procedência duvidosa, Chris resolve dar um basta na situação e conversar com o ex-namorado. Com a ajuda de Chris e Joel, Yudi entende a importância da leitura crítica das informações transmitidas on-line e a potência da comunicação digital, aprendendo também a diferenciar gosto pessoal de valor crítico.



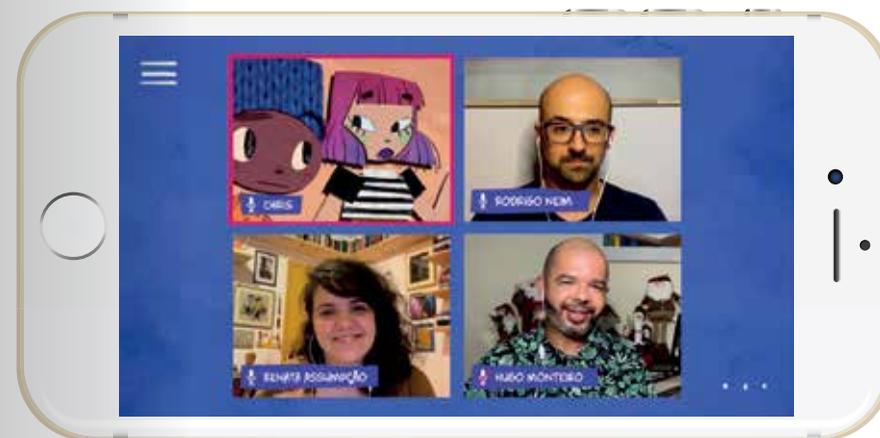
EPISÓDIO 3 - Relacionamento on-line

Link: <https://youtu.be/nQZEojNwD2s>

Chris finalmente toma coragem para se encontrar com um rapaz que conheceu on-line, e avisa Paula e Luiza sobre seus planos. As amigas conversam sobre suas experiências, incluindo nudes não requisitados (cultura do falo), perfis falsos e até mesmo stalkers. Antes de encontrar o rapaz, Chris se abre com Helena, recebendo mais dicas importantes sobre como ir ao encontro com o máximo de segurança.



EXTRAS



PRIMEIRA TEMPORADA

Papo de gente grande - Ariel e Dandara

Link: <https://youtu.be/R7fc6Sww1aQ>

Num bate-papo bem informal, Helena recebe em sua casa a coordenadora de educação infantil do Ministério da Educação, Carol Velho, a escritora e pedagoga Carol Arcari, e o gerente de advocacia da Childhood Brasil, Itamar Gonçalves, para tirar suas dúvidas sobre sexualidade na primeira infância.

Papo de gente grande - Thainá e Kauã

Link: <https://youtu.be/q9FmVgyq-3Cg>

Num bate-papo bem informal, Aquiles recebe em sua casa o psicólogo da Safernet Brasil Rodrigo Nejm, a

oficial de cidadania dos adolescentes do Unicef Brasil, Gabriela Mora, e a gerente técnica de gênero da Plan Internacional, Viviana Santiago, para tirar suas dúvidas sobre sexualidade na puberdade.

Papo de gente grande - Chris

Link: <https://youtu.be/--JL3IGOPvI>

Num bate-papo bem informal, Aquiles recebe em sua casa a psicóloga do Instituto Kaplan, Sandra Vasques, a oficial de cidadania dos adolescentes do Unicef Brasil, Gabriela Mora, o especialista de saúde e HIV do Unicef Brasil, Caio Oliveira, e a gerente técnica de gênero da Plan Internacional, Viviana Santiago, para tirar suas dúvidas sobre sexualidade na juventude.

SEGUNDA TEMPORADA

Papo de gente grande - Prevenção On-line

Link: <https://youtu.be/8Lq42-N-Dlc>

No Papo de Gente Grande, a Chris faz uma videoconferência sobre prevenção on-line de crianças e adolescentes com três especialistas: Rodrigo Nejm, Renata Assumpção e Hugo Monteiro. Ela faz perguntas a eles sobre qual o uso correto da internet, qual a responsabilidade dos pais e das plataformas na segurança dos jovens, como isso pode ajudar ou atrapalhar a vida deles, e como buscar ajuda.

Institucional de lançamento

Link: <https://youtu.be/aMC7DDqn3e8>

Pelo desktop da tela de computador, Chris explica para Cauã sobre o Crescer Sem Violência, uma iniciativa em parceria do Unicef, a Childhood e o Futura sobre a garantia de direitos da criança e do adolescente, trazendo dados, estatísticas, entrevistas e trechos sobre a segunda temporada do *Que corpo é esse?*

Campanha 30 anos do ECA

Link: <https://youtu.be/qUq4wkWNp6l>

Em 2020, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 30 anos, e os irmãos Ariel, Dandara, Thainá, Kauã e Chris têm um importante recado sobre este documento.

Animação sobre o Sistema de Garantia de Direitos - Unicef

Link: <https://youtu.be/Ou4H7pMpOZO>

Depois de um bate-papo com o Unicef na escola sobre os direitos da criança e do adolescente, Cris e Yudi chegam empolgados em casa e contam mais sobre o que aprenderam como os diferentes tipos de violência que podem ocorrer com essa faixa etária, e como agir nesses casos.

O ECA também é você

Depoimentos reais destacam o impacto do Estatuto da Criança e do Adolescente na atuação de profissionais em diferentes segmentos: médicos, enfermeiros e agentes de saúde; assistentes sociais; professores, diretores e funcionários de escolas; juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados; policiais e agentes de segurança pública; e conselheiros tutelares.

Links:

Ep 1: https://youtu.be/OXrY_-cAQs

Ep 2: https://youtu.be/B_nzw4U4fM0

Ep 3: <https://youtu.be/bx4GgkcoQCo>

Ep 4: https://youtu.be/XT6ZWd_ri6A

Ep 5: <https://youtu.be/UQgwxCW-qlg>

Ep 6: <https://youtu.be/kDbvkzPEKTA>

Ep 7: https://youtu.be/vG2b_X2AW4E



DEBATE



BNCC: Currículos e sexualidade

Link: <https://youtu.be/E4Rmpu4oWWI>

Exibição: 2019

Sinopse: Com o fim do prazo para as redes de ensino adaptarem os currículos à BNCC, o Debate analisa como deve ser contemplada a sexualidade nos componentes dos anos finais. Convidados: Viviana Santiago, gerente de Gênero e Incidência Política da Plan International Brasil; Teresa Pontual, Gerente Executiva do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe)/FGV; Maria Luísa Albiero Vaz, vice-presidente da Associação Brasileira de Livros Educativos (Abrale); e Gina Vieira Ponte, criadora Projeto Mulheres Inspiradoras.

Sexualidade e Infância

Link: <https://youtu.be/Ocgu5PFoxTs>

Exibição: 2018

Sinopse: A exposição Queermuseu e o caso do pai que espancou sua filha de 13 anos ao saber que ela havia perdido a virgindade chamaram a atenção. Como conversar sobre sexo com crianças, qual o papel da escola, como lidar com as crianças LGBTI? Participaram conosco a presidente do Instituto Cores, Caroline Arcari, e a professora de Sociologia da Estácio Amanda Mendonça.

Infância e os impactos da pandemia

Link: <https://youtu.be/Tno-lzZaxl8>

Exibição: 17/09/2020

Sinopse: O Childfund fez um relatório sobre as consequências da pandemia de Covid-19 na vida das crianças. O aumento das diversas formas de violência foi uma delas. Apresentação: Ana Carolina Malvão. Entrevistadas: Lídia Rodrigues, educadora social, e Águeda Barreto, assessora de advocay e comunicação do Childfund Brasil.

A inclusão de crianças trans na educação

Link: <https://youtu.be/kPzMIGs4DSg>

Exibição: 27/07/2020

Sinopse: Menos de um por cento dos jovens trans chega às universidades. O problema começa com a evasão escolar, devido à discriminação. Como as escolas podem ser espaços mais acolhedores? Apresentação: Ana Carolina Malvão. Entrevistada: Ana Carolina Lima, assistente social.

Livreto Menstruação - Plan International Brasil

Link: <https://youtu.be/dPxM-RYZcFI>

Exibição: 29/04/2020

Sinopse: A Plan International Brasil, em parceria com a Sempre Livre, desenvolveu uma cartilha com informações sobre a menstruação. Ela pode ser acessada pela internet e pretende desmentir mitos relacionados ao ciclo menstrual. Saiba mais!



Gravidez Não Intencional na Adolescência

Link: <https://youtu.be/8bvaEdrut6s>

Exibição: 05/12/2019

Sinopse: A gravidez é um dos principais motivos da evasão escolar entre as meninas. Como garantir que adolescentes evitem a gravidez? E como assegurar que aquelas que façam esta escolha consigam voltar a estudar? Entrevistadas: Lusiane Souza, estudante de jornalismo na UFRJ; Patrícia Frank, assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro; Priscila de Oliveira, Psicóloga do Hospital Gafreé e Guinle. Apresentação: Karen de Souza

O que as crianças pensam sobre a violência?

Link: <https://youtu.be/Ka6uOMFkdxM>

Exibição: 21/11/2019

Sinopse: Pesquisa mostra que 67% das pessoas de 10 a 12 anos não se sentem protegidas da violência no país. Qual é a importância de ouvir as opiniões das crianças para combater a violência infantil? Entrevistados: Águeda Pacheco de Melo Barreto, assessora de advocacy da Childfund Brasil; Bruna Ribeiro, jornalista da Rede Peteca; e José Ricardo, coordenador geral do Cendhec. Apresentação: Karen de Souza

Como a Educação Sexual pode evitar a violência?

Link: <https://youtu.be/XI395jOHn4Q>

Exibição: 14/11/2019

Sinopse: Pesquisa da Universidade de Indiana, nos EUA, mostrou que adolescentes têm contato com pornografia entre 13 e 14 anos, e metade dos pais destes adolescentes acreditavam que eles não tinham acesso a este tipo de conteúdo. Entrevistados: Marcos Nogueira Milner, antropólogo; Sônia Mendes, sexóloga; Amanda Sadalla, especialista em educação pública e enfrentamento da violência contra a mulher

Como lidar com a orientação sexual dos filhos?

Link: <https://youtu.be/MGZrQWgvnCY>

Exibição: 07/08/2019

Sinopse: Pesquisa da Unifesp mostrou que mais de 40% das entrevistadas nunca conversou sobre sexualidade dentro de casa. Esta ausência de diálogo pode trazer consequências graves para a vida. Saiba como lidar. Entrevistadas: Keila Simpson, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra); e Georgina Martins, representante do Mães Pela Igualdade. Apresentação: Karen de Souza

Cartilha aborda prevenção à violência sexual entre jovens

Link: <https://youtu.be/sWSJVYQ3-6w>

Exibição: 18/12/2019

Sinopse: Mais de 300 jovens participaram das discussões que geraram a cartilha "Tá na hora de falar sobre exploração sexual com seus alunos". Apresentação: Gabriela da Cunha. Entrevistada: Amanda Sadalla, especialista em educação para enfrentamento da violência sexual.



REFLEXÕES
SOBRE A PRIMEIRA
TEMPORADA:
CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E
A SEXUALIDADE



DIGNIDADE SEXUAL, DIREITOS SEXUAIS REPRODUTIVOS E AS MARCAÇÕES CULTURAIS DE GÊNERO

A prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes implica reconhecê-los como sujeitos sexuais, ao mesmo tempo em que se reafirma o princípio ético de que é responsabilidade do adulto estabelecer a fronteira entre afeto e sexo e respeitar o desenvolvimento sexual de crianças e adolescentes, sem violações à sua dignidade sexual (Santos; Ippolito, 2011).

Falar de sexualidade infantil sempre representou um tabu, particularmente em razão da imagem idealizada da criança, como ser totalmente assexuado. Uma das grandes resistências dos profissionais e das instituições na discussão da sexualidade e na realização de atividades de educação para a saúde sexual ancorava-se na crença cultural de que falar sobre esse assunto com crianças e adolescentes estimula a atividade sexual precoce.

1. Pós-doutor em antropologia, professor universitário, pesquisador e consultor de organismos das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef-Brasil) e organizações não-governamentais internacionais, como a Childhood Brasil.

Diferença entre sexo e sexualidade

O senso comum apresenta uma visão reducionista da sexualidade, equiparando-a apenas à relação sexual em si mesma e negando as descobertas científicas a esse respeito. Desde o século XIX, Freud distinguiu atividade sexual de sexualidade, e demonstrou que a sexualidade é uma construção que se inicia praticamente desde a gestação, por meio de contatos sensoriais das crianças com o mundo e percebidos por intermédio de seu corpo. A sexualidade infantil é, assim, construída a partir das primeiras experiências afetivas, no relacionamento com a mãe e com o pai, ou com quem cuida dela (Santos; Ippolito, 2011).

A curiosidade sexual é parte da aprendizagem da vida. A criança que obtém respostas às suas indagações consegue aliviar tensões, conhecer sua origem, e posteriormente será capaz de questionamentos cada vez mais profundos sobre si mesma e sobre o mundo que a cerca. Ter desejo sexual é inerente à espécie humana (Santos; Ippolito, 2011).

Além de conceber a sexualidade para além do “coito”, a Organização Mundial da Saúde concebe a saúde sexual como um “direito humano básico”.

“A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso. É energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito fundamental, a saúde sexual também deve ser considerada um direito humano básico.”
Organização Mundial da Saúde, 1975

Declaração dos Direitos Sexuais

Durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong (China), entre 23 e 27 de agosto, a Assembleia Geral da World Association for Sexology (WAS) aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997.

Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, na dignidade e na igualdade para todos os seres humanos. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades, de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais (Santos; Ippolito, 2011).

1. O direito à liberdade sexual

A liberdade sexual diz respeito à possibilidade de os indivíduos expressarem seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso, em qualquer época ou situação da vida.

2. O direito à autonomia sexual, à integridade sexual e à segurança do corpo sexual

Este direito envolve a habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e o prazer de nossos corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.

3. O direito à privacidade sexual

O direito às decisões individuais e aos comportamentos sobre intimidade, desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.

4. O direito à igualdade sexual

Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.

5. O direito ao prazer sexual

O prazer sexual, incluindo o autoerotismo, é uma fonte de bem-estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.

6. O direito à expressão sexual

A expressão sexual é mais que um prazer erótico ou atos sexuais. Cada indivíduo tem o direito de expressar sua sexualidade por meio da comunicação, toques, expressão emocional e amor.

7. O direito à livre associação sexual

Significa a possibilidade de casamento ou não, de divórcio, e do estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.

8. O direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis

É o direito de decidir ter ou não filhos, o número e o tempo entre cada um, e o direito total aos métodos de regulação da fertilidade.

9. O direito à informação baseada no conhecimento científico

A informação sexual deve ser gerada por meio de um processo científico, ético, e disseminado em formas apropriadas e a todos os níveis sociais.

10. O direito à educação sexual compreensiva

Este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento, e deveria envolver todas as instituições sociais.

11. O direito à saúde sexual

O cuidado com a saúde sexual deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens.

Direitos sexuais de crianças e adolescentes

Baseando-se nos princípios do documento “Direitos Sexuais: Uma declaração da IPPF- Federação Internacional de Planejamento Familiar”* (IBISS, 2008), acredita-se que:

1. Crianças e adolescentes têm o direito de serem ouvidos, respeitados e atendidos em suas legítimas reivindicações;
2. Crianças e adolescentes têm o direito a uma educação que promova sua condição de ser em formação, garantindo um desenvolvimento pleno e saudável;
3. Uma criança tem o direito de conhecer seu corpo;
4. Uma criança tem o direito de descobrir sua masculinidade e feminilidade;
5. Um adolescente tem o direito à descoberta e ao exercício de sua sexualidade junto a seus pares;
6. Um adolescente tem o direito à livre expressão de sua orientação afetivo-sexual;
7. Um adolescente tem o direito à relação consensual amorosa;
8. Crianças e adolescentes têm o direito de dizer não a toda forma de abuso e exploração sexual, seja incesto, pornografia ou prostituição;
9. Crianças e adolescentes têm o direito de dizer não a toda forma de violência e maus-tratos, sejam verbais, físicos ou psicológicos.

O Estado Brasileiro legitimou a sexualidade enquanto aspecto da cidadania junto à saúde, à vida familiar e social, ao meio ambiente, ao trabalho, à ciência e tecnologia, à cultura e às linguagens, conforme consta da Resolução nº 2/98 do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. O Ministério da Educação incluiu, já em 1997, a orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como um de seus temas transversais, e reconheceu a importância do tema nos espaços educativos: escolas, centros de juventude, centros culturais, de lazer, esportivos e outros, onde ocorrem atividades complementares às escolas.

Contudo, em grande medida, prevalece ainda hoje, subjacente às ações voltadas à orientação sexual² nas escolas, a preocupação com sexo, reprodução e consequências indesejadas, tais como doenças sexualmente transmissíveis/síndrome da imunodeficiência adquirida (DST/Aids) e violência sexual. Essa visão reducionista da sexualidade como sexo expressa os valores sociais e culturais vigentes na sociedade, e corrobora a violência velada dos discursos e práticas que utilizam o sexo como mercadoria de consumo e troca.



Os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC estabelecem quatro eixos de discussão fundamentais para a prevenção da violência contra crianças e adolescentes: desenvolvimento da sexualidade e cultura; corpo como fonte e matriz da sexualidade - nas suas dimensões erótica e reprodutiva; relações de gênero e composição da sexualidade (conjunto de representações sociais e culturais construídas a partir da diferenciação biológica dos sexos); e Prevenção das DST/Aids - abordada sob a ótica da vulnerabilidade individual, social e programática/institucional.

2. Orientação sexual neste contexto designa o processo pedagógico de intervenção sistemática que promove a reflexão sobre sexualidade dentro das escolas, que não deve ser confundida com a orientação do desejo sexual. Nos PCNs, o termo educação sexual refere-se ao processo informal de aprendizado, que se inicia desde antes do nascimento e se prolonga por toda a vida.

* http://www.ippf.pt/sites/default/files/media/2021/ippf_sexual_rights_declaration_portuguese.pdf

Muitas ações de prevenção à violência sexual contra crianças têm falhado em alcançar seus objetivos pela falta de abordagem de temas como o conhecimento do corpo e as questões culturais de gênero, sobretudo aquelas relacionadas aos padrões de masculinidade e feminilidade.

Pesquisas demonstram que crianças/adolescentes que são rejeitados pelo grupo, vistos como “diferentes”, desenvolvem baixa autoestima, e tem dificuldade para distinguir os “toques” abusivos ou inadequados. Sabem pouco sobre o desenvolvimento da própria sexualidade e sobre seus direitos sexuais reprodutivos e terminam por ser alvos constantes de pessoas que praticam o abuso sexual. Por tudo isso, criar um ambiente acolhedor e inclusivo na família e na escola, informar as crianças sobre o funcionamento do seu corpo e o desenvolvimento da sua sexualidade, e empoderar as crianças e adolescentes são os principais aspectos da chamada prevenção primária – intervenção realizada antes que o abuso sexual ocorra (Santos; Ippólito, 2011).

Adolescentes atraídos ou forçados a vivenciar ações de exploração sexual também foram, na maioria das vezes, sexualizados na infância, envolvidos em situações conflituosas dentro de casa e em profundo desconforto com o status social em que viviam. Baixa autoestima, uso abusivo de substâncias psicoativas e falta de condições econômicas e sociais para “comprar” o que a mídia propagandeia, com materialização do desejo e realização pessoal/social, compõem um complexo cenário que tornam os/as adolescentes alvos da efebofilia ou de outras pessoas com “preferências sexuais pelos mais jovens”. Aqui, mais uma vez, o ambiente afetivo, acolhedor e inclusivo; conhecimento do corpo, da sexualidade e dos direitos sexuais reprodutivos são fundamentais na prevenção da exploração sexual.

A questão de gênero se manifesta de diversas formas. Embora não se deva menosprezar as ocorrências de violência sexual contra meninas, pesquisas indicam que são as meninas, sobretudo as negras, entre 7 e 12 anos, as mais vulneráveis à violência sexual. Os perpetradores são, em geral, homens, no final da juventude e na chamada idade

madura (entre 25 e 45 anos). Pais ou padrastos incestuosos, homens denominados pedófilos ou clientes da “prostituição infantil”, longe de serem “monstros”, embora alguns tendam a praticar atos cruéis contra crianças e adolescentes, são “produtos” de uma cultura que reprime a sexualidade e a expressão livre do desejo.

Estudos demonstram que as famílias onde ocorrem situações de incesto tendem a serem estruturas muito fechadas, com pouco contato social externo, hierarquia rígida, e padrões de relacionamento que combinam afeto filial misturado a doses de erotismo. Assim, as crianças são vistas como “propriedade dos pais”, que devem estar disponíveis para satisfação dos desejos paternos no próprio âmbito familiar (Azevedo; Guerra, 1998).

No caso dos padrastos, uma crença equivocada de que se deve evitar relações sexuais com parentes (filhos e filhas) pela possibilidade de um desastre genético, termina por levar homens que não são pais biológicos a expressarem seus desejos sexuais com alvos mais vulneráveis que estão no seu convívio familiar, mas que não são biologicamente seus filhos (enteados e enteadas). O mesmo ocorre com os “meio-irmãos e meio-irmãs”. A nova estrutura da família brasileira, agora distante do modelo da familiar nuclear moderna,



necessita de uma nova regra para o interdito do incesto que seja mais pontuada em relações éticas entre cuidados e cuidadores do que vinculação sanguínea.

Os chamados pedófilos apresentam, segundo estudos como o de Furniss (1993), uma fixação erótica por crianças/adolescentes por problemas no desenvolvimento da sua sexualidade e por uma sensação de impotência e insegurança no relacionamento com pessoas adultas.

Por sua vez, os clientes da exploração sexual de crianças, pedófilos ou não, compartilham de uma série de crenças da nossa cultura adultocêntrica e machista, que claramente demonstram a construção distorcida da sexualidade masculina, que faz o “desvirginamento” de uma mulher um “ato” altamente cobiçado e celebrado no mundo da autoafirmação da masculinidade, ou que torna o sexo com impúberes e adolescentes mais desejável pelas propriedades químicas dos órgãos genitais ainda não expostos ou com pouca exposição às práticas sexuais. Ou ainda, a “vampiragem de juventude”, que produz uma satisfação simbólica de recuperar o vigor sexual da juventude ou de se eternizar no corpo dos mais jovens (Santos; Ippólito, 2011).

Embora incestuosos, pedófilos e/ou clientes da “prostituição infantil” apresentem, em geral, muitas dificuldades na expressão de afeto e no desenvolvimento da sua sexualidade, eles terminam por cumprir a armadilha cultural machista, no exercício do que Bourdieu chamou de “dominação masculina”, a qual é mantida não sem custos desastrosos para os homens.



Contudo, o dado de que uma grande parte dos perpetradores de violência sexual tenham sofrido abuso na infância coloca algumas questões relevantes para a prevenção da violência sexual, particularmente para a perpetuação do ciclo da violência: se são os homens os que mais abusam sexualmente das meninas, e se grande parte desses praticantes de violência sexual foram abusados por outros homens quando crianças, a violência sexual contra os meninos não deve, portanto, ser subestimada. Não estaria o abuso de meninos por pessoas do sexo masculino colocando em

questão a amplitude do paradigma do patriarcado na explicação da violência sexual? Ou mesmo a tese da supremacia da sexualidade masculina nas explicações da violência sexual? Seriam todos esses meninos sexualmente abusados seres afeminados, ocupando, portanto, o lugar do feminino, confirmando dessa forma os paradigmas explanatórios dominantes? Ou, em realidade, teriam grande parte desses perpetradores de abuso sido alvo de desejos homoafetivos reprimidos?

Tornando ainda mais complexa a discussão: estariam também as meninas abusadas tornando-se agentes de transmissão do abuso? Em caso negativo, quais seriam os fatores que levariam as mulheres a não perpetuarem o ciclo da violência sexual? Em caso positivo, como estaria se manifestando essa transmissão do abuso sexual, se a representação de mulheres nos contingentes de autores de violência sexual é tão pequena? Não estariam ocorrendo práticas abusivas no espaço do cuidado da criança e do adolescente, que resultariam na hipersexualização de algumas crianças/adolescentes, criando assim uma espécie de “prontidão sexual”, fator de incremento da sua vulnerabilidade a situações de risco?

O fato de que a ocorrência da violência sexual vem aumentando entre “pares”, ou seja, que um grande número de adolescentes praticam violência sexual contra suas namoradas, colegas e/ou contra crianças mais novas, aponta para um sério problema: os nossos esforços para prevenir a violência sexual podem não estar sendo efetivos.

O fenômeno do *sexting*, por exemplo, coloca de forma evidente o fato de um instrumento moderno, denominado tecnologia da informação e comunicação social, poder estar sendo utilizado para reproduzir relações de gênero pouco equitativas, padrões de masculinidade “machistas”, padrões de feminilidade “submissas”, e padrões afetivos pouco emancipatórios. Em geral, meninos conseguem fotos de situações íntimas entre eles e determinadas meninas, em geral concedidas por estas como demonstração de afeto, e essas fotos são publicizadas nas redes sociais, como “troféu” ao jovem “macho” ou como vingança do “jovem macho” por não ter alcançado seus objetivos. Se é verdade que a tecnologia cria

oportunidades de mudança cultural, serve também, paradoxalmente, para a reprodução de padrões de masculinidades e feminilidades pouco equitativos em termos de gênero e pouco respeitosos da dignidade sexual e do desenvolvimento saudável da sexualidade.

Este contexto reforça a necessidade de ampliação das ações para uma educação sexual saudável, com base na compreensão dos direitos sexuais e do desenvolvimento digno da sexualidade, fundamentados nos direitos sexuais elencados pelo IBISS, entre estes: o direito de conhecer seu corpo e de descobrir sua masculinidade e feminilidade; e o direito dos adolescentes à descoberta e ao exercício de sua sexualidade junto a seus pares e à livre expressão de sua orientação afetivo-sexual.

A consciência desses direitos e a mobilização social com a participação das próprias crianças e adolescentes podem gerar novas masculinidades e novas feminilidades, que adotem a perspectiva do corpo como matriz de uma sexualidade menos reprimida e pervertida, fonte de prazer e afeto.

Referências:

Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A (Orgs.) (1989). *Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder*. São Paulo, SP: Iglu.

Bourdieu, P. (2012). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma Abordagem Multidisciplinar*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

GTPOS. Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (1999). *Adolescência e Vulnerabilidade*. São Paulo, SP: GTPOS.

IBISS. Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (200-?). *Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes*. Campo Grande.

Melo, E. R. (2008). *Criança e Adolescente: Direitos e Sexualidade*. São Paulo: ABMP e Childhood Brasil.

Santos, B. R.; Ippolito, R. (2011). *Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR, 201.

CRIANÇA TEM SEXUALIDADE?

Falar sobre sexualidade é falar de nossa história, nossas emoções, nossas relações com as outras pessoas, nossos costumes e nossos desejos. A sexualidade em si é uma força viva do indivíduo, um meio de expressão dos afetos, uma maneira de cada um se descobrir, bem como descobrir os outros. Ela se apresenta de diferentes formas, transformando-se ao longo dos anos. Não está conectada somente aos órgãos genitais, tampouco à relação sexual, mas compreende uma série de processos psicológicos, físicos e sociais de sensações, sentimentos, trocas afetivas, necessidade de carinho e contato e necessidade de aceitação. Transcendendo o aspecto individual, o conceito de sexualidade não se completa dissociado de todas as suas dimensões sociais, políticas, econômicas, históricas, culturais, e até das relações de poder que se estabelecem a partir desses corpos sexuados.

Escritora, mestre em educação sexual, diretora pedagógica da Escola de Ser e presidente do Instituto Cores. Atua em projetos de Educação Sexual escolar e políticas públicas de prevenção da violência sexual infantojuvenil.



Como já visto em artigo anterior, a sexualidade acompanha toda a vida do ser humano, e envolve o sexo, a identidade, os papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução, expressas e vividas em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. A sexualidade é, também, uma construção sociocultural que sofre influências dos valores e das regras de uma determinada cultura, do tempo e do espaço em que vivemos. Por exemplo, se conversarmos com uma mulher de 80 anos, ela possivelmente nos contará que quando era jovem as meninas sequer sabiam o que era menstruação, e normalmente levavam um susto quando ela aparecia pela primeira vez. Naquela época, por exemplo, ainda não havia aparecido o vírus HIV e a pílula anticoncepcional. Um homem dessa mesma idade provavelmente nos contará que era comum os garotos na sua juventude iniciarem a vida sexual com uma prostituta contratada pelo pai ou por um tio,

e que camisinha, apesar de existir, não era algo de fácil acesso, comprado em farmácias e utilizado em larga escala. Assim, o conceito de sexualidade só pode ser concebido a partir de todas as suas dimensões: histórica, cultural, étnica, religiosa, política, ética, social, moral e educativa, porque todos esses elementos estão presentes na sexualidade humana.

Apesar de, nos dias de hoje, o tema da sexualidade ser tratado com mais naturalidade, se comparado ao início do século XX, por exemplo, muita gente não só tem a maior dificuldade de falar do assunto como, tem um monte de preconceitos. Um deles está relacionado à sexualidade das crianças. Essa polêmica é perpetuada pelo senso comum até hoje, apesar de o neurologista austríaco Sigmund Freud (1856-1939) ter impactado a sociedade vienense com suas concepções sobre o desenvolvimento psicosssexual na infância longe da noção tradicional de pureza angelical e inocente, há cem anos. Ele trouxe à tona uma criança sexuada, dotada de afetos, desejo e conflitos, mapeando o desenvolvimento nesse campo em diferentes fases.

Sim, a criança é um ser sexuado. Além de cabeça, ombro, joelho e pé, ela tem emoções, uma história de vida, curiosidades, um corpo cheio de sensações, necessidade de carinho e afeto, curiosidades sobre e si e sobre o outro, sente prazer e desprazer, pergunta sobre o mundo, o universo, e até de onde vêm os bebês. E é assim que a sexualidade se apresenta na infância.

A sexualidade dos 0 aos 8 anos

Somo seres sexuados desde o nascimento até a morte. Privar uma criança do exercício de sua sexualidade e do acesso à informação é violar um direito necessário ao seu desenvolvimento e até à sua proteção. Esse direito, quando não é respeitado, coloca em risco sua saúde, qualidade de vida e integridade física e psicológica. Afinal, reprimir a sexualidade da criança é reprimir seu corpo, que é o ponto de partida das suas descobertas, da sua relação consigo mesma e com o outro, e da formação da sua personalidade.

Sendo assim, a maneira como a sexualidade se apresenta na infância está inserida em todo o processo de desenvolvimento global da criança. Acompanha o desenvolvimento motor, psíquico, afetivo e cognitivo. Tipicamente, cada fase desse movimento, que podemos chamar de desenvolvimento psicosssexual, corresponde a algumas idades e a sexualidade se manifesta de maneiras diferentes perante situações de descoberta, curiosidade e experimentação. Importante lembrar que essa organização didática por fases tem a intenção de facilitar a compreensão sobre o amadurecimento da sexualidade, mas nem sempre ocorre de forma linear. Cada criança é única, e o contexto e condições individuais definirão quando e como essas manifestações ocorrerão. Ademais, em um país com tanta diversidade como o Brasil, é preciso entender a infância na sua dimensão universal, que trata do acesso aos direitos a todas as crianças, e na sua dimensão plural, em que é possível falar de infâncias a partir de uma análise sociológica, que se articula à diversidade de vida das crianças, considerando-se classe social, gênero, raça, religião, entre outras pluralidades.



Dos zero aos dois anos, período que pode ser considerado decisivo para todo o desenvolvimento posterior, a criança ganha um conjunto de competências: aprende a controlar seus movimentos, engatinha, desenvolve progressivamente a linguagem, dá os primeiros passos. Uma das primeiras fontes de prazer corporal se encontra na boca e a amamentação é uma referência de bem-estar para o bebê. Então, o contato com o seio da mãe ou com a mamadeira de quem o está alimentando, o sugar, o chorar – as principais manifestações acontecem via oral e tátil. Até quando ele quer avisar que não está se sentindo satisfi-

to ou está com cólica, dor, fralda suja, ele chama a atenção via oral: chorando. Isso explica porque a criança quer colocar tudo o que vê na boca – é como ela aprende e apreende tudo ao seu redor. Nos primeiros meses de vida a maior parte da relação da criança com o mundo e com as pessoas a sua volta está ligada ao toque, às respostas dadas às necessidades que ela manifesta e ao contato corporal que se permite e se promove. Esta fase está fundamentada na estimulação da capacidade de comunicação e desenvolvimento de sentimentos de segurança e confiança, que terão repercussão em toda a vida desse indivíduo.

Também é nesse período que a criança começa a conhecer o seu próprio corpo e o bem-estar que ele pode proporcionar. É comum que durante o banho e nas trocas de fralda os bebês toquem seus genitais. É dessa forma que eles constroem a autoimagem corporal. Assim como eles brincam com as mãos e colocam o próprio pezinho na boca, tocar na vulva, pênis ou intersexo⁴, há também a necessidade de entender o corpo em sua totalidade. Aqui e nas fases seguintes, é importante que a família, educadoras (es) e cuidadoras (es) ajudem a criança a reconhecer o corpo com naturalidade, evitando reprimir suas atitudes, pois toda as suas descobertas têm características de reconhecimento de si mesma. O caráter dessas manifestações não é erótico.

O desenvolvimento da sexualidade de crianças entre os dois e os quatro anos coincidirá com os desafios do desfralde. Começam aqui as regras sociais aplicadas às funções fisiológicas: o xixi e o cocô. Nessa fase, as crianças ainda não interiorizaram as regras sociais dos

adultos, e é comum que mostrem seus corpos de forma espontânea, assim como demonstram curiosidade com o corpo do outro, sem pudor ou constrangimento – sentimentos que só vão desenvolver mais tarde. É por volta dos 2 anos que as crianças constroem, gradativamente, ideias sobre cada gênero e, com o reforço da família, da mídia, do grupo social conhecido, aprendem o que é ser menino e ser menina. O sexo biológico (ter vulva, pênis ou intersexo) é o ponto de partida para as construções sociais do que significa ser homem e mulher. É preciso ter atenção para que não sejam reproduzidos estereótipos de gênero que trarão prejuízos e desigualdades no futuro. Esses clichês questionáveis de que menino não chora e deve ser destemido e autoritário, e de que meninas devem se comportar com delicadeza, de forma passiva e submissa podem culminar em relações desiguais que favorecem a violência doméstica, as relações abusivas, as violências sexuais e

4. Intersexo é um termo utilizado para um grupo de condições cuja genética, anatomia interna, externa ou reprodutiva não se encaixam nas definições tradicionais de "sexo biológico masculino" ou "sexo biológico feminino". Com o termo hermafroditismo caindo em desuso, a intersexualidade, palavra que melhor define essa condição atualmente, é uma categoria socialmente construída que reflete uma variação biológica real. Mais comum do que podemos imaginar, alguns estudos apontam que até 1,7% da população pode ter alguma condição intersexo.

tantos outros fenômenos frutos do abuso do poder de um gênero sobre outro. Essa é a hora de parar de reproduzir falas como “prendam suas cabritas, que meu bode está solto” ou “essa menina vai dar trabalho, hein?”. Não é exagero falar que esse tipo de educação machista é a base que sustenta e justifica estas estatísticas: no Brasil, 1 mulher é estuprada a cada 11 minutos. Aqui conseguimos perceber a importância de uma educação que contemple e acolha a sexualidade da criança e aponte caminhos para a igualdade e qualidade de vida. Sim, é a responsabilidade que se tem com a infância que nos ajuda a construir um mundo mais justo e sem violências.

É nesse contexto que a fase seguinte se sustenta. Entre os 4 e 6 anos, marcada inicialmente pela grande descoberta de que é possível controlar as necessidades fisiológicas, a criança aprende, de forma progressiva, que tem controle sobre o próprio corpo e suas funções. Também aumenta aqui o interesse pelas sensações que os toques provocam e é muito comum que a curiosidade da criança se volte para seus genitais e para o corpo de outras crianças com as quais convive. Com a linguagem

mais desenvolvida, a exploração do mundo à sua volta fica mais intensa. Neste período surge, por volta dos três anos, a fase dos “porquês”, e a temática sexual é recorrente, até porque os corpos, bebês, mulheres grávidas, um novo membro da família, são situações corriqueiras da vida. Assim, temas como as diferenças anatômicas e de onde vêm os bebês mobilizam enorme interesse e curiosidade na criança. Paralelamente às dúvidas e curiosidades que coloca por meio da linguagem, a criança explora o seu corpo e manipula os genitais tentando conhecer e promover as sensações que ele produz. É a fase do reconhecimento, do toque e da observação. É frequente que a criança mostre os seus órgãos genitais, bem como os compare com os das outras crianças para melhor se reconhecer. São os chamados jogos sexuais, que acontecem com teor de descoberta e ludicidade. Para os pais e educadores, a exploração do corpo pela criança pode trazer uma certa angústia e apreensão. Mas é importante destacar que esses comportamentos são típicos da fase. É possível orientar a criança para que ela se encaixe nas regras sociais e reserve as

manifestações da intimidade para locais privados: “pegar no pipi/pepeca/pênis/vulva/intersexo é no quarto ou no banheiro, aqui na sala não é legal!” ou “na sala, com os coleguinhas olhando, não é hora de mexer no pênis”. É preciso evitar as atitudes e falas repressivas porque elas podem contribuir para o desenvolvimento de uma autoimagem negativa. O bom senso do adulto que orienta a criança deve fundamentar as orientações e o seu diálogo com a criança.

A partir dos 6 anos de idade, até os 8 ou 9, verificam-se grandes alterações na vida da criança. A intensificação das relações sociais promovida pela escola faz surgir novas experiências e novos valores que estabelecerão amizades e identificações com outros adultos também, fora do círculo familiar. Assim, surgem novas exigências pessoais e sociais. É nesse período que se fortalece a identidade de gênero e prepara a criança para a próxima fase, que coincide com as mudanças da puberdade. Embora pareça que as curiosidades de teor sexual diminuam, na verdade elas permanecem em plena atividade, mas controladas pelas regras sociais que as crianças aprendem a cumprir. Os jogos sexuais, a manipulação e explora-

ção genital estão presentes, mas em ambientes de maior privacidade e longe dos olhares adultos. As dúvidas se intensificam e o contato com a internet traz novos desafios para a educação e orientação dessa galerinha: é hora de falar sobre proteção no ambiente virtual, transformações do corpo, consentimento, relação sexual, orientação sexual e tantos outros temas desse grande conceito que é a sexualidade.

Desafios impostos para o trabalho de temas de sexualidade nos espaços escolares

Embora seja comum achar que educação sexual é uma disciplina formal reservada apenas aos espaços escolares, a verdade é que seu conceito é muito mais amplo. A educação sexual pode ser entendida como um conjunto de valores e informações referentes à sexualidade, transmitidos por diversos elementos sociais: família, escola, amigos, religião, e percorre toda a vida, contando ainda com a influência cultural do contexto em que o indivíduo está inserido. Essas concepções sexuais ainda recebem o reforço da mídia e do núcleo social, e nos permiti-

tem incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias. Sendo a sexualidade um componente individual e social que encontra várias formas de expressão desde o nascimento do indivíduo até sua morte, a educação sexual também

é um processo contínuo, que vai do começo da vida até o seu desfecho. Essa educação sexual faz parte do processo educativo global. Afinal, não é possível colocar a sexualidade em um departamento separado de todas as outras vivências da pessoa. Assim, a educação sexual acontece mesmo que nenhum diálogo seja tecido sobre a sexualidade. O silêncio e a repressão também educam.

Todas e todos nós estamos construindo noções sobre sexualidade a todo momento, formulando valores e conceitos. A família, mesmo que não dialogue abertamente sobre sexualidade, é quem dá as primeiras noções sobre o que é adequado ou não acerca desse assunto por meio de gestos, expressões, recomendações e proibições. Isso também acontece na escola: estando ou não explicitamente no currículo escolar, a educação sexual acontece: seja nos rabiscos nas portas dos banheiros, nas músicas e vídeos que rodam nos celulares das alunas e alunos, nas relações cotidianas desse espaço, nas notícias que chegam até a sala de aula, na homofobia que um aluno gay sofre por não se encaixar nos valores da masculinidade vigente. A vida pulsa, e a sexualidade também. Como essa educação sexual



já está, mesmo que implicitamente, a ser desempenhada, assume-se a importância da sua abordagem explícita tanto no ambiente familiar como nos currículos escolares e outros espaços educativos.

Família e educadoras (es) que lidam e atuam com crianças têm um desafio ainda maior. Como é recorrente que a Educação Sexual explícita e planejada esteja vinculada a conteúdos de biologia para adolescentes, pressupõe-se que seria apenas nessa fase da vida que esse tipo de conhecimento é necessário. O resultado disso é a ausência de conteúdos de sexualidade nos currículos de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Tão cedo quanto possível, crianças precisam da informação e das ferramentas para identificarem as situações do cotidiano e terem informações para fazerem escolhas, buscarem ajuda e selecionarem valores construídos a partir da reflexão, na relação com o outro e consigo mesmos. Embora o senso comum sugira que a Educação Sexual intencional precoce conduz ou estimula a experimentação sexual, o Populations Reports,

uma publicação do John Hopkins Hospital, divulgou um estudo que aponta uma análise encomendada pela OMS de mais de mil relatórios de programas de orientação sexual em todo o mundo. Neste documento, os autores concluíram que a informação e formação em assuntos sexuais não conduzem ao sexo precoce e, em alguns casos, até o adiam. Esses resultados se repetem em outros estudos mais recentes, como a pesquisa intitulada *Consequences of Sex Education on Teen and Young Adult Sexual Behaviors and Outcomes*, publicada em 2012 no J. Adolescence Heath, e em 2017 no American Journal of Sex Education.

Vários documentos oficiais ratificam a importância da Educação Sexual planejada e intencional desde a primeira infância. A promoção de espaços que privilegiem o desenvolvimento de noções acerca da sexualidade desde a Educação Infantil é urgente. Primeiro, porque o direito à informação e a uma educação que garanta o desenvolvimento integral da criança está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo, porque essa

mesma Educação Sexual, explícita e planejada, causa grande impacto na prevenção da violência sexual.

A importância da Educação Sexual no enfrentamento da violência sexual é evidenciada em muitas pesquisas estadunidenses e latinas. Os estudos apontam que crianças expostas a informações de qualidade sobre sexualidade, corpo e relações humanas, além de demonstrarem sentimentos positivos sobre seus corpos e autoimagem, apresentaram seis vezes mais probabilidade de terem comportamento de proteção em situações simuladas de potencial violência sexual do que as crianças que não tiveram informação sobre o assunto.

É evidente que, para assumir e concretizar os temas de Educação Sexual no currículo escolar, é de fundamental importância que as/os profissionais se capacitem para tal, analisando, debatendo e aprofundando as questões relacionadas à sexualidade de maneira geral, estendendo essas discussões para toda a comunidade escolar, de modo que a família também tenha a oportunidade de reformular conceitos e entender a Educação Sexual sob uma perspectiva positiva e necessária.

Todos esses documentos abaixo podem fundamentar e respaldar o trabalho de Educação Sexual para crianças nos espaços escolares:

1- Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. 2009. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>

2- Estatuto da Criança e do Adolescente

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_led.pdf

3- Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro - 2014 - Unesco

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762?posInSet=1&queryId=562e69c7-291d-46a4-b766-0133a44263a3>

Vários organismos e instituições de enfrentamento da violência sexual elaboraram modelos de organização de temas e conteúdos de Educação Sexual para o currículo escolar e podem guiar a seleção de materiais e metodologias adequadas para o trabalho em sala de aula. Abaixo, a Child Sexual Abuse Committee of the National Child Traumatic Stress Network, em parceria com a National Center on Sexual Behavior of Youth, organizou um quadro com os principais conceitos sobre sexualidade e prevenção de violência sexual, por faixa etária:

Faixa etária: menos de 4 anos

Conceitos gerais

- Meninos e meninas são diferentes;
- Nomes corretos dos órgãos genitais;
- Bebês vêm da barriga das mães;
- Responder perguntas básicas sobre o corpo e funcionamento dele;
- Explicar sobre privacidade. Por exemplo: por que cobrimos as partes íntimas, não tocar nas partes íntimas dos colegas

Conceitos de proteção

- A diferença entre os toques reconfortantes, agradáveis e bem-vindos e toques que são intrusivos, desconfortáveis ou dolorosos;
- Seu corpo pertence a você;
- Todo mundo tem o direito de dizer “não” ao ser tocado, mesmo que o toque seja de um adulto;
- Nenhuma criança ou adulto tem o direito de tocar as suas partes privadas;
- Diga “não” quando adultos pedem que você faça coisas erradas, como tocar partes privadas ou guardar segredos;
- Existe diferença entre uma surpresa (que é algo que será revelado em breve) e um segredo (que é algo que você nunca deveria contar);
- Para quem pedir ajuda caso seja tocado nas partes privadas.

Faixa etária: de 4 a 6 anos

Conceitos gerais

- Os corpos de meninos e meninas mudam quando crescem;
- Explicações simples de como os bebês se desenvolvem na barriga da mãe e sobre o processo de nascimento;
- Regras sobre limites pessoais (tais como manter as partes privadas cobertas, não tocar nas partes privadas de crianças);
- Respostas simples a todas as perguntas sobre o corpo e funções corporais;
- Tocar suas próprias partes íntimas pode ser agradável, mas é algo feito em local privado

Conceitos de proteção

- Abuso sexual é quando alguém toca em suas partes ou pede que você toque em suas partes privadas;
- É abuso sexual, mesmo que seja por alguém que você conhece;
- O abuso sexual nunca é culpa da criança;
- Se um estranho tenta levá-lo com ele ou ela, correr e contar para os pais, professor, vizinho, policial ou outro adulto.

Faixa etária: de 7 a 12 anos

Conceitos gerais

- O que esperar e como lidar com as mudanças na puberdade
- Noções básicas de reprodução, gravidez e parto
- Riscos de atividade sexual (gravidez, doenças transmitidas)
- Noções básicas de contracepção
- A masturbação é comum e não está associada a problemas a longo prazo, mas deve ser feita em local privado.

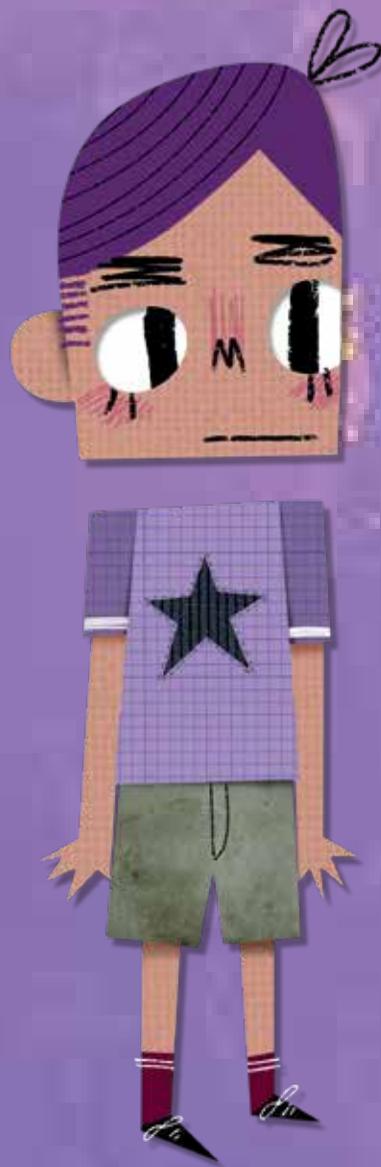
Conceitos de proteção

- O abuso sexual pode ou não envolver o toque
- Como manter a segurança e os limites pessoais quando conversar ou conhecer pessoas on-line
- Como reconhecer e evitar situações sociais de risco
- Regras de encontros

Quadro elaborado pela Child Sexual Abuse Committee of the National Child Traumatic Stress Network, em parceria com a National Center on Sexual Behavior of Youth (2013).

Sendo assim, vale lembrar que “entre todas as instituições públicas, a escola é, sem dúvida, o principal ator no processo educativo de crianças e adolescentes. Para muitos, é o único espaço público que frequentam, o que lhe confere um status privilegiado para a ampliação do pacto social em torno do tema”.

Por fim, é hora de arregaçar as mangas e promover, com urgência, espaços de diálogo e reflexão por meio de Educação Sexual intencional, inserida no currículo escolar, numa perspectiva emancipatória e entendida como um direito fundamental para o desenvolvimento pleno de uma criança sexuada, completa, com necessidades e curiosidades sobre a vida, o mundo e sobre si mesma.



Referências:

Population Reports. (1995). *Como Satisfazer as Necessidades dos Jovens Adultos* (Série J, 41). Baltimore: The Johns Hopkins University.

Zwi, K. J., Woolfenden, S. R., Wheeler, D. M., O'Brien, T. A., Tait, P., & Williams, K. W. (2007, July 18). School-Based education programs for the prevention of child sexual abuse. *Cochrane Database for Systematic Reviews*, 2(3), 1-44.

Santos, B. D., & Ippolito, R. (2011). *Guia escolar: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR.

[https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(11\)00717-8/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(11)00717-8/fulltext)

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7510141/>

VIOLÊNCIA SEXUAL E PRÉ-ADOLESCÊNCIA - UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA

A adolescência é o período que corresponde à segunda década de existência do ser humano. É a etapa de desenvolvimento que caracteriza a transição entre a infância e a vida adulta.

Muitas pessoas já devem ter percebido que a adolescência é um período (e também o processo psicológico) que se dá em meio a uma série de transformações físicas, emocionais e cognitivas. E esse é um processo que ocorre dentro de circunstâncias sociais e também históricas. É na adolescência que pela primeira vez a pessoa vai vivenciar o desafio de atuar de maneira mais ativa na construção do seu projeto de vida.



Pedagoga, feminista, ativista dos Movimentos negros e de mulheres. Autora do blog Palavra de Preta. Parte da coletiva feminista de hip hop Flores Crew

Apesar do que afirmamos acima, é preciso ter em mente que é impossível tratar a adolescência a partir de um conceito único. O que se faz aqui é trazer uma sistematização das aprendizagens em torno da mesma, pois reconhecemos que cada pessoa vivenciará a adolescência de uma maneira diferenciada, sendo afetada por uma série de fatores como maturidade física, emocional e cognitiva, e ainda pelo ambiente familiar, comunitário, seu entorno imediato, a sociedade a que pertença, dentre outros.

As experiências vivenciadas nos anos iniciais da adolescência são muito diferentes daquelas experienciadas nos anos finais, e, por isso, convencionou-se separar esse período – quase uma década – em dois momentos distintos: a fase inicial da adolescência, também conhecida como pré-adolescência ou adolescência inicial – que se estenderia dos 10 aos 14 anos –, e a fase final da adolescência, que se estenderia dos 15 aos 19 anos.

Nesse texto, vamos nos debruçar sobre a primeira etapa, a adolescência inicial, ou pré-adolescência.

Em geral a pré-adolescência é marcada por transformações físicas: aceleração no crescimento, desenvolvimento dos órgãos sexuais e das características sexuais secundárias, que serão recebidas de maneiras diferentes pelas diferentes pessoas que as vivenciarão: algumas pessoas receberão com orgulho e muito entusiasmo, e outras pessoas com ansiedade e algum embaraço. Nesse período também se identifica uma grande transformação do cérebro: o cérebro passa por uma aceleração espetacular do desenvolvimento elétrico e fisiológico. O número de células cerebrais pode quase duplicar no espaço de um ano, enquanto as redes neurais são radicalmente reorganizadas, causando um impacto sobre a capacidade emocional, física e mental.

Nessa fase, meninas e meninos vão perceber de maneira mais consciente o seu gênero, e é comum que comecem a buscar ajustar seu comportamento e sua aparência aos padrões esperados. É um momento de muita atenção às identidades pessoal e sexual, e é comum haver períodos de pequenas confusões com relação às mesmas.



Como dito anteriormente, pensar a adolescência e a pré-adolescência requer o contínuo esforço de não tentar homogeneizar essa vivência para todas as pessoas. É necessário, portanto, perceber que o mais correto seria falar de *adolescências e pré-adolescências, no plural*.

Nesse texto, aos nos debruçarmos sobre a pré-adolescência, chamamos a atenção para um recorte de gênero, porque entendemos que não é a mesma coisa ser mulher e ser homem na sociedade, assim como também não é a mesma coisa ser menina e ser menino. No entanto, explicitamos que a pré-adolescência pode ser vista a partir da relação com muitos outros marcadores sociais.

A sociedade em que vivemos diferencia meninas e mulheres de meninos e homens, e frequentemente atribui mais valor a tudo o que está relacionado com a vida de meninos e homens, a tudo o que é associado ao masculino, oferecendo barreiras para que meninas e mulheres possam acessar seus direitos – o que incide diretamente na sua capacidade de desenvolver seu potencial.

Dessa maneira, chamamos a atenção para a necessidade de pensar a pré-adolescência a partir do marcador de gênero, mas que seja um pensar que vá para além das diferenciações anatomofisiológicas, posicionando o que de fato significa ser uma menina pré-adolescente.

É importante destacar aqui que existem muitas e variadas formas de ser menina, e aqui reconhecemos que: os marcadores de raça vão nos chamar a atenção para o fato de que existem diferenças entre ser menina branca, negra, indígena, etc; os marcadores relacionados à capacidade vão dizer que meninas com deficiência são diferentes de meninas sem deficiência; o status em relação a doenças crônicas e ao HIV também estabelecem diferenças; reconhecemos que as meninas cisgêneras – aquelas cuja identidade de gênero é equivalente ao sexo que lhe foi assinalado ao nascer – e as meninas transgêneras – aquelas cuja identidade de gênero não é equivalente ao sexo que lhe foi assinalado ao nascer – são meninas, mas uma sociedade marcadamente transfóbica vai hierarquizar suas existências e impor diferenças à maneira como as meninas trans viverão sua adolescência.

Classe, status migratório e lugar de origem também determinam a maneira como as meninas vivenciam suas adolescências e pré-adolescências, e devem ser levados em consideração quando pensamos nessa etapa e em tudo o que a ela está relacionado.

Pensar o entorno social no qual se desenvolve a pré-adolescência das meninas brasileiras nos convida, portanto, a lançar um olhar sobre a sociedade brasileira.

No Brasil, ser mulher pode constituir um fator de risco: o país aparece como quinto lugar na lista de 10 países do mundo com maiores taxas de violência contra a mulher. No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia, em média. Nos últimos oito anos, de acordo com relatório da organização *Transgender Europe*, o Brasil assassinou 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, constituindo o primeiro colocado no ranking de países que mais matam pessoas trans e com o triplo da quantidade de homicídios do segundo colocado – o México.

6. TMM Annual Report 2016 Carsten Balzer/ Carla La Gataand Lukas Berredo. Acessado em <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol15-2016.pdf>

O relatório da *Save The Children*,⁷ que traz o resultado da avaliação de 144 países no que diz respeito a oportunidades para meninas, revela que, ocupando a 102ª posição no ranking, o Brasil é o pior país da América do Sul para ser menina. O ranking considera dados sobre o casamento infantil, gravidez na adolescência, mortalidade materna, representação das mulheres no Parlamento e conclusão do ensino médio.

De acordo com o relatório *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*⁸, cerca de 17 milhões de crianças até 14 anos – o que equivale a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária – vivem em domicílios de baixa renda. Estima-se que, por ano, 500mil mulheres e meninas sejam vítimas de violência sexual. Essa é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes segundo o Disque Direitos Humanos (Disque 100): os casos de abuso sexual estão presentes em 85% do total de denúncias de violência sexual. Meninas e meninos negros/pardos somam 57,5% dos atingidos. Nos anos de 2015 e 2016, a Ouvidoria

Nacional dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, recebeu mais de 37 mil denúncias de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos, o que corresponde a 10% das ligações feitas à central telefônica. Sobre o perfil das vítimas, a maior parte é formada por meninas (67,69%). As faixas etárias, de 12 a 14 anos, correspondem a 30,3% das denúncias.⁹

O contexto em que vivem as pré-adolescentes brasileiras é um contexto de violência, fortemente marcado pela presença de violência sexual. Dessa maneira, é urgente pensar a violência sexual contra as meninas pré-adolescentes, entender o porquê, analisar as práticas sociais e, assim, identificar estratégias de enfrentamento e prevenção.

De acordo com a OMS, violência sexual é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico, ou qualquer outra forma contra a sexualidade de uma pessoa, usando coerção”.

Pode ser praticada, segundo o organismo, por qualquer pessoa, independentemente da relação com a vítima, e em qualquer cenário, incluindo a casa e o trabalho¹⁰. A violência sexual contra crianças e adolescentes é¹¹ aquela que pressupõe uma relação na qual há o abuso de poder que estabelece a situação em que se utilizam crianças e adolescentes para a gratificação sexual de adultos, podendo se induzir ou forçar práticas sexuais. Essa violação dos direitos de crianças e de adolescentes interfere diretamente no desenvolvimento da sexualidade saudável e nas dimensões psicossociais da criança e do adolescente, causando danos muitas vezes irreversíveis.

O abuso sexual não envolve dinheiro ou gratificação. Acontece quando uma criança ou adolescente é usado para estimulação ou satisfação sexual de um adulto. E normalmente imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução. Pode acontecer dentro ou fora da família. A exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização na qual o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes. Crianças ou adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias. Pode estar relacionada a redes criminosas.

De acordo com a legislação brasileira, a prática sexual antes dos 14 anos de idade não é entendida como consentida, mas como estupro de vulnerável¹². Sendo assim, é preciso entendê-la como uma violação que se estabelece na invasão da sexualidade da criança e do pré-adolescente, que passa a ser utilizada para a gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho.



7. Every last girl free to live, free to learn, free from harm save the children 2017

8. Fundação Abrinq 2017

9. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/ongs-e-governo-federal-se-unem-para-combater-violencia-sexual>

10. *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Agencia Patricia Galvão. 2016

11. Childhood <http://www.childhood.org.br/entenda-a-questao/perguntas-mais-frequentes#3>

12. Para reforçar o enfrentamento ao estupro de vulnerável, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou, em outubro de 2017, a súmula 593, reafirmando esta prática como crime, mesmo que haja “eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente”: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicacao%20A7%20C3%A3o/noticias/Not%20C3%ADcias/Tribunal-edita-tr%20C3%AA-s-novas-s%20C3%BAmulas

É preciso ainda que se lance um olhar para o fato de que a violência sexual não se dá apenas quando existe o ato sexual com penetração. Ela é a violência que invade a sexualidade. Portanto, pode incluir carícias, manipulação dos genitais, mama ou ânus, voyeurismo, exibicionismo, ou até o ato sexual com ou sem penetração. A maneira como são produzidos os discursos sobre a violência sexual, sobretudo na mídia, tentam nos dar a impressão de que essa é uma violência cometida por pessoas completamente desprovidas de razão, por monstros, e frequentemente vemos o uso indiscriminado do termo pedófilo para qualificar os homens que cometem a violência.

É preciso ter muita cautela durante a construção desse discurso, pois os mesmos nos dão a impressão de que essa é uma violência cometida numa dinâmica extraordinária, e que não se relaciona com práticas sociais da cotidianidade. A realidade desmente o discurso, pois é sabido que o agressor pode ser um membro da própria família ou pessoa com quem a criança convive, ou ainda alguém que frequenta o círculo familiar.

Dessa forma, não estamos falando dos monstros das histórias em quadrinhos ou dos filmes de terror. Estamos falando de pessoas que também vivem na sociedade.

Leslie Udween é uma britânica, diretora de cinema, que produziu o impactante documentário *India's Daughter*¹³, no qual entrevista alguns dos homens que, na Índia, foram responsáveis por um estupro coletivo dantesco, que culminou na morte da vítima.¹⁴ Após gravar o filme, a diretora diz ter percebido que eles não seriam “monstros”, mas pessoas “normais”. “Senti pena. Pena do mundo que criou esses estupradores, que os ensinou a pensar assim. Eles respiraram o ar da sua sociedade e da sua cultura”, dizia ela. Dessa maneira, à luz do que foi trazido pela diretora, chamamos a atenção para a necessidade de pensar a violência sexual contra meninas de forma ampla: refletindo sobre a nossa sociedade e sobre as práticas sociais que produzem essa violência. Ao fazer isso, precisamos pensar não apenas nas

meninas, mas também nos agressores, bem como abandonar a ideia de que estamos falando sobre sexo (porque falar sobre violência sexual não é sobre sexo. Estupro não é sobre sexo, é sobre violação: violação de direitos).

Nem todos os agressores sexuais são pedófilos. O abuso sexual deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças ou adolescentes ao transformá-las em relações sexualizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas.

Precisamos voltar ao início da nossa reflexão e pensar na vida de mulheres e homens, meninas e meninos, e entender em que ponto a sociedade instaura a prática social que gera e legitima essa violência.

Meninas e meninos chegam a essa vida como bebês. Acreditamos aqui que é muito mais a prática social do que a composição genética que transforma cada um dos bebês que nascem em meninas e meninos e, posteriormente, em mulheres e homens. Dizendo isso, fazemos uso da categoria gênero para explicar essa diferenciação.

Utilizamos aqui o conceito gênero como um conceito que aponta para o caráter fundamentalmente social das diferenças entre mulheres e homens¹⁵. Sendo assim, buscamos entender como as práticas sociais atuam na constituição de meninas e mulheres, e meninos e homens.

Antes da chegada das pessoas à sociedade, antes ainda da própria gravidez, existem expectativas acerca desse ser humano que virá: ainda na condição de feto, desde o útero, já temos expectativas acerca de como atuarão. Interpretamos os movimentos intrauterinos como valentia – no caso de um feto do sexo masculino, como docilidade e amorosidade – no caso de um feto feminino, compramos roupas, móveis, placas para a porta da maternidade que informam a menina ou o menino que ali está. Ou seja, desde muito antes da chegada a essa vida, a sociedade inicia o processo de construção dos papéis sociais de gênero atribuídos a meninas e meninos, mulheres e homens.

13. INDIA'S DAUGHTER - India's Daughter (Original), 2015, Leslee Udwin

14. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/eles-nao-se-arrependem-diz-cineasta-sobre-estupro-coletivo-na-india.html>

15. Louro, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista: Vozes, 1997.

Esse processo se chama socialização de gênero, e é a partir dele que os papéis de gênero são aprendidos. Não existe nenhuma pessoa que não tenha vivenciado esse processo, uma vez que, desde o nascimento, atravessando a infância, a adolescência, a juventude, a idade adulta e a velhice, um conjunto de pessoas e instituições – família, professoras e professores, amigadas, mídia, educação, religião, e a comunidade – vai nos informar e nos impelir na direção dos papéis sociais, e, principalmente, esse processo vai nos levar a adotar atitudes e expectativas acerca de homens e mulheres e meninas e meninos.

Nossa sociedade opera um modelo patriarcal, que desde a infância coloca o masculino como figura central. Existe não apenas uma diferenciação entre mulheres e homens, mas principalmente uma hierarquização, na qual se atribui mais valor àquelas características associadas ao masculino e menos valor às características associadas ao feminino. Nestes espaços, ainda são corriqueiras a celebração do falo dos meninos, os comentários acerca do tamanho e forma, e

não raras vezes fotos dos órgãos sexuais do recém-nascido... Dessa forma, vai sendo determinado quem tem poder e quem recebe valorização na sociedade.

Dessa forma, questionamos o processo de produção dessa hierarquia entre meninas e meninos e mulheres e homens, mas vamos além: é preciso questionar os modelos de mulheres e homens que são apresentados e reproduzidos na prática social.

No processo de socialização, a masculinidade hegemônica, que é o padrão para a socialização de meninos, é fundamentalmente atrelada à violência, ao uso da força, e não existe espaço para a construção de sociabilidades afetivas, ou expressões de dimensão de empatia e sentimentos de cuidado. Meninos são socializados para serem fortes, para agirem com audácia – o que muitas vezes se confunde com irresponsabilidade. E, principalmente, são socializados para dominar as meninas e, posteriormente, as mulheres.

Existe uma pressão, desde o começo da vida dos meninos, para que confirme sua “masculinidade” a partir da iniciação sexual. Uma pressão para que possa fazer sexo rápido e com o maior número de meninas possível. Faz parte ainda desse pro-

cesso o estímulo para que meninos assumam comportamentos predatórios e violentos: existem os mitos sobre as meninas que dizem que quando elas resistem é um sinal de desejo, que não significa sim, e que, portanto, cabe aos meninos atravessarem esse espaço.

A socialização das meninas caminha numa direção completamente oposta. Se os meninos são colocados numa posição em que devem performar ousadia, altivez e furor sexual para que possam ser compreendidos como bons homens, das meninas espera-se exatamente o oposto. É o século XXI, mas ainda existem escolas de princesas, ainda existem manuais para ensinar como as meninas devem falar baixo e ser preparadas para serem boas esposas e mães. O conjunto da sociedade acredita que uma mulher desacompanhada merece ser estupro¹⁶. As meninas são socializadas para entender que uma boa menina e uma boa mulher não faz sexo. Ainda hoje existe o binômio mulher para transar e mulher para casar, sendo que a diferenciação entre ambas reside, basicamente, entre aquela que tem uma vida sexual ativa e aquela que não tem.

Parece que as demandas de constituição de boa menina e bom menino, bom homem e boa mulher, naturalmente pressupõem e legitimam a violência dos homens em direção aos corpos das mulheres e das meninas.

Aliado à construção de um comportamento sexual que se baseia em dominação e força para os meninos e manda mensagens diametralmente opostas para as meninas, tem-se a tendência da sociedade de erotizar os corpos infantis de meninas, tendência que não é nova. Vamos nos lembrar das ilustrações da idade média que nos trazem rechonchudas afrodites, com suas bochechas rosadas, e com pouco esforço lembraremos que rechonchudas e de bochechas rosadas são as meninas brancas na infância.

O culto à juventude como vinculação ao belo e à necessidade de dominação dos corpos e vidas das mulheres faz com que floresçam as *anittas*, *lolitas*, e as meninas são mais uma vez lançadas ao lugar de corpos maduros para o consumo.

16. Pesquisa realizada pelo Datafolha mostra que um terço dos brasileiros concorda com a seguinte frase: “A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuproada. Encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a pesquisa entrevistou 3.625 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 1º e 5 de agosto em 217 municípios. <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/09/percepcao-violencia-mulheres-b.pdf>

Não se trata de admiração de um homem por uma “novinha”, mas da certeza da dominação de um corpo de mulher no começo da sua vida. Na pesquisa “Ela vai no meu barco - Casamento na infância e adolescência no Brasil” (Instituto Promundo & Promundo-US, 2015)¹⁷, homens casados com meninas afirmam que o interesse pelas meninas existe porque as meninas são mais bonitas quando mais novas, mas, principalmente, porque uma menina mais nova tem menos opinião, sendo mais fácil de ser controlada. Também informam sobre como as mídias atuam na produção desse desejo pelos corpos e vidas das meninas, na medida em que reafirmam constantemente o discurso da “novinha”.

Um dos principais elementos relacionados à violência sexual contra meninas, e perfeitamente explicitado no caso dos assassinatos da jovem indiana citado anteriormente, é o não reconhecimento de culpa por parte dos abusadores. Os homens se recusam em assumir uma culpa porque estão convencidos de que uma menina pode ser

abusada, de que não existe erro em forçar o sexo, e, em seguida, tem-se uma reviravolta da situação quando as meninas são colocadas no lugar de culpadas pela violência que sofreram.

Perceba aqui a necessidade de pensarmos um pouco mais sobre essa construção social, que: “adulti-za” e, posteriormente, demoniza a imagem de meninas. Meninas então passam a ser percebidas como “novinhas”, para usarmos uma categoria dos nossos dias. E uma novinha não é mais uma criança. Uma novinha também não é uma pessoa do bem: é uma espécie de “tentação”: depravada, sem moral, e que praticamente obriga os homens a uma prática sexual. Percebe o deslocamento da questão?

Quando se retira as meninas da sua condição de criança, da sua condição de adolescente, também se retira o adulto do lugar da proteção e da responsabilidade por essa menina, mas também não o responsabiliza por seus atos, uma vez que, dado que não é mais criança, o sexo não é mais criminoso. Não há crime, há uma circunstância de atender à tentação.



Meninas negras frequentemente se encontram em pior situação, uma vez que a sociedade atrela a existência das meninas e mulheres negras a poderosos estereótipos relacionados à sexualidade. Desde os escritos que remontam à escravidão, mulheres e meninas negras são descritas como objetos sexuais. Seus corpos, hipersexualizados, são destituídos de outras dimensões e, portanto, de sua humanidade. Além disso, na sociedade racista, há uma permanência da mentalidade de que negras são para fornicar. Vidas negras valem menos, e a violência a elas imposta tem menos importância. A pesquisa da UNFPA¹⁸ sobre o genocídio da juventude negra afirma que a maioria das pessoas entrevistadas não se incomoda com o assassinato de um jovem negro. Essas são as pessoas que compõem a sociedade brasileira, na qual a maioria das meninas e mulheres que sofrem violência sexual são negras. Não existe coincidência; existe a falta de humanidade, a falta de importância para um segmento populacional.

16. Taylor, A.Y., lauro, G., segundo, M., Greene, M.E. “Ela vai no meu barco.” Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015.

Nesse sentido atuar para o enfrentamento da violência sexual de meninas na pré-adolescência requer que sejam tomadas medidas que incidam em todas as dimensões anteriormente expostas:

1- É preciso assumir o inegociável compromisso com o reconhecimento da infância, e pré-adolescência das meninas: rechaçar processos de “adultização” que violam seus corpos, ameaçam o seu desenvolvimento pessoal e a construção de suas capacidades, além de objetivamente as expor à violência.

2- É urgente que possa haver novos repertórios para a socialização de meninos, e com isso perceber que numa sociedade em que há cerca de 500 mil casos de violência sexual a cada ano, esse problema não é apenas uma questão de polícia, mas sobretudo uma questão relacionada às práticas sociais que conformam a subjetividade de todos esses sujeitos abusadores, e nesse caso, a masculinidade hegemônica e predatória vinculada à violência.

3- A sociedade, a família e o Estado devem (re) assumir o seu lugar de proteção das meninas, rechaçando o discurso moralista e perverso de culpabilização das vítimas, reconhecendo que é dever da família, do Estado e da sociedade a proteção de crianças e adolescentes.

4- É necessária a superação de um processo de socialização que continua construindo e consolidando repertórios de objetificação e hipersexualização de meninas e mulheres, especialmente as meninas e mulheres negras, e isso tem relação com as práticas pedagógicas formais e não formais que produzem e socializam discursos sobre a população afro-brasileira. Que histórias são contadas? Quando será afirmada a humanidade de meninas e mulheres e do povo negro em geral? A humanização interdita a naturalização da violência porque retira meninas e mulheres negras do lugar de objetos e as devolve à condição de pessoas humanas, pessoas de direito.

5- Meninas e meninos devem acessar informações de qualidade e adequadas ao seu nível de desenvolvimento sobre sexo e sexualidade. Quanto mais informação qualificada meninas e meninos acessarem, maior a sua capacidade de atuar em sua autoproteção e de não desenvolverem comportamentos violentos. É urgente, portanto, a necessidade de implementação das práticas de educação integral em sexualidade, rompendo com o discurso ultraconservador que, numa repetição da idade média, interdita o acesso ao conhecimento – como se fora do conhecimento houvesse qualquer possibilidade de autonomia.

6- As pessoas adultas precisam entender que a realidade se modifica, e que nem sempre o perigo está apenas nas pessoas que se aproximam da casa e da escola. É preciso perceber o espaço virtual como um espaço de construção de sociabilidades, e também um espaço que oferece muitos riscos, atuar no processo de construção de competências em meninas para sua autoproteção na rede, a exemplo do que as jovens feministas fizeram, e, ao mesmo tempo, perceber-se enquanto pessoa adulta e respon-

sável por zelar pelo bem-estar das meninas. A família deve acompanhar o acesso das crianças à rede, manter o diálogo aberto sobre os perigos, acompanhar seus passos na rede, e certificar-se de interditar qualquer contato ameaçador.

7- Promover um processo de empoderamento das meninas. É preciso conecta-las com sua voz e utilizá-la para expressar seus desejos, sonhos, mas também seus desconfortos, a partir da construção da capacidade de elaboração da realidade. Manter o canal de comunicação aberto, desenvolver a capacidade para a fala e construir espaços seguros também são estratégias fundamentais para que possam atuar em casos de ameaça, ou em situações em que a violência se consolidou.

Todas as meninas têm o direito a uma vida livre de violência. As meninas são seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento. São pessoas possuidoras de direitos humanos, e é dever da família, do Estado e da sociedade zelar por cada uma delas. Meninas não são “novinhas”, meninas não são “tentações”. São meninas, e devem ser compreendidas, respeitadas e protegidas como tal.

18. Segundo uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e pelo Senado Federal, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”. DATA SENADO.

Maria Helena Vilela
Cinthia Sarinho

SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Adolescência

A adolescência é um momento do desenvolvimento humano de grande transformação física e mental, que altera de forma significativa as relações que a criança até então estabelecia com ela mesma, seus pais e seu grupo social. Nessa idade, duas coisas maravilhosas acontecem simultaneamente:

1. A **capacidade de imaginar e treinar mentalmente seus desejos** - aquisição do pensamento abstrato,
2. A **capacidade de sentir e reagir aos estímulos sexuais** - a genitalização.

De posse dessas novas habilidades, o adolescente treina seu papel sexual, sonha com as pessoas que são alvos do seu desejo, e com tudo aquilo que lhe dá prazer. Ele se prepara para usufruir, no futuro, da sexualidade de forma ampla, e com a perspectiva de envolvimento amoroso.

19. Escritora, enfermeira obstetra, psicodramatista com especialização em Saúde Pública e em Sexualidade Humana. Criadora do método Papo Firme - Sexualidade na adolescência.

20. Educadora, com Graduação e Licenciatura Plena em Psicologia, Especialização em Gestão Solidária de Organizações Sociais, Mestra em Educação, Culturas e Identidades e Pesquisadora das Infâncias. Atua como Analista de Projetos do LED - Laboratório de Educação/Gerência de Implementação da Fundação Roberto Marinho integrando a equipe do Projeto Crescer sem Violência desde o seu início.

No entanto, essas modificações não são assimiladas de imediato pelo jovem. Ele passa por um processo, criando uma imagem de si que muitas vezes não corresponde à realidade. Pode perceber-se, por exemplo, mais forte ou mais maduro do que realmente é. E isso, em geral, é o pivô da dificuldade de comunicação na adolescência. Porque nesta situação quem entra em ação é a imagem que o adolescente faz de si mesmo versus a imagem do adolescente percebida pelo adulto. O que o adulto enxerga não é o que o adolescente sente, ou percebe...

Está configurado o conflito!

Tudo isso gera muita tensão, confronto, e a dificuldade de relacionamento, que pode tornar-se mais intensa e negativa quando o adolescente é julgado e interpretado como aborrecente.

Os adultos, e principalmente os pais, precisam perceber que o adolescente não é mais uma criança, e que lidar com ele usando os mesmos modos com que o tratavam antes não vai funcionar. O que funciona é conhecer o adolescente, entender como ele se percebe, saber as etapas do seu desenvolvimento e promover informações e atitudes que gerem valor para a sua vida.

Segundo Içami Tiba, em seu Livro *Puberdade e Adolescência*, a chegada da adolescência de seu filho, ou filha, é um segundo parto. Na primeira vez a criança nasce para os pais. Um bebê totalmente dependente que vai precisar aprender tudo para sobreviver: comer, andar, falar... E para isso os pais, ou o adulto que cuida dela, tornam-se seus heróis, são tudo para a criança. Mas quando a puberdade chega, com ela chegam muitas novidades físicas, cognitivas, sociais e psicoemocionais que vão encaminhar essa criança para um novo mundo: o



mundo social. Agora ela nasce para a sociedade e precisa aprender a desenvolver a autonomia. Os pais e educadores são imprescindíveis para ajudar o adolescente a se transformar no seu próprio herói!

A puberdade - o momento mágico do relacionamento com o adolescente

A puberdade é o momento das mudanças físicas. Entram em ação os hormônios sexuais – o estrogênio e a progesterona nas meninas e a testosterona nos meninos –, e começam uma grande transformação naquele corpo que antes era de criança e que, agora, começa a tomar a forma do corpo de adulto: é um pelo aqui, uma mudança de voz ali, um seio que faz que vai crescer, mas murcha, o humor que se altera com facilidade, uma capacidade inesperada de crítica (e muitas vezes bem severa...), até que chega o inevitável – a menstruação para as meninas e a ejaculação para os meninos. Está confirmado: o segundo parto aconteceu. É a adolescência!

A criança cresceu. Agora ela é um

adolescente. E com isso a sexualidade passa a estar cada vez mais presente no seu dia a dia dele, ocupando intensamente seus pensamentos, motivando suas atitudes, e instigando curiosidades e dúvidas em relação ao seu corpo, ao seu comportamento de gênero, como ser homem ou mulher, seus afetos, sentimentos, desejos e escolhas.

Portanto, é hora de preparar o adolescente para a vida, falar de sexualidade. E a puberdade é a chave! É o momento mágico que pais e educadores não podem deixar passar. Essa é a hora que vocês, como diz o ditado, estão com a faca e o queijo na mão para conquistar a confiança e fazer a conexão com os adolescentes.

Porquê?

No início da puberdade, a convivência e a confiança nos pais e nos educadores, de forma geral, ainda é muito grande. Assim, se nesse momento em que ele está na transição de criança para adolescente você souber dar valor às suas preocupações, dúvidas e curiosidades, você vai conseguir conquistar a confiança e se tornar uma referência para ele, principalmente quando o assunto for sexualidade.

Atenção! Em geral, para o adulto, os sentimentos e inseguranças do púbere se tornam banais porque ele já passou por isso e tem a certeza de que não há razão para preocupação: tudo vai acontecer ao seu tempo.

É exatamente essa certeza que faz o adulto não se interessar por aquilo que o adolescente está perguntando, não tomar as dores dele, ou nem perceber que essa dor dói demais quando alguém faz comentários constrangedores sobre as suas alterações físicas. Eu chamo a isso “Armadilhas das brincadeiras de mau gosto”, como por exemplo:

– Levanta aí o braço que eu quero ver se já tem pelos?

– Engrossa essa voz, menino!

Ou ainda pior, como aconteceu com uma adolescente que quando menstruou, aos 11 anos, a mãe contou para a vizinha, sem pedir permissão a ela. E quando elas se encontraram, a vizinha comentou: – *Virou mocinha!* Ela ficou muito chateada. Aquilo era a privacidade dela que estava sendo exposta. Ela disse que isso foi tão marcante que abalou a confiança dela em sua mãe. Nunca mais ela contou nada que fosse de sua intimidade.

Por isso é importante tomar partido do adolescente, desqualificar a brincadeira de mau gosto que estão fazendo e prestar atenção às suas necessidades de informação. Explique claramente cada uma das mudanças que ocorre no corpo durante a puberdade, o porquê de toda essa transformação e as novas sensações e sentimentos sexuais que provavelmente irá sentir.

A ATENÇÃO E A INFORMAÇÃO dão à educação em sexualidade o superpoder de conquista da confiança!

No assunto sexualidade, confiança é tudo, porque falar de sexualidade é falar de intimidade.

Relação a dois – o desenvolvimento afetivo-sexual

Namorar é muito bom, mas ninguém fica pronto num piscar de olhos para se relacionar afetivo-sexualmente. Existe um processo de desenvolvimento ao longo da vida que caminha junto ao desenvolvimento da identidade sexual.

Para explicar a trajetória da capacidade de viver uma relação a dois, ligar-se afetivamente e ter interesse sexual, vou utilizar como referência a teoria de desenvolvimento da identidade sexual do psiquiatra e psicodramatista Vitor Dias, que identifica quatro fases características: a autosssexual, a homossexual, a fase intermediária ou platônica e a heterossexual.

Fase autosssexual

A autosssexual ocorre na infância, por volta dos 4 aos 6 anos. Mais conhecida como a fase genital descrita por Freud, é o momento das descobertas dos genitais, do direito ao prazer, por meio da manipulação do próprio corpo. É a intimidade consigo mesmo. Esta fase, que se instala na infância, pode se prolongar até a vida adulta.

Fase homossexual

A denominada homossexual ocorre entre os 9 e os 12 anos, aproximadamente. É, segundo Vitor Dias, a fase do grande amigo ou amiga. O adolescente elege, naturalmente, entre seus amigos, uma pessoa do mesmo sexo que se torna seu grande amigo. Este grande amigo é, na verdade, a idealização de tudo o que ele quer ser como homem ou mulher especificamente.

Através do outro, que tem um corpo igual ao dele, faz comparações corporais e experimenta comportamentos. Às vezes, neste processo podem surgir jogos sexuais, como acontece com as amigas Thainá e Jana no episódio “empoderamento de meninas”, da primeira temporada da série *Que corpo é esse?* Porém, mais importante que a intimidade física é a profunda intimidade psíquica que se estabelece neste relacionamento. É importante que cada adolescente estruture sua própria identidade, ou seja, aprenda a se sentir e a ser do sexo a que pertence, antes de se relacionar com uma pessoa diferente dele.

A relação com o grande amigo ou amiga acaba quando o objetivo da amizade é atingido. Uma vez sabendo o gênero com que se identifica e sabendo como agir de acordo com ele – de posse da identidade Gênero –, o adolescente tira o foco de si mesmo e começa a olhar para o outro.

Agora, sua atenção está voltada para o outro, que desperta o interesse afetivo-sexual. Mas antes disso acontecer há um momento intermediário de treino mental – a paixão platônica.

Fase Intermediária

Inicialmente inseguros, com medo de que o outro reconheça que não sabe o que fazer com ele, tanto os meninos como as meninas fazem escolhas afetivas impossíveis. Apaixonam-se por alguém com quem não corram o menor risco de serem correspondidos, pois assim não serão colocados em xeque!

No amor platônico sonha, imagina, fantasia este relacionamento a dois e, com isso, o adolescente treina mentalmente o papel sexual e desenvolve a autoconfiança para apaixonar-se por uma pessoa que possa vir a se interessar por ele.



Fase heterossexual

A fase heterossexual é assim chamada porque, agora, o interesse sexual está focado em outra pessoa, independente do sexo. O interesse agora não é mais nele mesmo, é em alguém diferente dele ou dela. Isso vai acontecer em torno dos 13 ou 14 anos, quando começa a haver um claro interesse em conquistar a outra pessoa.

O que caracteriza a entrada na fase heterossexual é o namoro. No ficar, cada um está preso em si mesmo, e o outro é um mero instrumento para o desenvolvimento do desempenho sexual. É no namoro que o relacionamento evolui para um processo de trocas em que ambos conseguem identificar como o outro sente, sem perder sua identidade sexual. Este é o ápice da aquisição da identidade e da possibilidade de manter um relacionamento verdadeiro, na opinião de Victor Dias.

Os jeitos sexuais de ser

Para o autor do livro *Os Onze Sexos*, Ronaldo Pamplona, a sexualidade é formada por cinco elementos: o sexo biológico, a identidade de gênero, o papel sexual, a identidade sexual e, por fim, a orientação sexual. Segundo o autor, é a combinação entre estes elementos que marca as diferenças no jeito de cada pessoa ser e viver sua sexualidade.

Sexo Biológico

Quando um espermatozoide penetra o óvulo, ocorre a fecundação. Este encontro, que acontece nas trompas, é a etapa final de uma verdadeira maratona disputada entre os 400 milhões de espermatozoides que o homem ejacula numa relação sexual. O vencedor é o que primeiro penetra o óvulo! É ele quem define se aquele bebê será um menino ou uma menina. Se o espermatozoide que entrou trouxe dentro dele um cromossomo X, este, ao se juntar com o X do cromossomo do óvulo, dará origem a um bebê do sexo feminino. Por outro lado, se este espermatozoide tiver o cromossomo Y, o bebê será do sexo masculino.

A partir de então, cada um dos sexos forma um tipo de glândula interna, ovário ou testículo, que futuramente será a responsável pela produção dos hormônios sexuais.

Externamente, as meninas, quando bebês, são identificadas pela presença da vulva, vagina e clitóris, e os meninos pelo pênis e a bolsa escrotal. Só mais adiante, quando chega à puberdade, é que são reconhecidos pelas características sexuais secundárias, ou seja, a presença da barba, ombros mais largos, voz grossa indicam que se trata de um homem; seios, quadris maiores e voz mais fina indicam uma mulher.

Identidade de Gênero e Papel Sexual

Quando nasce, o bebê não tem a menor ideia se é do sexo masculino ou feminino. Aliás, ele nem sabe que isso existe. Por volta dos 2 ou 3 anos de idade, as crianças descobrem os seus genitais. Essa descoberta anatômica tem uma grande importância na tomada de consciência do gênero a que pertence: masculino ou feminino.

Além disso, meninos e meninas são tratados de forma diferente desde a hora em que os adultos descobrem seu sexo. Por meios de gestos, palavras, prêmios e castigos, a família, a escola e a mídia passam para a criança as informações e modelos a serem imitados que ensinam como um menino ou uma menina deve se comportar. E, à medida que vão crescendo, esse comportamento é estimulado, independente dos seus reais interesses e motivações. A maioria se adapta sem dificuldades, mas há pessoas que sofrem bastante para atender às expectativas, e muitas delas não conseguem.

Papel sexual é a forma como cada um expressa sua sexualidade. Hoje, não é raro encontrarmos homens que se orgulham de serem afetuosos e mulheres que desenvolveram a agressividade, a coragem e inclusive a força física, sem que isso os faça sentir-se de outro gênero ou orientação sexual.

Identidade Sexual

A identidade sexual é o que o indivíduo acredita ser. E isso é um processo de construção psicológica que envolve o sexo biológico e o comportamento social. Para um garoto, por exemplo, acreditar que ele é homem, é preciso que ele saiba que é do sexo masculino, reconhecer-se como homem e saber portar-se como tal.

Parece óbvio, mas a aquisição da identidade nem sempre é assim. Os travestis, por exemplo, são pessoas com uma identidade sexual variável: num momento sentem-se homens, no outro, mulheres. Já os transexuais têm uma identidade sexual fixa, ou seja: acreditam ser homens ou mulheres, só que o seu corpo não corresponde a esse sentir. São aquelas pessoas que possuem “uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento.”²¹ Ou ainda, que não possuem uma harmonia entre o seu sexo biológico e o seu gênero. É como se não se sentissem pertencentes ao seu corpo biológico, e sim ao sexo oposto.

21. De acordo com o Manual de Comunicação LGBT, disponível em <https://unids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>

Orientação Afetivo-Sexual

Na identidade sexual, o importante é como a pessoa se sente em relação a si mesma. Este sentir é individual e pessoal, bem como o desejo por alguém para amar e fazer sexo. A orientação afetivo-sexual é exatamente a direção para quem se inclina este desejo, de acordo com o gênero da pessoa que o faz sentir-se atraído. Foram identificados quatro tipos de orientação sexual: heterossexual, quando se deseja pessoas do sexo oposto; homossexual, quando o desejo é por alguém do mesmo sexo; bissexual, quando se deseja pessoas de ambos os sexos; e assexuado, quando não se deseja, sexualmente, ninguém.

Diversidade sexual

O termo diversidade sexual refere-se às várias formas de expressão da sexualidade humana, ou do jeito de ser de cada pessoa. O Projeto de Lei do Senado nº134, de 2018, institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, que traz em seu artigo 1º ações para “garantir o direito à diversidade sexual: promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.”

Homofobia

A homofobia é uma atitude composta de sentimentos negativos e de comportamento discriminatório, e é considerada uma violação de direitos que deve ser combatida. A Constituição Federal (1988) determina, em seu Art. 3º, inciso IV, que “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e em seu Art. 5º, inciso XLI, destaca que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.



Desse modo, compreendemos que qualquer atitude de intolerância, discriminação ou preconceito às diferentes formas de orientação sexual e ou identidade de gênero é um desrespeito à liberdade de ser e estar no mundo.

Os homossexuais e todos os outros jeitos de ser sexual que não correspondem às expectativas da heteronormatividade sofrem bastante com a discriminação, principalmente na adolescência. Eles vivenciam o preconceito, a falta de respeito à diversidade sexual, e pior: o isolamento. O adolescente, na sua insegurança, tende a se afastar das pessoas diferentes. Medo de ser julgado diferente também. Isto se deve a uma cultura homofóbica que os jovens herdaram da nossa sociedade, que está pautada num padrão heteronormativo.

A homofobia corresponde a um pavor, muitas vezes de forma violenta, à diversidade sexual: Homossexuais, transexuais, travestis, bissexuais... A homofobia não é aceitável, pois qualquer forma de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero constitui crime, conforme o Superior Tribunal Federal (STF), que determina que tal conduta passa a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito.²²

22. <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010> ; <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>

Como lidar com a homofobia

Trabalhar a homofobia é dever de todo cidadão e cidadã que tem consciência do que essa crueldade significa. E uma coisa que funciona para acabar com a homofobia é defender essa causa. Explique para os jovens o que é a homofobia, suas implicações, e, principalmente, defenda abertamente a liberdade individual e sexual, seja para as questões relacionadas ao gênero, orientação afetiva e sexual, etc.

No entanto, na adolescência, esse pavor está muito ligado à falta de informação sobre a construção da sexualidade. Assim, nunca é demais desmistificar o conceito de homossexualidade por meio de imagens de pessoas públicas e assumidamente homossexuais, principalmente de personagens e artistas que os adolescentes admiram, mostrando que a homossexualidade é só mais um jeito sexual de ser, e não uma alteração de caráter ou de incapacidade profissional de uma pessoa.

Outra reflexão importante é sobre as piadas e palavras desqualificando as pessoas LGBT, além de outras expressões de linguagem que as pessoas utilizam sem se darem conta de que, com isso, estão estimulando a cultura homofóbica. Outras vezes os adolescentes estão rodeados de pessoas homofóbicas, que não perdem a oportunidade de fazer piadinhas sobre gays e destilar o seu ódio para com as pessoas que se assumem homossexuais, etc.

Vale a pena questionar as piadas e os palavrões, tão comuns na realidade dos jovens. Mostre porque esse posicionamento não leva a lugar nenhum. Será que achar graça ou passar adiante essas histórias não é ser cúmplice, defender homofóbicos?

Ensine que mesmo que seja um amigo é importante mostrar a ele que homofobia é errado, que é uma violação de direitos, e que leva a muito sofrimento.

Formas de relacionamento na adolescência

O ficar é uma forma de relacionamento afetivo-sexual que pressupõe uma relação sem compromisso e com direitos iguais.

O ficar pode ser uma etapa de um relacionamento, mas também uma possibilidade de treino dos papéis sexuais. Trata-se de uma vivência interessante e necessária para desenvolver a capacidade de se relacionar com o outro, uma vez que o namoro, hoje, demanda, muito rapidamente, uma intimidade sexual e uma privacidade com o parceiro que exigem mais maturidade.

Quando FICAR pode ser perigoso

De modo geral, o ficar é uma prática saudável tanto para meninas quanto para meninos. No entanto, às vezes pode ser perigoso quando não se têm claros os limites, ou há uma diferença significativa de idade e experiência sexual entre os parceiros.

Uma garota de 13 anos, por exemplo, mesmo com o corpo de mulher praticamente formado, pode ter o interesse em “ficar” para testar sua capacidade de sedução, beijar, abraçar e até trocar algumas carícias mais íntimas, mas isso não significa que esteja pronta para vivenciar uma relação sexual. Se ela “fica” com um garoto de idade aproximada, o ficar limita-se às situações com as quais ambos têm condições de negociar. Mas se o garoto for mais velho, a expectativa dele no ficar, somada ao seu poder físico e mental, podem levar a garota a uma situação muito difícil!

Quando falamos em relação sexual de uma menina ou menino menor de 14 anos com outro mais velho ou maior de idade, estamos falando em abuso sexual, uma violência sexual. De acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 224, “a violência é sempre presumida, ou seja, é considerada violência, mesmo com o consentimento, em menores de 14 anos, deficientes mentais, ou quando a pessoa não pode, por qualquer outro motivo, oferecer resistência.” (Conexão ANA, 2013)

Namorar é brincar de bem-me-quer

Quando se fala em namoro, o primeiro pensamento vai para o compromisso, ou melhor, o compromisso de fidelidade, mas também de companheirismo. No namoro, a pessoa se sente desejada, importante, e sonha acordada com as coisas boas que se pode construir e viver juntos. Namorar precisa ser uma coisa que cause vontade de sorrir, chorar, brincar, brigar, mas, acima de tudo, querer-se. É fundamental trabalhar com as meninas e os meninos a questão do consentimento e procurar evitar o relacionamento abusivo.

O namoro nos dias de hoje envolve uma grande cumplicidade, intimidade e privacidade entre o casal, e isso é tudo o que eles precisam para viver suas experiências sexuais. Portanto, é imprescindível preparar os jovens para a tomada de decisão sobre a primeira vez.

Primeira vez – quando é chegada a hora?

Há pelo menos 50 anos a sociedade, e mais precisamente os pais, tinham todo o cuidado para que suas filhas não tivessem a oportunidade de fazer sexo. Havia um controle familiar muito rígido para que a abstinência sexual fosse cumprida até o casamento.

Hoje, o namoro é mais aberto, o convívio mais intenso e sem nenhuma interferência dos adultos, o que possibilita a privacidade e, conseqüentemente, intimidade entre o casal. Fazer sexo depende, exclusivamente, da motivação e preparo de cada um dos jovens envolvidos.

A Hora Certa

Na adolescência, os hormônios sexuais provocam uma mudança radical, transformando o corpo de criança para um corpo adulto. O corpo, que antes sentia “cócegas” quando se deparava com um estímulo sexual, passa a sentir um “comichão”, chamado tesão, toda vez que acontece um olho no olho, um beijo, um abraço, um cheiro, e outras carinhos mais.

A sensação de desejo, aliada à curiosidade e à oportunidade, podem dar a falsa impressão de que o adolescente está pronto para ter a sua primeira vez. No entanto, é fundamental que a garotada com-

prenda que ninguém é apenas um CORPO. Cada adolescente é uma pessoa que tem uma determinada vivência, valores, crenças e expectativas. Por sua vez, o sexo não é só uma reação orgânica que automaticamente leva ao prazer; para ele acontecer adequadamente, o desejo, por si só, não é suficiente. É necessária maturidade, capacidade de entrega e responsabilidade sexual (prevenção de gravidez e IST/Aids).

Para o adolescente encontrar a resposta para o momento certo, um exercício que tem dado certo é fazer uma lista do que acredita ser importante acontecer num relacionamento sexual, as expectativas que tem em relação a uma transa, e a parceria: o que espera do (a) namorado (a) durante e depois da relação sexual. Depois, oriente o casal a conversar e a analisar os “prós e contras” no momento. No caso da conversa em casa, com os filhos, os pais podem fazer a sua lista de expectativas também, analisarem juntos e fazer as negociações necessárias à boa convivência e responsabilidade sexual.

O momento certo é aquele em que a lista dos “contras” praticamente não existir, ou quando os contras são poucos e possíveis de resolver.



Prevenção de gravidez na adolescência

A sexualidade é um ponto central da vida adolescente. Quando a puberdade chega, os hormônios que ele ou ela passa a produzir provocam uma série de mudanças físicas, sociais, psicológicas e cognitivas que tornam a sexualidade cada vez mais presente no dia a dia tanto do menino quanto da menina.

A sexualidade ocupa intensamente os pensamentos deles, motiva suas atitudes, e instiga curiosidades, afetos, sentimentos, desejos e escolhas. Portanto, é natural que as experiências aconteçam nessa fase da vida, mas também é necessário que os adolescentes sejam preparados para perceber a responsabilidade que a vida sexual exige, para não cair em armadilhas, saber os riscos e os impactos em sua saúde e em seus projetos de vida, como a gravidez e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

É importante assegurar aos adolescentes os seus direitos sexuais e reprodutivos, e isso passa pelo acesso à informação de qualidade, de acordo com a sua faixa etária, com uma linguagem acessível e que oportunize o direito aos seus direitos individuais, sem qualquer forma de discriminação, coerção ou violência. É preciso reunir meninos e meninas num diálogo franco e honesto, promovendo espaços de participação e diálogo que contribuam para uma equidade de gênero e desenvolvimento de uma sexualidade plena, saudável, responsável e protegida, e que trabalhe na perspectiva da promoção dos direitos sexuais, do cuidado com si e com o outro, na prevenção da gravidez e das ISTs, HIV/Aids.



O que funciona?

Na minha experiência, as estratégias que melhor funcionaram para fazer os jovens se prevenirem de uma gravidez, são: 1o) Despertar a motivação, 2o) Conhecer o corpo, os órgãos e o funcionamento dos mesmos, os tipos de práticas sexuais, as que fornecem risco para a gravidez e as fases de desenvolvimento da gestação, e por fim, 3º) Saber sobre os métodos contraceptivos e identificar que engravidar, hoje, é uma questão de escolha.

A motivação: só um jovem que consegue perceber o que pode ganhar por não ter um filho na adolescência terá interesse em se prevenir e usar essa aprendizagem em seu benefício. Por isso, acredito que identificar o próprio sonho, o projeto de vida, é o que fará toda a diferença na hora de

decidir pela prevenção! Não se trata, é claro, de adotar o discurso do medo. Mas é preciso mostrar que a adolescência não é o melhor momento para se ter um filho. É a fase da experiência, das descobertas pessoais, acadêmicas e profissionais, do início das definições de rumos para a vida adulta. Um filho na adolescência pode abreviar esse rico processo de amadurecimento. Devemos levar o adolescente a identificar como uma gravidez, neste momento, pode pôr obstáculos ao seu maior sonho: o projeto de vida profissional.

Corpo sexual e reprodutivo: é fundamental saber sobre o corpo, a maneira como acontece a fecundação, e quais práticas sexuais são mais arriscadas para promover o encontro do óvulo com o espermatozoide. Nesse momento é necessário ajudar o jovem a fazer a associação do funcionamento do seu corpo ao impulso sexual, ou seja: falar claramente sobre relação sexual.

Métodos Contraceptivos: É imprescindível que o adolescente saiba que o anticoncepcional mais indicado na adolescência é a “CAMISINHA”, porque além de prevenir a gravidez, protege contra a Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis. Mas existem vários outros métodos contraceptivos que as meninas também podem usar em conjunto com a camisinha e garantir uma maior segurança em relação à gravidez.

Nessa conversa sobre métodos, a mensagem é: Não aposte na sorte! A prevenção de gravidez é responsabilidade tanto das meninas como dos meninos. Eles devem aprender a usar a camisinha e a negociar a sua utilização no relacionamento sexual. A garota deve ir ao ginecologista para usar o método contraceptivo mais adequado a ela. Em geral, na adolescência é o método hormonal e a camisinha que fazem o casamento perfeito para uma boa prevenção!

Além dessas estratégias, um educador (a) nunca deve esquecer de também estar atento às questões de gênero que impactam na autoestima e autoimagem. O adolescente precisa gostar de ser do jeito

que é; deve admirar-se e perceber-se como uma pessoa importante. Trabalhar a autoestima é fundamental. Incentive que eles desenvolvam suas habilidades e façam coisas que os deixem satisfeitos, como por exemplo: praticar atividades esportivas e/ou artísticas.

Os pais e professores têm um papel significativo no desenvolvimento do adolescente e em provocar nele reflexões a respeito da sexualidade, suas possibilidades e limites.

Prevenção de ist/aids

Pelo menos vinte e sete infecções podem ser transmitidas por meio do contato sexual. Mas as que continuam com o índice de crescimento alto e preocupante são a Aids, a sífilis e o HPV.

O Programa das Nações Unidas para HIV e Aids (Unaid) divulgou um relatório com notícias animadoras em relação à Aids no mundo: diminuíram em 13% as novas infecções por HIV nesse século e nos últimos três anos. No entanto, para nossa tristeza, o mesmo documento revelou que o número de novas infecções pelo HIV aumentou 11% no Brasil, e o índice de mortes no país atribuídas à doença subiu 7% entre 2005 e 2013. Aproximadamente um terço das novas infecções ocorreu entre jovens de 15 a 24 anos.

Por quê? As causas ainda não foram estudadas, mas uma das hipóteses levantadas é a desinformação. Na minha opinião, é mais do que isso: existe ainda uma dificuldade para aceitar a sexualidade na adolescência. A prevenção, por meio da educação, é considerada a chave para reduzir o índice de novas infecções pelo HIV. E a família e a escola são os principais espaços para se dedicar a esta função. Para tanto, pais, mães e educadores em geral precisam deixar de olhar os nossos alunos sob o ponto de vista de como gostaríamos que eles fossem sexualmente, e passar a enxergá-los como de fato são. É preciso dar aos jovens a principal arma de proteção – a informação –, mas também ouvir e atender às suas necessidades, interesses e ideias para o exercício de práticas preventivas.

Como iniciar essa conversa?

O vírus pode demorar vários anos até se manifestar em uma pessoa infectada e, com o tema aparecendo menos nas mídias, o jovem acha que a Aids é uma doença do passado ou de pessoas mais velhas, e que usar camisinha é uma mão de obra desnecessária.

Problematize com seus adolescentes a questão e abra o diálogo perguntando se essa também é a opinião dele e dos colegas. Durante a conversa, identifique as situações que necessitam de mais esclarecimento, e complemente com sua experiência e mais informações. É juntando o nosso conhecimento com o do adolescente que fazemos acontecer o que há de melhor na relação com jovens: o fenômeno da complementaridade!



Outra causa importante

Quando se considera a prevenção, é natural pensar na primária, aquela que se utiliza para não se infectar. Mas é igualmente importante a prevenção secundária, que deve ser adotada pelos portadores do vírus. O documento da UnaidS revela um dado importante: 54% das pessoas infectadas no mundo todo não têm consciência de que são portadoras do vírus. Isso representa 19 milhões das 35 milhões de pessoas que atualmente vivem com HIV.

No entanto, se sabe que o diagnóstico tardio aumenta o risco de transmissão e também de óbitos, enquanto que numa pessoa infectada pelo HIV, que realiza o tratamento corretamente, o vírus pode se tornar indetectável e ter sua capacidade de transmissão reduzida em até 96%.

Portanto, quando conversar com adolescentes não se pode deixar de lado a importância do diagnóstico precoce e da adesão ao tratamento. No Brasil, ele é gratuito, e já existem testes rápidos e gratuitos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para mais informações e locais para fazer o teste, entre no site do Ministério da Saúde <http://www.aids.gov.br/pagina/onde-fazer>.

O uso da camisinha

A pergunta que mais intriga um adulto é: por que os jovens, mesmo sabendo dos riscos e com tanto acesso à informação, não usam preservativo?

Hoje tenho uma opinião formada sobre isso: usar a camisinha exige coragem. Pensando bem, é mais do que isso. Usar camisinha significa um ato de “rebeldia responsável” contra a nossa cultura e valores sexuais.

Acompanhem o meu pensamento: o simples ato de vestir o preservativo, masculino ou feminino, envolve uma série de tabus, preconceitos e julgamentos morais cultivados ao longo do tempo na nossa sociedade que podem colocar em risco o relacionamento, a masculinidade e a honra de quem usa camisinha. É por isso que eu faço questão de mostrar essa dificuldade, para que a gente entenda o lado do adolescente e possa encontrar meios de fortalecer o seu comportamento responsável.

Os tabus que dificultam a prevenção

1. Sexo não é coisa de adolescente

Apesar de tantas pesquisas mostrarem que meninos e meninas iniciam sua vida sexual por volta dos 14 anos, nós, adultos, ainda queremos acreditar que isso não seja verdade. O resultado desse comportamento é a vergonha, o medo e a desconfiança por parte dos adolescentes em pegar o preservativo no serviço de saúde ou mesmo comprá-lo na farmácia. Para eles é constrangedor perceber o olhar de reprovação do adulto. Isso quando não recebem “conselhos” de profissionais de saúde para desencorajar a atividade sexual.

2. Quem ama confia

Este valor, às vezes tão cultuado por alguns grupos, funciona como uma espécie de sabotagem à prevenção. Isso fica evidente quando os jovens dizem não ser necessário usar o preservativo quando se está em um relacionamento estável. Esse comportamento faz com que muitos deles desconfiem da parceria (de sua fidelidade ou de estarem infectados por HIV ou outra DST), se ele ou ela pedir para usar camisinha.

3. Ser homem é correr riscos

Esta ideia faz parte da construção do que é ser masculino. Agora imaginem um garoto que não sabe como colocar a camisinha, ou ainda não adquiriu a habilidade para colocá-la, e que vai ter uma relação sexual com uma garota que, em geral, pertence ao seu grupo de amigos. Para manter sua imagem viril – e ocultar sua insegurança – ele irá preferir arriscar e abrir mão da camisinha. Isso também explica o número elevado de jovens que iniciam sua vida sexual sem fazer sexo seguro ou não usam preservativos em todas as relações sexuais.

4. Garota que carrega camisinha é “galinha”

Embora muitos jovens já saibam que as meninas também têm o direito de solicitarem o uso do preservativo e tomarem a iniciativa da prevenção, o preconceito sobre o comportamento sexual feminino ainda é grande. As meninas têm medo do que possam pensar dela e, portanto, não carregam consigo camisinhas. Esse julgamento moral é outro fator que contribui para o descaso com a prevenção.

Esses dados revelam que o preconceito e alguns comportamentos sociais mais arraigados em nossa sociedade representam grandes barreiras ao sexo seguro, mesmo que exista amplo acesso à informação e aos métodos preventivos. É importante que educadores e pais desconstruam esses mitos junto aos adolescentes, por meio de conversas sobre essas questões. Entre elas, há duas fundamentais: treinar a colocação da camisinha para desenvolver a habilidade do garoto e da garota para colocar o preservativo e a conscientização de que ninguém deve delegar ao outro o direito de decidir sobre a sua saúde!

Bibliografia

TIBA, I - *Puberdade e Adolescência: Desenvolvimento Biopsicossocial*. São Paulo: Ágora, 1986.

DIAS, VRCS - *Vínculo Conjugal na Análise Psicodramática: Diagnóstico Estrutural dos Casamentos*. São Paulo: Ágora, 2000.

PAMPLONA, RC.Os 11 Sexos. São Paulo: Gente, 1994.

Site Unaid - <https://unaid.org.br/estatisticas/>

Site Ministério da Saúde - <http://www.aids.gov.br/pagina/onde-fazer>.

Constituição Federal de 1988

Conexão ANA. *Guia de Autoproteção Contra a Violência Sexual*. Fortaleza, CE: 2013.

Estatuto da Diversidade Sexual - disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7651096&disposition=inline#:~:text=Identidade%20de%20G%C3%AAnero-,Art.,%2C%20social%2C%20religiosa%20ou%20familiar>.

Bárbara Tavares da Silva, 14 anos
Gabriel Víctor B. de Souza, 17 anos
Luís Henrique Borges da Fonseca e Silva, 17 anos
Marianna Nunes P. de Souza, 16 anos
Patrick Figueiredo Antunes Pereira, 16 anos
Thaís Antunes Matozo, 17 anos
Thamara Vitória dos Santos Mangia, 16 anos
Tiago de Araújo Silva, 18 anos

A CURIOSIDADE MATOU O MEDO: A HISTÓRIA DE UMA EDUCADORA QUE PROMOVEU SAÚDE COM ADOLESCENTES

Introdução

Este é um artigo produzido coletivamente a partir de histórias e vivências reais, que foram mescladas, reorganizadas e relatadas de forma ficcional. Meninas e meninos com idades entre 14 e 18 anos, participantes da Rede de Adolescentes Promotores da Saúde (RAP da Saúde²⁴), da prefeitura do Rio de Janeiro, foram convidados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a construir este texto. O objetivo deste material é apresentar, na perspectiva dos adolescentes, recomendações sobre como promover o direito à saúde sexual e à saúde reprodutiva nos diversos contextos de convivência, incluindo família, escola e Unidades Básicas de Saúde (UBS), com base no potencial da educação entre pares e do diálogo intergeracional.

Foi realizada uma oficina de escrita criativa presencial²⁵ com oito adolescentes, no dia 16 de fevereiro de 2018, da qual se originam os depoimentos incluídos ao longo da história. O encontro foi fundamental para que os adolescentes pudessem compartilhar momentos em que se sentiram acolhidos, mas também angustiados, na interação com familiares, educadores e profissionais de saúde quando precisaram ter acesso à informação e apoio em relação à sua própria sexualidade. Com base em sua experiência e formação na área de saúde sexual e saúde reprodutiva no Rap da Saúde, assim como em suas vivências como sujeitos em fase de desenvolvimento e descoberta, os participantes da oficina sugerem recomendações de temas, abordagens, linguagens e metodologias para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

Márcia, uma professora que não tinha paciência com adolescentes, é uma personagem fictícia construída pelos jovens. A professora consegue se abrir ao diálogo com seus alunos depois de uma conversa com Rogério, médico da unidade de saúde próxima à escola de Márcia. O próprio médico conta para a professora como mudou de postura em relação aos adolescentes após se deixar levar pela conversa de uma menina extremamente curiosa e interessada em seu ofício durante seu horário de almoço.

A história do médico é um caso real, relatado pelos adolescentes, assim como são reais todas as sensações de angústia ou de acolhimento colocadas neste texto pelos meninos e pelas meninas. Espera-se que esta história contribua para que os adultos de referência na vida de adolescentes respondam positivamente à sua responsabilidade de informar, acolher, orientar e proteger direitos de meninos e

24. O RAP da Saúde é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. O projeto existe desde 2006 e engaja adolescentes e jovens na promoção de ações nas unidades de saúde da capital para a mobilização de outros adolescentes. São abordados temas diversos relacionados à saúde dos adolescentes e jovens, sempre de forma lúdica e interativa.

25. A oficina foi facilitada por Renata Versiani, mestra em Psicologia e Cultura e especialista em Letras, em 2018.

Foi utilizada a técnica da Escrita Automática, um método que busca acesso a um fluxo de pensamentos espontâneos, além dos pensamentos construídos pelo conhecimento teórico.

meninas para que desfrutem de sua sexualidade e a expressem sem riscos de infecções sexualmente transmissíveis, gestações indesejadas, coerção, violência e discriminação. Para isso, é fundamental compreender e disseminar o conceito de saúde sexual da Organização Mundial de Saúde, que integra elementos físicos, emocionais, intelectuais e sociais, e para promover uma vivência feliz e satisfatória de cada pessoa, valorizando as relações pessoais e a identidade de cada um. Igualmente importante é reconhecer que saúde reprodutiva é a condição de bem-estar físico, mental e social relacionada com o sistema reprodutor para que as pessoas desfrutem de uma vida sexual satisfatória e segura²⁶. Afinal, os direitos sexuais e direitos reprodutivos já foram reconhecidos como Direitos Humanos tanto em leis nacionais como em documentos internacionais, o que reforça a importância de aceitar e respeitar a individualidade e a autonomia dos adolescentes, oferecendo informações de qualidade e oportunidades para o exercício desses direitos, sem discriminação.

O desafio na escola

Márcia é professora de português do Ensino Médio. Dá aulas para turmas cheias, com uma média de 40 adolescentes. Todos os dias ela se pergunta se está fazendo o melhor para ensinar àqueles meninos e àquelas meninas. Mas segue em frente, sem dar muito o braço a torcer, mantendo a postura de autoridade do conhecimento, que considera fundamental para não perder o controle e a disciplina em sala de aula.

O problema é que a relação entre os estudantes estava ficando cada dia mais difícil: muitas brigas, atrasos, comportamento agressivo e falta de respeito. Ela percebeu inclusive que uma das meninas, até então desenvolta e comunicativa, estava mais quieta, na dela, isolada. Ouviu dizer nos corredores que estavam falando mal dela por causa de suas roupas, um suposto vazamento de fotos íntimas e rumores de que estaria grávida, mas Márcia preferiu não ir a fundo na história. Só que toda essa situação também estava prejudicando estudantes que tentavam aprender. E um grupinho chegou até Márcia no fim da aula para pedir uma solução.

– Professora, estamos precisando muito da sua ajuda. A gente não aguenta mais tanta confusão, conflitos e brigas.

– Meu papel é ensinar, eu não tenho como dar conta de todos os problemas de vocês. Vocês são adolescentes, cada dia uma novidade, mas eu não tenho como ajudar com isso.

– Mas você está conseguindo ensinar com a sala desse jeito? Você acha mesmo que estamos aprendendo? Se estamos pedindo ajuda é porque a coisa está séria.

Márcia concordava que levar daquela forma seria insustentável e resolveu consultar a direção da escola. Mônica, a diretora, até que se dava bem com adolescentes, mas em uma escola com tantos estudantes era praticamente impossível estar mais próxima deles.

– Mônica, eu não sei mais o que fazer. Eles não sentam, não escutam, só brigam, ficam de fofoca, falam mal uns dos outros. Não tem condições de ensinar nada. Alguns estudantes da turma B vieram falar comigo, pedir pra eu fazer alguma coisa. Mas a verdade é que eu não sei lidar com adolescentes, não tenho paciência. É muita indisciplina e muito hormônio. Agora que estão nessa fase de namoro, não pensam em outra coisa.



26. O conceito de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva está descrito na Agenda Proteger e Cuidar de Adolescentes na Atenção Básica do Ministério da Saúde, disponível em: < <https://aps.saude.gov.br/noticia/2320> >. Acesso em 05/01/21.

- Puxa Márcia, vamos pensar sobre isso juntas. Adolescência é uma fase de muita descoberta, energia e interação mesmo. Talvez a gente pudesse fazer um trabalho sobre sexualidade com eles, o que acha? É um assunto que conecta muito com o que eles estão vivendo. A unidade de saúde aqui do bairro tem um projeto com adolescentes, acho que os próprios meninos e meninas fazem atividades com outros jovens.

- Mas Mônica, esse assunto é muito difícil de trabalhar, os pais podem não gostar, ainda mais com outros adolescentes liderando. Eu mesma não me sentiria à vontade pra falar sobre isso com eles.

- Márcia, entendo que é complicado. Aqui mesmo na escola alguns colegas acham errado. Mas é um direito deles ter acesso à informação confiável sobre o assunto e manter aberto um canal de diálogo para troca de vivências e conhecimento. Se você acha que não podemos fazer isso sozinhas, vamos buscar apoio dos colegas da saúde aqui no bairro. Além disso, adolescentes já conversam entre si, se relacionam. É uma realidade, não adianta a gente fingir que eles não são seres sexuados. A diferença é que vão falar sobre sexualidade, na linguagem deles, mas com o apoio de profissionais que podem orientar, explicar, tirar dúvidas e aprender junto com eles.

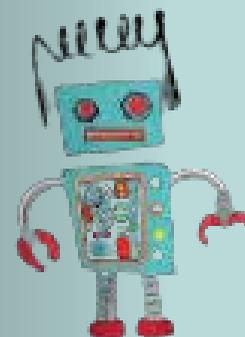
Em busca de parceria

Mônica entrou em contato com a unidade de saúde do bairro, foi até lá, e explicou todos os desafios que estavam enfrentando na escola. Ela foi recebida por Salete, enfermeira responsável pelas ações de saúde da família. Salete é dessas pessoas que correm atrás do que for preciso para ver o trabalho acontecer. Mônica sabe bem a importância de encontrar pessoas assim e ficou animada logo de cara.

- Mônica, temos um grupo de adolescentes aqui que faz um trabalho incrível, de educação entre pares. Eles podem ir até a escola, fazer algumas atividades com os estudantes e com os professores também. Minha sugestão é que a professora que você falou, que tem dificuldade em lidar com adolescentes, conheça primeiro o Rogério, médico da unidade de saúde, que é o facilitador do grupo. Eles podem pensar juntos nas estratégias. Aliás, a história dele é bem parecida com a dela...

Rogério preferiu ir até a escola para conversar com Márcia. Ele queria conhecer o ambiente escolar, ver os estudantes, as rotinas. Hoje ele sabe que é muito importante entender o contexto em que as pessoas vivem para mapear os desafios e as oportunidades no trabalho de saúde junto à comunidade local.

- Márcia, queria começar te contando a minha história. Há três meses eu nunca ia me imaginar visitando uma escola para pensar atividades com adolescentes. Muito menos sobre sexualidade. Nunca gostei de lidar com adolescentes, não tinha paciência, sempre achei que adolescente é uma bomba-relógio, prestes a explodir. Tudo vira uma crise. Achava que falavam de maneira diferente para aparecer, com aquele tanto de gíria. Resumindo, meu pânico era ter que atender adolescente. Até que um dia uma menina conseguiu prender minha atenção, e de forma inesperada, como quem não quer nada além de uma conversa despretensiosa.



Rogério entra na roda

Rogério lanchava no refeitório da unidade de saúde, era meio-dia. Até ali, tinha atendido situações rotineiras: dor de cabeça, insônia, diabetes, etc. Larissa sentou ao seu lado, olhou o crachá de “médico”, e começou a chuva de perguntas:

- Por que você escolheu a medicina? Teve que estudar muito pra passar no vestibular? E o material de estudo, é caro? Quanto tempo leva pra se formar?

Rogério respirou fundo, contando o tempo que tinha para o almoço, e começou a responder a menina. Explicou que escolheu a medicina porque os pais também eram médicos e ele admirava o trabalho deles. Contou que precisou estudar muito e que foi aprovado para uma universidade pública, então, não pagou mensalidade, mas tinha muitos gastos com livros, materiais e congressos. E respondeu a tudo isso mantendo o foco no almoço. Mas Larissa não parou:

- Sou muito estudiosa, desde pequena, e sempre quis ser médica. Meus pais falam que não é pra mim, ficam preocupados com meus sonhos. Mas quero muito. E quero trabalhar aqui, no meu bairro, pra ajudar as pessoas daqui. E você, gosta de trabalhar aqui?

A pergunta deu uma chacoalhada em Rogério. A menina queria ser médica sem incentivo da família e ainda queria trabalhar ali, no bairro. Ele sentiu que ela tinha algo de especial e começou a achar interessante a determinação de Larissa. Ela continuou:

- Você prefere trabalhar com criança, adolescente ou adulto? Eu acho que vou preferir trabalhar com adolescente. A gente tem muita dúvida e quase ninguém pra escutar. Todo mundo aponta o dedo, esculacha. Outro dia, uma amiga veio buscar camisinha aqui e já olharam feio. Disseram que ela estava perdida, que daí a pouco já ia colocar filho no mundo mesmo, e que era melhor tomar logo injeção pra garantir que não iria engravidar.

- Mas a camisinha é muito importante para prevenir infecções sexualmente transmissíveis. A injeção



ou outro método contraceptivo pode ser combinado com a camisinha, mas também é importante uma avaliação para usar hormônios. E o que a sua amiga fez? Levou a camisinha?

A conversa rendeu duas horas que Rogério nem viu passar. Depois disso, todo dia aparecia um adolescente na hora do almoço para falar com ele. Rogério foi se interessando pelas dúvidas de Larissa, de seus amigos e amigas. Quanto mais forte a confiança, mais se abriam: Mariana descobriu que tinha o direito de ser atendida sem o acompanhamento de um adulto, e só assim teve coragem de contar para Rogério que saiu da balada com o *crush* e acabou transando sem camisinha. Ainda bem que agora ela tinha com quem conversar e receber orientação. Victor começou a sentir atração por outro menino e estava morrendo de medo de assumir isso para si mesmo e para a família, mas confiou em Rogério para se abrir e perceber que não havia nada de errado com ele. Rogério começou, então, a observar com outros olhos a forma como os adolescentes eram tratados. Eles não estavam pedindo muito, só queriam atenção e respeito.

Ele propôs então juntar os adolescentes. Pediu que Larissa chamasse outros colegas e se colocou à disposição para encontros regulares: rodas de conversa, cine-debates ou mesmo oficinas de música ou artesanato, que aparentemente não tinham nada a ver com saúde, mas que acabavam rendendo conversas superimportantes e um vínculo de confiança duradouro.

Rogério contou à Márcia que, desde então, ele se tornou um parceiro dos adolescentes na unidade de saúde. E como resultado dos encontros, aumentou a procura de adolescentes pela atenção em saúde. Outros funcionários (enfermeiros, agentes comunitários de saúde, estagiários) se engajaram, o que tornou o ambiente mais leve e amigável para o atendimento a adolescentes.

- Mas Rogério, você é médico, tem conhecimento. Eu não tenho nem paciência e nem informação para abordar esses temas com eles.

- Márcia, eu tinha conhecimentos médicos, mas descobri que não sabia nada sobre o mundo deles. Fui aprendendo muito com eles e tive que reinventar tudo o que eu havia aprendido para que fizesse sentido no trabalho com os jovens.

A gente aprende junto, inclusive a ter paciência. Várias vezes eles demonstraram muita preguiça com o que eu propunha também, me chamavam de “Doutor Palestrinha”. A primeira coisa que aprendi foi que palestra, projetor, slides cheios de letras, nada disso funciona com eles. E eles também entenderam que muita gente falando ao mesmo tempo não funciona comigo. Vamos testar? Eu convido os adolescentes de lá e fazemos uma roda com alguns adolescentes daqui.

Roda de diálogo

Lidar com muita gente falando ao mesmo tempo segue sendo um desafio para Rogério. E Márcia também entende bem o que é isso. Mas em roda, sentados no chão, com uma música ao fundo, todo mundo foi logo se concentrando na atividade proposta. Foi feita uma dinâmica de aquecimento e, na sequência, cada um deveria falar o que vinha à mente em relação a:

Ser adolescente:

O que foi dito: angústia, desconfiança, coragem, falta de apoio, conflitos, diferenças, verdade, experiências, estar à flor da pele, sentir solidão, paixão, impotência, alegria, medo, dor, loucura, dúvidas, ter os direitos violados.

Ser menina:

Apareceram as seguintes ideias: ser rebaixada, ser forte, pressão para ser meiga e simpática, sentir-se impotente, submissa, impossibilitada, afetuosa, sofrer pressão para ser mãe mesmo que não queira, não ter escolhas, ser vista como um objeto, ter muito mais responsabilidades domésticas, encarar o assédio, coragem, maternidade, boneca, sofrimento.

Ser menino:

Os adolescentes disseram: pressão, hostilidade, azul, pegador, responsabilidade, homem da casa, alfa, machão.

LGBT:

As palavras relacionadas a esse tema foram: vergonha, humilhação, escória, deve morrer, não ser legitimado, fofocas, imposição, guerra, luta, respeito, preconceito, identidade, coragem.

A partir daí a conversa começou a rolar²⁷. De forma espontânea, os adolescentes expressaram como se sentiam e Márcia foi ganhando elementos importantes para compreender os seus alunos e garantir um ambiente de respeito mútuo na escola.

27. Todas as falas reproduzidas neste tópico são reais e foram compartilhadas pelos adolescentes durante a oficina de construção deste texto, realizada no dia 16 de fevereiro de 2018.

“Somos adolescências no plural, afinal, cada adolescente faz de sua adolescência algo único, não adianta generalizar”.

“A pessoa acha que a orientação sexual é uma opção, uma escolha, como se a pessoa decidisse comer frango ou carne. O pior problema de tudo é a falta de respeito. Se você aceita ou não, o problema é seu, mas tem que respeitar todo mundo independente de orientação sexual”.

“Existe violência contra LGBT na escola. A homossexualidade é usada como ofensa. É como se a homossexualidade fosse uma coisa diabólica. A pessoa homossexual não é vista como uma pessoa que gosta da outra, que está aprendendo a desenvolver o afeto”.

“Muitos pais sonham em ter neto e pensam por eles, não pelos filhos. Os pais querem viver a vida dos filhos como se fosse deles”.

“A gente vê uma relação de poder. O pai fala que o adolescente tem que obedecer porque é pai e não tem conversa”.

“A gente vive numa sociedade muito patriarcal e muito machista. O menino tem que correr atrás. A menina não pode dar em cima do cara. Se você for menino, você vai pegar meninas. Mas se você for homossexual, é como se não fosse menino. Ser homossexual é saber que está sozinho, sem apoio da escola, da família ou do médico. Com quem eu vou? Será que eu vou mesmo? Não tá valendo a pena assumir quem sou”.

“Sobre nossos problemas, às vezes a gente não quer resposta. Às vezes, a resposta nem existe, mas a gente quer falar, conversar”.

“O adolescente não tem com quem falar e acaba ficando deprimido. Ou fala com quem não tá preparado, olha na internet e faz besteira”.

“No quinto ano, a gente debatia a sexualidade de uma forma biológica, mas pelo menos o tema existia. No ensino médio nunca rolou debate sobre sexualidade, nem na aula de biologia”.

“Quando o assunto é sexualidade, há um silêncio na escola, um silêncio que grita. É como se tivessem colocado uma cortina preta para que a realidade não apareça”.

“Eu vejo um adolescente como um percurso que se faz às cegas, uma trajetória sofrida e árdua, que, sem espaço de acolhimento, sem alguém pra dar a mão, a pessoa sente a pressão e pode ficar deprimida”.

“O que mais machuca é quando alguém em que você confia fala sobre a sua intimidade. Isso é horrível”.

“As pessoas fingem que não estão vendo nada. Aí quando aparece uma menina grávida, ninguém sabe o que fazer”.

“A depressão é séria. A gente sofre. Mas isso é visto como frescura, como se quisesse chamar atenção. Se alguém diz que quer morrer, muita gente responde: você não tem conta pra pagar, vai lavar louça! Quando sua dor não é valorizada, você precisa de alguém que te escute, é muito bom”.

“Você está descobrindo algo novo, é legal, mas é dolorido também”.

Márcia ficou impressionada com as falas, não imaginava quantas dúvidas e angústias estavam por trás de meninos e de meninas que, para ela, pareciam tão seguros de si, tão fortes e independentes. Ela estava calada, apenas ouvindo, quando uma de suas alunas se dirigiu a ela:

“Na sua adolescência, quando você estava descobrindo a sua sexualidade, o beijo, o sexo, como foi para você? Sei que viveu em outra época. Mas você pode mostrar a sua história e eu a minha. E a gente pode fazer uma troca. Mas eu preciso que você esteja disposta a fazer isso, senão, fica algo ruim: eu querendo trocar e você sem querer me escutar”.



Márcia contou que em sua época não havia nenhum espaço para tratar desses assuntos e que ela também tem dificuldades para falar sobre sexualidade. E topou o desafio de construir uma troca com os estudantes. Levantou-se, foi até o quadro, e propôs começar com uma lista de recomendações sobre como fazer esse trabalho de maneira respeitosa para todos e todas. Ela entendeu que esse é um caminho que poderiam construir juntos.

Dicas para trabalhar direitos sexuais e direitos reprodutivos com adolescentes:

- Ouvir com atenção, sem julgamento e sem minimizar o que o adolescente está sentindo.
- Nunca fechar uma porta. Se um menino ou uma menina perguntar algo que você não sabe ou tem dificuldade para responder, encaminhe, busque ajuda.
- Conversar de igual para igual.
- Orientar atividades de educação entre pares: tem assuntos que os adolescentes podem trabalhar melhor entre eles, contando com o apoio e um adulto de referência.
- Trocar experiências: lembrar que todos foram adolescentes. Os desafios podem ser diferentes, mas todos passaram por essa fase.

- Tratar com respeito e estabelecer uma relação de confiança. Não expor o que ouvir para outras pessoas. Não apontar o dedo ou mandar calar a boca.
- Tentar entender o vocabulário, mesmo não adotando a mesma linguagem: adolescentes compartilham uma linguagem de grupo, que inclui gírias. Isso dá uma sensação de pertencimento a um grupo que é importante para a sua socialização.
- Abordagens mais lúdicas e interativas: paródias, psicodrama, arte, oficina, jogos, e cine-debate são alguns exemplos. Evitar as palestras e a imposição de conhecimento. Pensar em caminhos que façam as pessoas construir juntas.
- Buscar informações atualizadas sobre os temas.
- Compartilhar com os adolescentes as decisões sobre as atividades que a serem desenvolvidas.

Próximos passos

Os estudantes construíram, com o apoio da professora, um calendário de atividades para toda a escola. As dicas viraram uma carta de recomendações que foi discutida com todos os professores.

Alguns pais procuraram a escola, preocupados com a abordagem do tema da sexualidade. A diretora realizou, então, uma reunião de pais, mães e demais responsáveis pelos estudantes, com participação do Rogério, da professora Márcia, e de alguns estudantes. E resolveram repetir a mesma dinâmica da roda de conversa com os pais, que também compartilharam angústias e desconhecimentos sobre o assunto. Depois, a diretora explicou como seriam feitas as atividades e convidou os pais a também contribuírem com ideias.

Márcia, assim como Rogério, tornou-se uma parceira dos adolescentes. Alguém com quem eles podem contar para tirar dúvidas, pesquisar juntos ou simplesmente desabafar.



REFLEXÕES
SOBRE A
SEGUNDA
TEMPORADA:
PREVENÇÃO
ON-LINE

(RE) PENSANDO NOSSAS ROTINAS DIGITAIS

A intensidade de uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil é notável no cotidiano de nossas casas e nas nossas escolas. A sensação das famílias e de muitos educadores é de que eles não fazem outra coisa na vida a não ser ficarem conectados aos seus celulares, *tablets* e computadores. Para podermos compreender melhor as rotinas digitais de crianças e adolescentes e encontrar caminhos para estimular experiências mais seguras e positivas, é importante iniciar com uma disposição para: 1) não julgar previamente suas vivências on-line como inúteis; e 2) evitar as comparações nostálgicas sobre os modelos de infância que idealizamos como adultos.

28. Diretor de Educação da SaferNet Brasil. Doutor em psicologia social e pesquisador pós-doutorando na área de interações sociais nos ambientes digitais na Pós-graduação em Psicologia da UFBA e membro do Grupo de Pesquisa em Interações, Tecnologias e Sociedade (GITS/UFBA). Membro do Grupo de especialistas das pesquisas TIC Kids Online e TIC Educação do CETIC.br/NIC.br.



Como ponto de partida, vale recuperar os dados da pesquisa TIC Kids On-line que, ano a ano nos ajudam a observar com mais cuidado as formas de uso da internet na faixa etária entre 9 e 17 anos de idade. Os indicadores de 2019 apontam que 92% das crianças e adolescentes das áreas urbanas e 75% nas áreas rurais usam a internet (CGI.br. 2020). Além da desigualdade no acesso nas áreas mais remotas, as classes sociais também marcam importantes diferenças quando observamos 100% de crianças conectadas nas classes A e B e 80% nas classes D e E. Os dados são bastante expressivos, mas não podemos ignorar que temos mais de 3 milhões de crianças e adolescentes no Brasil que não podem ser consideradas usuárias de internet por usarem muito esporadicamente (menos de uma vez a cada três meses).

No geral, a proporção de conectados é muito grande e confirma nossa sensação de que a maior parte das crianças e adolescentes está on-line. Porém, as pesquisas nos apontam que há muitas particularidades nas formas de uso entre as faixas etárias, nas diferentes classes sociais, e também de acordo com os diferentes tipos de mediação feita pelos responsáveis. Estar on-line não é uma experiência homogênea e tampouco estável. Muitos fatores precisam ser relacionados para podermos analisar as habilidades, os riscos e as oportunidades que cada um experimenta nas redes digitais. As múltiplas infâncias e a diversidade de possibilidades nos ambientes digitais geram experiências muito singulares, o que se reflete em situações de risco e benefícios também singulares.

Um exemplo de diferença é o tipo de aparelho usado para conectar-se à internet. Para 73% das crianças e adolescentes das classes D e E, o celular é o único meio utilizado (CGI.br, 2020). Você que está lendo este texto agora, pode estar em seu celular, mas provavelmente tem um outro aparelho que permita usar um teclado maior, fazer anotações com alguma facilidade, ver todas as linhas na tela, sem rachaduras, ou pode estar apenas ouvindo a leitura por algum dispositivo inteligente. A tela quebrada, pacotes de dados limitados, aparelhos antigos e com defeito geram limites nas possibilidades de explorar as oportunidades dos ambientes digitais. Ainda com todas estas dificuldades, 76% das crianças e adolescentes conectados usam a internet todos os dias e costumam usar para assistir filmes (83%), enviar mensagens instantâneas (79%), pesquisar para trabalhos escolares (76%) e usar redes sociais (68%). Muitos usam também para buscar informações sobre saúde (31%) ou ler notícias (55%) (CGI.br, 2020).

As possibilidades de uso são muito plurais quando pensamos nos conteúdos disponíveis. De entretenimento às causas sociais, passando pelas atividades escolares e comunicação com amigos, a internet pode ser considerada uma gigantesca praça pública na qual as crianças e adolescentes passeiam a partir de seus celulares e com seus variados interesses. A liberdade justamente para poder interagir com pessoas e conteúdos sem a imediata tutela de pais ou educadores é um dos aspectos que tanto fascina os mais novos. Poder estar com os pares para além dos espaços formais das instituições, poder circular por um universo de atualidades, acompanhar e descobrir personalidades, aprender mais sobre os jogos preferidos ou aperfeiçoar e compartilhar com o mundo os talentos que possuem são alguns dos muitos elementos que tanto motivam a conexão constante aos dispositivos digitais.

A mesma liberdade que fascina é a que deixa muitos pais e educadores em pânico. O receio de um uso excessivo dos jogos, o medo do “vício em internet”, a superexposição da intimidade nas redes sociais, o risco de sair para encontrar com “amigos virtuais”, o perigo de desafios violentos ou mesmo a chance de aliciamento e abuso sexual pela internet são preocupações de muitos responsáveis. Quando pensamos nas situações de risco e nos eventuais danos que podem ser causados, não podemos deixar de recuperar a noção de praça pública aplicada aos ambientes digitais. A internet, como ambiente público, exige também a mediação para que, desde os primeiros acessos, crianças reconheçam que nem tudo é apropriado para todas as idades e que os perigos são reais, tanto quanto os da rua, da praça e da praia. Mediar o acesso significa oferecer algum tipo de orientação para que a liberdade seja proporcional à maturidade da criança e à capacidade do adolescente reconhecer as situações de risco e saber minimamente o que fazer para não sofrer danos.

Negociando os limites da presença digital

Atualmente, a maior parte dos pais e mães também usa a internet, inclusive nas classes sociais menos favorecidas, o que se reflete em uma significativa proporção de responsáveis que dizem conversar com os filhos sobre o que eles fazem na internet, em busca de orientações para um uso mais seguro. O desafio atual é que, como o acesso é majoritariamente pelo celular, o acompanhamento se torna cada vez mais difícil. E do ponto de vista prático, sabemos que as conversas sobre limites e liberdades não são nada simples no contexto familiar. Mesmo quando elas existem, não geram efeitos imediatos, pois não estamos falando apenas de regras a serem cumpridas. O maior desafio é desenvolver a capacidade crítica e a habilidade de percepção dos riscos para reações seguras. Estamos falando do desenvolvimento da maturidade, da criação de ambientes seguros para a socialização e da negociação de valores.

Encarar os espaços digitais como ambientes de interação e socialização cada vez mais importantes na vida de todos nós faz com que seja necessário participar da construção desta presença digital de maneira ativa. Por mais que os usos sejam diferentes, a maior parte dos adultos, de uma forma ou de outra, já usa a internet, e todos precisamos ajudar a construir ambientes mais seguros, saudáveis e inspiradores para as gerações mais novas. Aqui, novamente, precisamos desfazer a equivocada noção de nativos digitais, como se os mais velhos habitassem outro mundo, sem qualquer relação com o mundo dos filhos/alunos. Certamente há diferenças marcantes nos estilos, preferências e formas de estar nos ambientes digitais, mas estamos falando de princípios, de valores, e acordos gerais que precisam ser feitos para que as nossas relações sociais, seja qual for o ambiente, digital ou não, possam acontecer de maneira respeitosa. Na praia, na escola, na rua ou na internet, temos acordos e regras de conduta para que possamos nos relacionar, temos direitos e deveres que precisam ser evidenciados como ponto de partida para toda e qualquer conexão que fazemos com outras pessoas, seja qual for o formato dessas conexões. A noção básica de respeito aos direitos e

deveres precisa ser definitivamente o ponto de partida da mediação para acesso das crianças à internet, e, infelizmente, ainda não é. Em muitas famílias há a sensação de impotência e de despreparo para fazer esta mediação, e em algumas delas as crianças ficam à deriva nos ambientes digitais, expostas a mais riscos, e sem acesso a oportunidades apropriadas, mesmo quando consideradas *experts* em internet.



Educando para a cidadania, também no digital

A dificuldade de promover a mediação para o uso seguro e positivo da internet também está presente nas escolas. Ainda que haja gradativa incorporação da temática nas diretrizes da educação básica, a partir das previsões do artigo 26 do Marco Civil da Internet no Brasil (BRASIL, 2014) e da inclusão da cultura digital na Base Nacional Comum Curricular (MEC, 2018), nem sempre as escolas são fontes de informação sobre o uso seguro, saudável e positivo da internet. Na pesquisa TIC Educação 2019, apenas 51% dos alunos de escolas urbanas disseram que seus professores ensinaram formas de usar a internet com segurança, e apenas 40% recebeu orientação sobre o que fazer se fossem incomodados na internet (CGI.br, 2020b). Educar para a cidadania digital é um esforço contínuo quando constatamos a velocidade avassaladora das transformações tecnológicas.

A complexidade dos temas e variáveis exige que os diferentes setores da sociedade participem deste processo educativo, com destaque para a responsabilidade das empresas que criam e disponibilizam as plataformas digitais utilizadas pelas crianças e adolescentes. As próprias plataformas devem ser também fontes de orientações para os diferentes usuários, oferecendo recursos de segurança e informações sobre como mediar o acesso dos mais novos, quando forem permitidos, ou ferramentas para reportar a presença dos que não deveriam estar conectados. Não podemos ainda ignorar que as rotinas digitais das crianças e adolescentes estão relacionadas à oferta de espaços públicos de lazer e cultura nas cidades, à segurança / perigo dos bairros onde moram, e à disponibilidade de áreas verdes para conexão com a natureza. A própria rotina dos demais membros da família também precisa ser levada em conta quando queremos falar sobre a rotina digital das crianças e adolescentes.

O bem-estar e as rotinas digitais

Na pesquisa TIC Kids On-line 2019, temos alguns sinais de que os próprios adolescentes já reconhecem situações de incômodo nas suas experiências on-line, inclusive com relação ao tempo excessivo de conexão e aos possíveis prejuízos em seus relacionamentos sociais. Parece-nos muito relevante observar que 25% dos adolescentes brasileiros usuários de internet, entre 11 e 17 anos, admitem que tentaram passar menos tempo na internet, mas não conseguiram (CGI.br, 2020). Outras situações relatadas pelos adolescentes na pesquisa:

- 21% se sentiu mal em algum momento por não poder estar na internet;
- 24% passou menos tempo do que devia com a minha família, amigos ou fazendo a lição de casa porque ficou muito tempo na internet;
- 21% relata que já se percebeu navegando na internet sem estar realmente interessado (a) no que via;

Fonte: Pesquisa TIC Kids On-line 2019 (CGI.br, 2020)

Apesar de estes relatos serem mais intensos entre as meninas e nas classes mais favorecidas, os indicadores são sinais de que os adolescentes precisam cada vez mais de apoio na construção de rotinas digitais saudáveis e equilibradas. No ano de 2020, o canal de ajuda da SaferNet teve um grande aumento de buscas por orientações em relação à saúde emocional e bem-estar.

A frente da exposição de imagens íntimas e do cyberbullying, crianças e adolescentes enfrentam cada vez mais questões de saúde mental e procuram ajuda²⁹. O período de quarentena na pandemia de Covid-19 amplificou os conflitos familiares, mas a intensificação do uso das redes digitais também pode aumentar o contato com conteúdos sensíveis e a comparação social com efeitos negativos na saúde emocional.

Podemos admitir que muitos adultos se deparam com situações semelhantes e têm dificuldades em regular o próprio uso. O tópico é bastante complexo e de difícil mensuração. Muitos pais e responsáveis buscam ferramentas e fórmulas mágicas para “controlar” o tempo que seus filhos passam conectados aos celulares e aos jogos, preocupados com o desempenho acadêmico e outras formas de socialização sem a mediação da tecnologia.

29. Dados do Canal de Ajuda Helpline.br da SaferNet Brasil relativos ao período de Março a Julho de 2020. Disponível em: <https://helpline.org.br/indicadores/>

As discussões acadêmicas mais atuais têm apontado que o tempo não é o único (e nem o principal) fator a ser considerado na relação entre o uso das telas digitais e o bem-estar (Winther, 2017; Orben & Przybylski, 2019). A culpabilização dos pais por uma longa exposição de crianças e adolescentes às telas digitais muitas vezes não leva em consideração a pluralidade dos contextos sociais e as muitas negociações que ocorrem nas rotinas familiares. O foco apenas no tempo de tela pode gerar reações mais restritivas, inibir o acesso às oportunidades, e não obrigatoriamente ajudar na segurança de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que os estudos sobre tempo de tela e impactos no bem-estar não são conclusivos (Livingstone & Blum-Ross, 2020). A qualidade dos conteúdos, o tipo de interação estabelecida e as reações emocionais relacionadas a este uso são aspectos vitais para avaliarmos as rotinas digitais de todos nós, especialmente das crianças e adolescentes.

Apesar de os estudos mais amplos apontarem pequena relação entre tempo de tela e efeitos diretos no bem-estar de crianças e adolescentes, há uma certa banalização de termos como “viciado” e “dependente” para se referir às rotinas digitais. O uso abusivo de jogos já está presente nas classificações médicas³⁰, incluindo o uso dos jogos eletrônicos, mas exige uma avaliação médica cuidadosa para que seja aplicada corretamente. O uso da internet, em geral, como uma tecnologia presente na vida cotidiana para as mais variadas funções, não está nas classificações médicas especificamente. Neste sentido, não é produtivo banalizar os termos “viciado em internet”, “dependente de celular”, e outros relacionados, pois, além de gerar rotulações negativas para muitas crianças e adolescentes, não ajuda a lidar com a questão do uso desqualificado, prejudicial ou problemático das tecnologias.

O termo uso problemático ajuda a evitar o estereótipo que patologiza uma experiência digital problemática, que pode ser episódica e que poderia ser ajustada com negociações na família ou orientações da rede de apoio da criança

30. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu o termo “Gamingdisorder” na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 11) em 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/1448597234>

ou adolescente em questão. O uso problemático das mídias tem sido estudado por pediatras (Pluhar, Kavanaugh, Levinson, & Rich, 2019) para ajudar a orientar as famílias, evitando as generalizações e as abordagens deterministas.

Os chamados desafios perigosos na internet são outro exemplo de preocupação das famílias que exige cautela na abordagem. Para que as medidas de proteção sejam mais eficientes e não gerem apenas conflitos familiares, vale observar os detalhes da experiência individual da criança e do adolescente para compreender qual lugar aquela situação de risco ocupa, quais reações emocionais provocam e como se relacionam com as experiências vividas pelos pares. Casos como o da Baleia Azul e do Momo apontaram que é urgente abrir mais oportunidades de escuta e acolhimento dos adolescentes mais vulneráveis emocionalmente, ao mesmo tempo em que é necessário que todos reflitam sobre saúde mental e regulação emocional de maneira transparente (Cunha & Nejm, 2019). Mesmo os que acessam os desafios por curiosidade e apenas para se manter “atualizados” podem ser beneficiados com espaços de reflexão crítica sobre suas experiências digitais, com oportunidades para avaliar os diferentes tipos de danos que podem ser causados.

Recursos a favor de rotinas digitais mais seguras e saudáveis

Como apontado no início deste texto, as experiências são plurais, e cada contexto familiar possui suas particularidades. Cada geração tem ainda suas visões de mundo e estilos de vida diferentes que entram em combinação quando o assunto é pensar sobre as rotinas digitais. Não há fórmula mágica, tampouco uma receita que seja válida para todos. O que podemos arriscar aqui é compartilhar algumas pistas e recursos que podem ajudar as famílias a desenvolverem este diálogo franco e aberto sobre suas rotinas digitais atuais, vislumbrando o que desejam mudar. Transformar este desafio em uma experiência coletiva já é um passo importante. Assim como fazemos com as dietas, organizar as rotinas digitais de maneira mais equilibrada e saudável exige um esforço contínuo, mudanças de hábitos, altos e baixos, alguma disciplina, uma rede de colaboração e espaço para negociações.

Alguns pontos que podem ajudar a provocar esta reflexão nas famílias:

- Refletir sobre o uso equilibrado das telas digitais é muito mais do que limitar apenas o tempo de uso. Envolve avaliar a qualidade dos conteúdos e das interações;
- Fazer uma autoavaliação sobre sua rotina digital, montando um diário de uso para relatar onde, com quem e como gasta o tempo diante das telas;
- Usar as ferramentas de controle de tempo e bem-estar de seus celulares e redes sociais para visualizar o mapa de usos;
- Gerenciar os limites de notificação e de interações nos aplicativos;
- Estabelecer tempos de pausas e desconexão ao longo do dia, se possível com algum exercício de alongamento;
- Fazer uma faxina nos aplicativos do celular e guardar apenas os que realmente usa;
- Filtrar as redes sociais para seguir conteúdos que realmente te inspiram e informam;
- Prestar atenção às suas reações emocionais diante de conteúdos e interações que podem gerar desconforto e desencadear sofrimento mais intenso. Interromper o uso e entrar em contato com alguém de sua confiança ou acessar os canais de ajuda on-line;
- Debater com crianças e adolescentes as diferenças de perspectivas sobre os hábitos digitais pode ser muito divertido, com oportunidade de aprendizado mútuo;
- Tentar fazer as reflexões acima como um exercício coletivo no contexto familiar. Criar espaço para todos reverem suas rotinas digitais legitima a negociação dos limites de maneira mais transparente do que a imposição de regras unilateralmente.

Sabemos que escrever e falar sobre estas alternativas é sempre muito mais fácil do que aplicar na experiência concreta de nossas rotinas, cada vez mais aceleradas e atribuladas. Abrir o espaço franco de diálogo sobre a necessidade de mudança já é um movimento decisivo que podemos fazer tanto nas famílias quanto nas escolas³¹. Assumir a necessidade de cuidarmos de nossas rotinas digitais nos conecta com as discussões mais amplas sobre saúde, incluindo aí saúde emocional e saúde sexual, passando por discriminação e exclusão social, temas ainda tabu para muitas famílias e escolas. Passa também pela necessidade de analisarmos com olhar mais crítico como as tecnologias são desenvolvidas, quais valores e visões de mundo estão inscritas nos seus códigos e design. Envolve pensar sobre nossas próprias condutas nos ambientes digitais, e como estamos ajudando a construí-los com cada uma de nossas interações e criações de conteúdo.

31. Vale conferir materiais criados pela SaferNet Brasil para estimular estas reflexões nas escolas e nas famílias, com dicas práticas de recursos pedagógicos e ferramentas das plataformas digitais. Destacamos o curso para educadores (<http://ead.safernet.org.br>), o canal de ajuda, gratuito e on-line, de orientação sobre uso seguro da internet (www.canaldejuda.org.br), as ferramentas de controle parental no Instagram (www.digitalsempressao.org.br) e o controle parental para serviços do Google (<https://families.google.com/familylink/>). Mais informações em: <https://new.safernet.org.br/content/mais-tempo-line-mais-mediacao-parental#>

A velocidade e a intensidade das transformações provocadas pelas tecnologias digitais são, ao mesmo tempo, ameaças e oportunidades para pensarmos sobre novas alternativas e novos caminhos. Este é um desafio gigantesco e distribuído entre os mais diferentes setores da sociedade. Uma forma interessante de se inspirar para provocarmos uma mudança positiva é justamente iniciar ouvindo o que nossas crianças e adolescentes pensam sobre suas rotinas digitais, e o que vislumbram para o seu futuro.



REC

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. (2020). Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids On-line Brasil 2019. São Paulo: CGI.br Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/>. Acesso em 4 jan. 2021.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. (2020b). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2019. São Paulo: CGI.br Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123090444/tic_edu_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em 4 jan. 2021.

Cunha, J., & Nejm, R. (2019). Contato com conteúdos sensíveis de suicídio: lições aprendidas com os casos baleia azul e momo. In: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids On-line Brasil 2018, 37-46. São Paulo: CGI.br. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216370220191105/tic_kids_online_2018_livro_eletronico.pdf

Kardefelt Winther, Daniel (2017). How does the time children spend using digital technology impact their mental well-being, social relationships and physical activity? An evidence-focused literature review, Innocenti Discussion Papers no. 2017-02, Unicef Office of Research - Innocenti, Florence. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/925-how-does-the-time-children-spend-using-digital-technology-impact-their-mental-well.html>

Livingstone, S., & Blum-Ross, A. (n.d.). Parenting for a Digital Future: How Hopes and Fears about Technology Shape Children's Lives. Oxford University Press. Retrieved from <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780190874698.001.0001/oso-9780190874698>

Ministério da Educação (MEC). (2018). Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 04 jan. 2021.

Orben, A., & Przybylski, A. K. (2019). Screens, Teens, and Psychological Well-Being: Evidence From Three Time-Use-Diary Studies. *Psychological Science*, 30(5), 682-696. <https://doi.org/10.1177/0956797619830329>

Pluhar, E., Kavanaugh, J. R., Levinson, J. A., & Rich, M. (2019). Problematic interactive media use in teens: comorbidities, assessment, and treatment. *Psychology Research and Behavior Management*, 12, 447-455. <https://doi.org/10.2147/PRBM.S208968>

A IMPORTÂNCIA DE EDUCAR AS EMOÇÕES PARA AS ADOLESCÊNCIAS: OS DESAFIOS E AS POTÊNCIAS

A importância das emoções

As emoções, dizem os historiadores Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello³³, estão presentes na humanidade desde sempre. Um sorriso, um silêncio, um abraço, um desvio de olhar, uma palavra, um gesto brusco, percepções, impressões, desejos, vontades, atitudes, comportamentos, tudo, absolutamente tudo na vida humana tem relação (in) direta com as emoções.

32. Possui graduação em Letras (1996). Mestrado em Letras (1999), Doutorado em Educação (2007). Professor Adjunto do Departamento de Educação da UFRPE. Coordenador do Núcleo do Cuidado Humano da UFRPE. Líder do Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade da Infância e da Juventude (GETIJ). Pesquisador na área de saúde emocional e mental de crianças, adolescentes e jovens. Membro da Cátedra Unesco de Leitura. Membro do Núcleo de Estudos da Formação Docente e da Prática Pedagógica (Nefopp). Pesquisa sobre a inter-relação transdisciplinaridade, infância e juventude; infância, adolescência, juventude e saúde emocional e mental; infância, adolescência, juventude e sofrimento; infância, juventude e leitura; infância, adolescência, juventude e direitos humanos. Realiza pesquisas sobre bullying e cyberbullying escolar. É terapeuta de crianças, adolescentes e jovens, e tem desenvolvido pesquisas sobre a saúde emocional desses sujeitos. Atualmente desenvolve estudos acadêmicos nas áreas de psicologia e neuropsicologia. Escritor de literatura para crianças, adolescentes e jovens. Autor da pesquisa Geração do Quarto: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar. Em 2014, foi finalista do Prêmio Jabuti.

33. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. História das Emoções: Da Antiguidade às Luzes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

Nesse sentido, mesmo que se queira, mesmo que se tente ignorar a existência das emoções na condição humana, a emoção - singular ou plural (emoções) - emerge: por vezes vem à tona tranquila e suave; por vezes, sua evidência se dá de maneira ostensiva e revolta, mas se dá, não há como, ainda que se peleje, impedi-la.

No seu livro *Falar de amor à beira do abismo*³⁴, o neurologista e psiquiatra Boris Cyrulnik explica que há elementos no comportamento humano que não se percebem racionalmente, que não se explicam de modo razoável. Algo os move, os impulsiona, os faz existir. A esse algo, aludido pelo Cyrulnik, é possível que nominemos como “emoções”. Aquilo que é de difícil conceituação, mas que é real e determinante.

Há muitas maneiras de concebermos as emoções. Há muitas possibilidades. E elas podem ser compreendidas e explicadas por diversas disciplinas, inúmeras áreas do conhecimento humano. Por exemplo, a história, a sociologia, a filosofia, a estética, a ética, a psicologia, a psiquiatria, a neurologia, as artes de modo mais amplo. Nesse sentido, quando falamos sobre emoções estamos num campo inter e transdisciplinar.

É possível, de um ponto de vista neurofisiológico, dizermos que as emoções são um complexo programa do cérebro, que atuam na vida humana com o objetivo principal de tentar proteger, de tentar impedir que haja um desequilíbrio no corpo. As emoções, desse ponto de vista, existem para que possamos viver, fisicamente, com mais qualidade e sem nos embrenharmos por situações que nos levem a perigos físicos.

Se assim pensarmos, sem as emoções, nossos metabolismos, nossos sistemas, sobremaneira o sistema nervoso central, os nossos hormônios, e toda uma cadeia neurofisiológica estariam ameaçados de desequilíbrio. São as emoções que nos dão um termômetro e nos fazem perceber - de forma consciente ou não - se tudo vai bem, se tudo caminha conforme tem de caminhar.

34. CYRULNIK, Boris. Falar de amor à beira do abismo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Mas também é possível, de um ponto de vista sociológico, pensarmos as emoções nas relações interpessoais, nas relações de convivência, no cotidiano escolar, no dia a dia doméstico: quando estamos felizes, quando estamos alegres, quando sentimos medo, quando estamos tristes, quando temos esperança, quando somos gratos, quando temos sonhos e tudo isso na convivência com as pessoas.

Socialmente, as emoções são também essenciais, fundamentais, responsáveis por inúmeras situações: de conflito, de apaziguamento, de crescimento coletivo, de decisão política, de desempenho cognitivo. Um indivíduo, uma comunidade, uma sociedade, estão fundamentados nos sentimentos, nas sensações, no gostar, no não gostar, no que nem sempre é visível aos olhos racionais.

Antes mesmo de os psicólogos e psiquiatras se deterem de modo mais agudo no estudo das emoções humanas, as filosofias já o faziam, já traziam na sua base de discussão reflexões que estavam atreladas à subjetividade, ao não matemático, ao pouco provável, mas ao que se imiscuía nas atitudes e nos comportamentos. A base da pergunta, da dúvida, da arguição, mais do que a razão, era a emoção.

Quase todas as escolas filosóficas ocidentais, mesmo as mais racionais, se mantiveram firmes, ligadas a um universo da condição humana, não perceptível analiticamente, evidentemente, visivelmente, mas presente, atuante, integrante de tudo e de todos. Os filósofos helenistas, por exemplo, trouxeram questões muito relevantes para os estudos posteriores das emoções humanas.

A psiquiatria e a psicologia, sem dúvida, são ciências, cada uma ao seu modo, muito preocupadas com as emoções. Estudam, a partir de várias abordagens, como as emoções humanas são necessárias para a saúde mental, para o adoecimento, para o sofrimento, para a superação, para a vida individual, para a vida coletiva, para a vida num todo. Sem emoções, não há existência.

Sem dúvida, tanto a psiquiatria quanto a psicologia são ciências que conseguiram construir muitas informações sobre as emoções e sobre como as emoções importam para o desenvolvimento humano, para os ciclos vitais, para as aprendizagens, para as relações, para as questões que são internas ao ser humano e as que são exógenas às humanidades.

As artes talvez sejam, sobremaneira, as que as realizam, as operam, as tornam materiais, digamos assim, sendo o campo mais fértil em que as emoções humanas se mostram. As artes seriam, desse modo, o chão em que as emoções pisam com mais firmeza, com mais segurança, com mais destreza. Ali, nas artes, as emoções não são integralmente ignoradas. Nunca foram.

Nesse sentido, os artistas são os que falam mais alto às emoções? É uma questão que nos parece posta desde todo o sempre. Nise da Silveira³⁵, a psiquiatra que revolucionou a psiquiatria brasileira, acreditava que sim. As artes são as cores do inconsciente, do lugar-não-lugar descoberto por Freud e essencial aos estudos sobre as emoções.

Sem as emoções, explica o psicólogo Daniel Goleman³⁶, os humanos não teriam evoluído, pois não teriam se mexido, saído do canto, ido à procura de comida, de proteção do sol, dos riscos selvagens. As emoções agem para que possamos sobreviver. Se não estiverem bem, saudáveis, legais, estaremos, da mesma forma também, mal, desconfortáveis, por vezes adoecidos/as.



35. Nasceu em 15 de fevereiro de 1905 em Maceió (AL), filha do professor de matemática Faustino Magalhães e da pianista Maria Lídia da Silveira. Estudiosa, aos 16 anos Nise foi admitida na Faculdade de Medicina da Bahia, e aos 21 anos concluiu o curso com uma monografia sobre a criminalidade feminina." <http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/biografias.php> Consulta em outubro de 2020.

36. GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional: a Teoria Revolucionária que Redefine o que é Ser Inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.



As emoções e as adolescências

Como vimos, as emoções são muito importantes. Se relacionam com várias áreas dos saberes humanos, e estão presentes em todas as fases da vida humana, desde as infâncias até as etapas do envelhecimento. Na adolescência, nessa fase da vida que fica entre as infâncias e as vidas adultas, as emoções são como uma “montanha russa”, uma “gangorra”, um “oceano nem sempre calmo”, uma “incerteza certa”.

É que as emoções na adolescência vão seguir as alterações biológicas, corporais, as alterações nas relações de convivência, as descobertas afetivas, os desligamentos das famílias, os desafios dos gostos e dos desgostos, das realizações e das frustrações. A experiência das emoções nas adolescências tem a ver com a maneira como as infâncias aprenderam a lidar com as emoções.

Quando, ainda nas infâncias, aprendemos a lidar com as emoções, aprendemos a lidar com as nossas emoções e a lidar com as emoções que não são nossas. Então, nas adolescências, temos menos desafios, apesar da fase, por natureza, desafiadora. As emoções nas adolescências são menos complexas quando nas infâncias elas foram cuidadas, tratadas, identificadas e educadas. Mas infelizmente, nem sempre isso ocorre e, infelizmente, tem sido cada dia mais comum que nas adolescências as nossas emoções estejam mais atribuladas do que nunca, e por essa razão não sabemos como fazer diante das dificuldades e dos desafios que surgem para nós. Saber lidar com as emoções nas adolescências é, antes de mais nada, saber que as emoções são essenciais para que consigamos viver bem.

Em seu livro *Como Agir com um Adolescente Difícil: um Livro para Pais e Profissionais*³⁷, o psicanalista francês J. D. Nasio afirma que a adolescência é uma espécie de luto da infância, uma salutar histeria do crescimento, uma vez que nessa fase do desenvolvimento a criança se foi e a dinâmica da criatividade se expressa, ainda que nem sempre seja percebida por quem a olha ao redor. Nasio acredita que a adolescência é uma época singularmente criativa e confusa, contraditória e pouco tratável, senão pelo viés das emoções compreendidas. “O adolescente nem sempre sabe falar o que sente porque não sabe identificar corretamente o que sente” (Nasio, 2011, pág. 17).

Nas adolescências, as emoções estão à flor da pele, como se todo o tempo estivessem acionadas para a defesa, e geralmente as adolescências querem se defender dos pais, dos professores, dos adultos que, de alguma maneira, insistem que elas se moldem, de adequem, tenham neles a referência que devem seguir. Não tem sido simples e nem fácil, para as adolescências, lidarem com um turbilhão de coisas que as afetam.

Segundo dados da OMS³⁸, o suicídio na adolescência é um problema de saúde pública. No mundo, entre pessoas de 15 a 29 anos de idade, ele é considerado a segunda causa morte e, de modo geral, quando ocorre na adolescência, está relacionado a algum distúrbio, algum transtorno mental, ou seja, há uma relação entre o comportamento suicida na adolescência e as emoções que habitam um menino e/ou uma menina.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2017, Ferreira (2020)³⁹ afirma que as adolescências sofrem emocionalmente, e esse sofrimento está relacionado a um tempo e a um espaço de solidão vivenciados dentro das casas, nas salas de aula, e também no mundo virtual. A geração do quarto, meninos e meninas entre 11 e 18 anos de idade, contabiliza os números apontados pela OMS em relação ao suicídio.

37. NASIO, J. -D. *Como Agir com um Adolescente Difícil? Um Livro para Pais e Profissionais*. Rio de Janeiro, 2011.

38. https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf. Consulta feita em setembro de 2020

39. FERREIRA, Hugo Monteiro. *A Geração do Quarto: Quando Crianças e Adolescentes nos Ensinam a Amar*. Rio de Janeiro: Nossa Casa, No Prelo.

As adolescências que estão dentro dos seus quartos, conectados ou não com a internet, apresentam problemas emocionais, comportamentos autodestrutivos, psicopatologias, fragilidades mentais e uma demonstração evidente de não saber como sair desse labirinto psíquico posto no meio de uma encruzilhada social. As questões externas interferem, e muito, na mente dessas garotas e desses garotos.

É importante que atentemos para os problemas que a deseducação emocional pode provocar na vida de um adolescente, de uma adolescente, desde a possível submissão a grupos perversos até a perversidade como única maneira de conviver intrapessoal e interpessoalmente. A deseducação emocional é um processo que se dá, antes de tudo, com a negligência sobre as emoções e sua relevância.

É muito importante que tenhamos programas de educação emocional, o que, no nosso entendimento, não tem necessariamente a ver com programas prefixados, prescritos, preditos, estabelecidos de maneira exógena às adolescências. As adolescências educadas emocionalmente remetem, de forma fulcral, à escuta acolhedora das adolescências.



As adolescências e os desafios

Vimos que as emoções são importantes, e vimos que as adolescências lidam, bem ou mal, com as emoções que lhes assaltam à mente e ao corpo. Agora, vamos estudar um pouco sobre como as emoções nas adolescências enfrentam alguns desafios que estão postos de modo incontestante para meninos e meninas nos dias contemporâneos⁴⁰

Há, como querem os pesquisadores Kimberly S. Young e Cristiano Nabuco Abreu⁴¹, uma relação entre adolescência e internet que põe em causa a saúde mental de pessoas nessa faixa etária. Isto porque inúmeras pesquisas apontam, segundo esses pesquisadores, que é possível haver uma espécie de adicção, de dependência das crianças e dos adolescentes às redes virtuais.

Como toda dependência, as consequências psíquicas da adicção à internet são desastrosas, uma vez que, entre outras questões, interferem no âmbito cognitivo, emocional, comportamental, no âmbito do

próprio de desenvolvimento físico e, como não poderia deixar de ser, nas relações de convivências. Nesse sentido, podemos dizer que a internet – ou o uso da internet – tornou-se um desafio para as adolescências contemporâneas.

Por óbvio que esse desafio não é, ele mesmo, oriundo do advento da internet, e nem é ele mesmo a internet, mas a maneira, na maioria das vezes, imprópria, como crianças e adolescentes são expostos às redes sociais digitais. E quem os expõe? Essa é uma questão relevante e também nos parece um outro desafio para as adolescências nos dias atuais.

Há uma hiperexposição dos adolescentes a um universo virtual e uma escassez de exposição a um universo real, digamos assim. É como se os adolescentes atualmente passassem mais tempo vivendo experiências simbólicas nas nuvens do que experimentando aventuras e desventuras nas ruas, nas praças, nas praias, nas casas, nas relações físicas.

40. Importante que friseamos o fato de que não iremos aludir à pandemia da Covid-19, indiscutivelmente um dos maiores desafios para todas as pessoas e para as adolescências de modo mais particular. É importante que atentemos para as questões do aumento da violência contra meninos e meninas durante a pandemia, para o advento das aulas remotas, para a previsão da OMS em relação à quarta onda da Covid-19, diretamente relacionada à saúde mental e tendo na adolescência uma de suas preocupações mais expressivas.

41. YOUNG, Kimberly S. e ABREU, Cristiano Nabuco. Dependência de Internet em Crianças e Adolescentes: Fatores de Risco, Avaliação e Tratamento. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

Nesse sentido, temos, portanto, duas situações: (1) a internet como um elemento irreversível à vida social da adolescência contemporânea, e (2) a exposição excessiva dessa adolescência a esse universo da internet. Os dois são desafios que afetam diretamente as questões emocionais ou, para ampliarmos mais o conceito, as questões socioemocionais.

Saber lidar com os caminhos, as trajetórias da vida virtual, é uma grande demanda para meninas e meninos, para pessoas em fase escolar, as quais necessitam tratar com situações de acolhimento, de rejeição, de divergência, de convergência, de emergências afetivas e sexuais. Manter relações de amizade, de namoro, de inimizade, de troca, de conversas, de diálogo, por meio de aplicativos, de grupos virtuais, é algo que põe as emoções das adolescências em polvorosa, em tensão.

No livro *Saúde Mental na Escola: o que os Educadores Devem Saber*⁴², Gustavo M. Estanislau e Rodrigo Affonseca Bressan explicam que a saúde mental de crianças e adolescentes é um desafio para as socie-

dades contemporâneas. Segundo os referidos autores, 1, em cada 8 estudantes da Região Sudeste do Brasil, apresenta algum tipo de dificuldade que justifica a sua ida a um profissional especialista em saúde mental, o que quer dizer que crianças e adolescentes não vivem felizes como se queria.

A saúde mental de meninas e meninos é, como já dissemos antes, uma das maiores preocupações da OMS, uma vez que os índices de adoecimento aumentam em vários lugares do planeta e apontam para problemas relacionados a não educação emocional, à desvalorização das emoções, ao desprestígio da subjetivação e ao império, como quer Boaventura de Souza Santos⁴³, da cognição.

As adolescências enfrentam, portanto, uma onda de adoecimento mental que pode ser enumerada: (a) transtornos do humor; (b) transtornos alimentares; (c) transtornos obsessivos compulsivos;

(d) transtornos de ansiedade; (e) transtornos de déficit de aprendizagem/hiperatividade; e (f) transtornos de aprendizagem. Que onda é essa dos transtornos? Por que esses transtornos estão aumentando na e para as adolescências?

Como lidar com essas questões em meio ao universo digital, em meio ao que chamamos de reconfiguração familiar, de redimensionamento da escola? As adolescências contemporâneas enfrentam o índice crescente de transtornos mentais e, ao mesmo tempo, se dão conta de que as bases sociais erigidas nos séculos XIX e XX passaram por transformações não previstas.

Nesse sentido, vale a pena perguntar: em que o universo digital contribui para que os transtornos sejam deflagrados, sejam enfrentados? Mesmo que não haja relação direta entre uma questão e outra, é relevante que atentemos para o fato de que os desafios do adoecimento mental, de todo modo e de toda forma, quando relacionados às adolescências, atravessam e são atravessados pelas virtualidades.

É importante que pensemos como educar as emoções, tendo em vista que as virtualidades são uma realidade e que nos parecem irreversíveis. A BNCC⁴⁴ apresenta 10 competências gerais, sendo que dessas 10, 3 estão muito voltadas para uma discussão que teria por fundamento os espectros socioemocionais e, por evidente, a BNCC quer cuidar de crianças e adolescentes.

Vale então a pena que pensemos um pouco sobre essa questão: o mundo virtual e suas nuances, a saúde mental, a doença mental, as preocupações com como saber lidar e como as adolescências aprendem a lidar com os desafios, as dificuldades, as inúmeras questões que emergem para o agora de todas as meninas e todos os meninos e para os futuros, tudo no plural mesmo, porque queremos evidenciar o diverso, a diversidade.

42. ESTANISLAU, Gustavo M. e BRESSAN, Rodrigo Affonseca (Organizadores). *Saúde Mental na Escola: O que os Educadores Devem Saber*. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

43. SANTOS, Boaventura de Souza. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*, de Boaventura de Sousa Santos, Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

44. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Consulta feita em outubro de 2020.

As adolescências e as potências

Michel Maffesoli⁴⁵ afirma que as juventudes contemporâneas não podem ser tratadas como se fossem as juventudes do século XIX. São diferentes. Maffesoli evoca uma deontologia, isto é, uma análise que considere as circunstâncias. Nesse sentido, quando falamos sobre as adolescências e as potências, estamos na contramão do que se diz em algumas situações, afirmando: as adolescências que enfrentam os desafios aludidos no tópico anterior são potentes.

Mas o que é, exatamente, ser potente? Vamos tentar explicar. De um ponto de vista dicionarizado, potente é a pessoa que pode, que tem força, que consegue, que tem possibilidade, que rompe barreiras e vencer obstáculos, que não é impotente, ou seja, é uma pessoa com condições de atravessar desafios, atravessar dificuldades e propor saídas. Numa palavra, as adolescências são empoderadas.

O empoderamento das adolescências adoecidas tem a ver com aqui-

lo que Nasio nos explicou, dizendo que há “criatividade” nas adolescentes e no que Maffesoli chama por energia emergente. As adolescências, mesmo as que apresentam os transtornos já referidos aqui, possuem uma maneira própria de desconstruir hegemonias, determinismos, imposições, estabelecimentos dados e rígidos.

Em seu livro *Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos*⁴⁶, Boaventura de Sousa Santos afirma que é preciso se pensar um discurso de direitos humanos contra-hegemônico, e, de alguma maneira, estamos dizendo que é preciso observar que as adolescências contemporâneas estão pondo em xeque discursos que foram construídos sob a égide de alinhamentos hegemônicos.

Há uma pluralidade emergente nos discursos das meninas e dos meninos, e esse discurso que emerge diferente do discurso que sustentou gerações anteriores se abre para questões que ficaram silenciadas e que, agora, vêm à tona: (a) direitos das mulheres; (b) direitos das pessoas trans; (c) direito das pessoas pretas; (d) direito das pessoas indígenas; (e) direito à livre expressão da sexualidade; (f) direito das pessoas deficientes.

As adolescências não aceitam todas as marcas, todas as grifes, todas as propostas políticas. É preciso que haja preocupação com uma causa ambiental, com uma causa de proteção, com uma ideologia de direitos humanos. É possível perceber como as redes sociais digitais se agitam em defesa dos direitos da mulher, dos direitos das pessoas pretas, dos direitos de crianças e de adolescentes.

São adolescências. Não é adolescência. Há pluralidade. Há diversidade. Há garotos da urbanidade. Há garotas do campo. Há héteros. Há bissexuais. Há homossexuais. Há gente cristã. Há gente mulçumana. Há povo de terreiro. Há galeras. Não há galera. Há novas formas de expressar a juventude; melhor dizendo, as juventudes. Não se pode reduzir a um modelo identitário o que é verdadeiramente plural, diverso, diferente.

É uma potência na diferença, na tolerância, na desconstrução do estabelecido. Isto é, de alguma maneira, as meninas e os meninos que estão dentro dos quartos estão, também, lutando pelos direitos, são ativistas, se posicionam e não aceitam mais as falácias machistas e as misoginias predominantes em muitas sociedades. É um tempo em que o silêncio das minorias é ouvido e não se pode negar isso.

Nesse sentido, seria impróprio duvidar do empoderamento das adolescências contemporâneas e, no lugar de tentar diminuir-las ou reduzi-las a adoecimentos, perceber que ela #QUERFALAR e #PRECISASEROUVIDA a fim de que possa dizer o que pensa e o que sente. O exercício de ouvir a “galera” é um exercício que cabe aos adultos e às adultas e que necessita ser enfrentado e posto em prática.

É importante dizermos que nem sempre as adolescências falam com a voz da linguagem verbal. Se olharmos atentamente os corpos, todos tatuados, os cabelos tingidos, os piercings, as hipertrofias, as bebedeiras, os isolamentos dentro dos quartos, veremos que eles e elas estão nos falando, estão nos dizendo, estão nos explicando. A mensagem está sendo dada, enviada, apresentada. #ÉPRECISOSABEROUVIR.

45. MAFFESOLI, Michel. *Le tempsdestribus: ledéclin de l'individualismedanslessociétéspostmodernes*. Paris: MéridiensKlincksieck, 1988.

46. SANTOS, Boaventura Sousa. *Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

Num livro chamado *O Acerto de Contas de uma Mãe: a Vida após a Tragédia de Columbine*⁴⁷, Sue Klebold explica que não “viu” seu filho, Dylan Klebold, um garoto criado com amor, com carinho, com atenção e cuidado, conforme diz Sue, ser capaz de, no dia 20 de abril de 1999, matar 12 alunos, 1 professor, e ferir mais 24 alunos. Dylan e Eric Harris fizeram isso e Sue Klebold pergunta “ (...) O que eu deveria ter visto? O que poderia ter feito diferente?”

As questões da mãe são as questões que deixamos aqui para pensarmos um pouco sobre a família da micro série *Que corpo é esse?* Não temos as respostas para Sue. Talvez ninguém as tenha. Difícil esse dilema dela, expresso de maneira tão contundente em seu livro. No entanto, mesmo sem as respostas, gostaríamos de sinalizar, de apontar uma possibilidade: Os Klebolds, a Escola de Ensino Médio de Columbine não ouviram, não viram, mas Dylan deve ter anunciado sinais.

Então, é importante que não ignoremos os sinais. Quase sempre eles não vêm como estamos habituados. Surgem sutilmente e se instalam diante de nossos olhos e, em várias situações, a vida nos rouba a percepção e não nos damos conta. Nesse sentido, este texto é uma tentativa de que olhemos os nossos adolescentes, em casa, na escola, nas ruas, olhemos e deixemos que eles falem e os ajudemos. O acolhimento. O diálogo. A amorosidade. É Sue Klebold quem nos diz “Eu não vi os sinais sutis de deterioração. Se os tivesse notado, isso poderia ter feito diferença para Dylan e suas vítimas – toda a diferença do mundo.” (Klebold, 2016, pág. 20). Pois bem, é essencial que tomemos consciência dessa necessidade para entendermos o que nossas filhas e o que nossos filhos querem dizer, querem expressar, querem falar. Talvez seja a hora urgente que nos chama à atenção e não exista mais tempo para tomarmos uma posição.

47. KLEBOLD, Sue. *O Acerto de Contas de uma Mãe: a Vida após a Tragédia de Columbine*. Campinas/SP, Verus Editora, 2016.



Ouçamos nossas meninas e nossos meninos. Um bom modo de ouvir, um bom jeito de cuidar, é ficando perto. Um perto que não sufoque e nem nos sufoque. Um perto que permita dar a mão, quando cair, para levantar, e que dê conta de possibilitar um abraço e um cafuné, um perto que ouça e que traga a voz, um perto que veja o que se passa e que permita passar segurança sem passar controle positivista. Sabemos que não é fácil, mas sabemos que é possível. Sim, é possível!!! Oxalá, é possível!!!

PUBLICIDADE INFANTIL E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS NO AMBIENTE DIGITAL: QUEM TÁ ONP?

Em 2019, 89% das crianças e dos adolescentes brasileiros, de 9 a 17 anos de idade, acessaram a internet (CGI. Br, 2019). Quando questionados sobre o uso, 82% das crianças de 9 a 10 anos disseram usar a rede para assistir vídeos, programas e filmes. As tecnologias e dispositivos incorporados à vida desta população apresentam infinitas oportunidades – acesso à informação, convívio, participação e produção de cultura. Contudo, como foram desenvolvidas para a realidade adulta, sem considerar as especificidades dessas faixas etárias, existem riscos e a violação de direitos pode ser facilitada.

48. Jornalista especializada em Relações Internacionais e História da Arte pelas Faculdades de Campinas (Facamp). Pós-graduanda em Políticas do Cuidado com Perspectiva de Gênero pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). Coordenadora de comunicação do programa Prioridade Absoluta e pesquisadora responsável pelo Núcleo de Estudos em Desigualdades e Infâncias do Instituto Alana.

Considere-se uma rápida passada por um dos mais comuns formatos dos chamados vídeos de *unboxing*⁴⁹, que somam bilhões de visualizações⁵⁰ no Youtube: os pequenos braços envolvem um pacote dourado que tem quase dois terços de sua altura. Com voz entusiasmada, quase ofegante, tamanha a excitação, a diminuta figura fala sobre o conteúdo do pacote. Aos poucos, o pacote vai sendo aberto e é revelada a caixa do último lançamento no mercado de brinquedos – que pode ser também de produtos alimentícios, de higiene, ou qualquer outro. Falando sobre as características do produto, boa parte das vezes sem indicação alguma de que o ritual encenado é uma publicidade, a criança/*youtuber* mirim tem olhos e atenção completa da audiência enquanto brinca e exhibe o objeto.

49. A categoria *unboxing* contempla vídeos que apresentam o desembalar de produtos enquanto é feita uma descrição e análise do item em questão. É prática comum no mercado tanto o envio de produtos como “presentes” para divulgação, quanto parcerias comerciais com *youtubers* e influenciadores digitais neste formato.

50. Uma estimativa da própria Google, em 2017, indicou que o total de tempo que pessoas gastaram assistindo vídeos de *unboxing*, considerando apenas o acesso via celular, era o equivalente a assistir ao filme “Simplesmente Amor” mais de 20 milhões de vezes (GOOGLE, 2017).

51. Entende-se por publicidade infantil toda a comunicação voltada especialmente ao público infantil, com o objetivo de divulgar e estimular o consumo de algum produto, marca ou serviço (CRIANÇA E CONSUMO, 2018).

A pesquisa TIC Kids On-line Brasil 2018 apontou que 69% das crianças de 11 a 12 anos disseram ter tido contato com conteúdo publicitário na internet nos últimos 12 meses, sendo que 39% já interagiu com um produto ou marca, e 20% já curtiu ou compartilhou algum vídeo, foto ou texto publicitário.

A questão da publicidade infantil⁵¹ não é nova, tampouco exclusiva ao ambiente digital. Um dos grandes nomes da ciência do consumo, Paco Underhill (1999, apud KINCHIN; O’CONNOR, 2012, p.183, tradução nossa), coloca que, para além de desejá-las, o mercado precisa das crianças, vez que são uma “força econômica, agora e no futuro, e isso é o que conta”. O desenvolvimento da sociedade de consumo e a substituição da lógica da cidadania pela do consumidor é algo que assistimos acontecer desde meados do século XX, cada vez com mais velocidade e “nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes” (KRENAK, 2019, p.24).



E essa força econômica se dá não apenas por meio da movimentação de bilhões⁵² em produtos voltados a essa faixa etária, como brinquedos, produtos alimentícios e de higiene, roupas, mas também pela influência de compra que uma criança exerce dentro de casa. A pesquisa Crianças Brasileiras (2019) constatou que 88% dos pais e mães são influenciados pelos filhos durante as compras de supermercado, e 70% deles gastam mais quando estão acompanhados dos pequenos. A criança é vista pelo mercado sob três perspectivas: a consumidora hoje, a consumidora do futuro, e como promotora de vendas em seu círculo familiar e de amigos. Assim,

as crianças são, cada vez mais, bombardeadas por todos os tipos de anúncios, desde o nascimento, com o objetivo de obter uma fidelidade duradoura dos consumidores à marca o mais cedo possível. Nos Estados Unidos, o lema para promover a fidelidade à marca é 'do berço ao túmulo' (INTERNATIONAL CONFERENCE ON MULTIDISCIPLINARY PERSPECTIVE ON CHILD AND TEEN CONSUMPTION, 2012, tradução nossa)

É tendo por pano de fundo essa insaciável necessidade de crescimento de mercado, como aponta Klein (2013), que as estratégias para cooptação das mentes e corações infantis se dão. Não à toa, Ray Kroc, idealizador da rede de lanchonetes McDonald's – que antes mesmo da criação do Mc Lanche Feliz já se valia do entretenimento de crianças como uma estratégia de venda –, dizia fazer parte mais do *show business* do que no ramo da alimentação (KIN-CHIN; O'CONNOR, 2012, p.204).

52. A título de exemplo, só o setor de brinquedos no Brasil faturou R\$ 7,290 bilhões em 2019, como apontam dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (2020).

Mas, afinal, qual o problema da publicidade infantil?

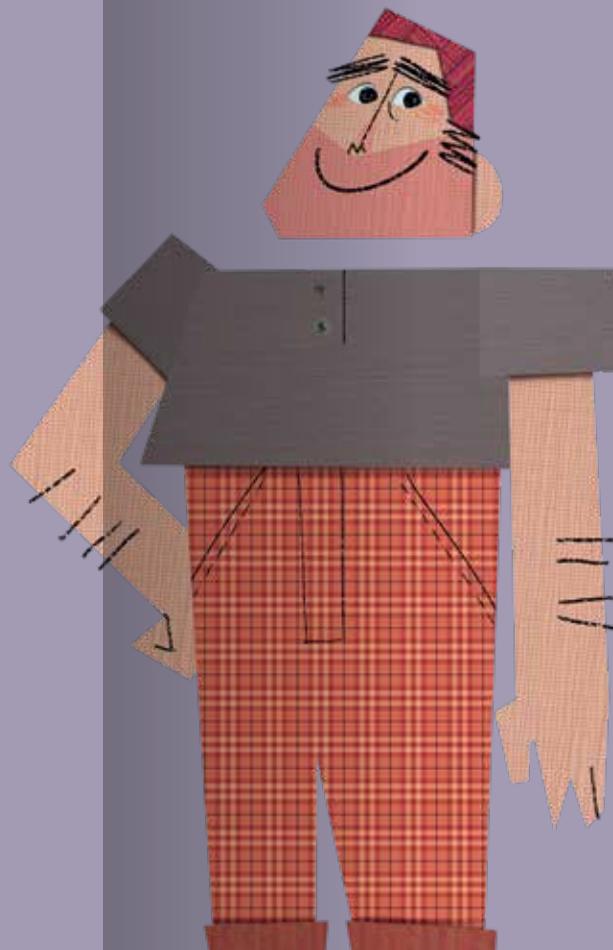
O principal é que pessoas de até doze anos de idade não conseguem compreender o caráter persuasivo da mensagem publicitária, uma vez que não desenvolveram “todas as ferramentas intelectuais que lhes permitiriam compreender o real, notadamente quando esse é apresentado por meio de representações simbólicas (fala, imagens), a publicidade tem maior possibilidade de induzir ao erro e à ilusão” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008).

É justamente dessa falta de experiência da criança que a publicidade infantil se aproveita. Em “Comportamento do Consumidor”, a professora Eliane Karsaklian indica que o espetáculo de encantamento da publicidade é construído de modo que o teor persuasivo da mensagem publicitária fique diluído para criação de associação prazerosa com a marca e produto em questão.

Alguns autores falam mesmo de ritual publicitário (Kapferer, 1985) quando descrevem a atenção maravilhada que prestam as crianças quando olham as propagandas. Isso significa que independentemente da questão consciente da identificação das intenções da propaganda, o que as crianças apreciam é o espetáculo oferecido por ela (KARZAKLIAN, 2000, apud SOUZA; BAADER, 2011, grifo nosso).

É importante lembrar também que a publicidade dirigida a crianças é tida como um elemento basilar da sociedade de hiperconsumo, sendo a principal responsável pela propagação da associação da felicidade a “um volume e intensidade de desejos sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la” (BAUMAN, 2008, p.44). Essa comunicação tem, portanto, o potencial, como afirmaram o especialista em

dívida externa e direitos humanos e o relator especial sobre o direito à saúde da ONU, de moldar, em longo prazo, o comportamento consumidor e financeiro da criança (UN, 2016). Desta maneira, são apontados como impactos diretos e indiretos da publicidade infantil desde o aumento de distúrbios alimentares e doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, à adultização e erotização precoces, especialmente de meninas, prejuízos ambientais, estresse familiar, até o superendividamento das famílias.



Proteção garantida na legislação

Existe uma série de dispositivos legais que proíbem a comunicação mercadológica voltada a crianças para protegê-las desses impactos. Em uma interpretação sistemática desses dispositivos, toda publicidade infantil é considerada abusiva e é, portanto, ilegal no Brasil. A começar pela Constituição Federal de 1988, que inaugura no país a chamada doutrina da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que devem ter sua peculiar condição de desenvolvimento respeitada. É o artigo 227 que consolida essa salvaguarda, ao determinar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O compromisso de priorizar crianças e adolescentes, vale lembrar, já havia sido firmado pelo Brasil quando assinou a Declaração dos Direitos da Criança (1959), elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que estabelece que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de proteção e cuidados especiais”.

O artigo 227 da Constituição Federal e as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tanto reforçam a responsabilidade compartilhada na garantia dos direitos, como indicam a condição peculiar de desenvolvimento de crianças e adolescentes⁵³, há que se destacar, são fruto de uma escolha da sociedade que realizou intensa mobilização para que os direitos, o melhor interesse e a proteção integral desses sujeitos fossem garantidos com prioridade absoluta pela legislação brasileira (EGYDIO, 2020).

O Código de Defesa do Consumidor (1990) aplica a regra da absoluta prioridade ao estabelecer a ilegalidade da publicidade que fala diretamente com a criança, aproveitando-se de sua deficiência de julgamento, fraqueza ou ignorância.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 2º É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite a violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

IV - Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

O Marco Legal da Primeira Infância (2016), reforçando essas previsões, estabelece, no artigo 5º, como áreas prioritárias para as políticas públicas “a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica”. Também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – órgão colegiado formado por representantes do governo e de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que tem como função a formulação e controle da política de proteção integral à criança e ao adolescente – emitiu resolução no tema. Publicada em 2014, a Resolução nº 163 dispõe que é abusiva “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”, e define critérios para a identificação destas estratégias de comunicação mercadológica, como o uso de linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores; de pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil; personagens ou apresentadores infantis; de distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis, entre outros.

E no ambiente digital, como fica?

Todo esse arcabouço legal protege crianças da comunicação mercadológica e exploração comercial em qualquer espaço de sociabilização. Alguns ambientes, contudo, trazem consigo particularidades em razão de suas lógicas operacionais, como é o caso do digital. Não é à toa, como mostra o segundo episódio da segunda temporada da série *Que corpo é esse?*, que, depois de passar uma tarde toda vendo vídeos no *tablet*, a primeira coisa que Dandara pede a sua mãe é “um gatinho Yuki de pelúcia e o kit de coleira falante.”

Em Admirável Mundo Novo, somos apresentados a salas de condicionamento em que crianças e adolescentes eram submetidos a uma infinidade de mensagens “até que, finalmente, o espírito da criança seja *essas* coisas sugeridas, e que a soma dessas sugestões seja o espírito da criança. E não somente o espírito da criança. Mas também o adulto, para toda a vida” (HUXLEY, 2014, p. 48). Considerando a miríade de possibilidades que a

53. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (BRASIL, 1990)

tecnologia apresenta, a transformação da internet em hipnopédia, esse instrumento modulador de pensamentos e comportamentos que nos mostra Huxley, não é algo restrito à ficção. Garantir um ambiente digital ético e proveitoso, especialmente para crianças e adolescentes, é fundamental.

É certo que as crianças são criativas em sua apropriação dos bens de consumo e de mídia, e criam seus próprios significados a partir das histórias e símbolos da cultura (SELTER, 1998). Por meio da internet, as crianças deixam de ser meras receptoras de conteúdo, assumindo a condição de sujeitos ativos, enquanto produtoras de material audiovisual. Nas redes sociais, elas acessam conteúdos indiscriminadamente e, também, criam seus próprios perfis e canais e passam a alimentá-los com brincadeiras, fotos e vídeos nas quais elas são protagonistas e apresentam elementos do cotidiano. Contudo, apesar de terem certa familiaridade com novas tecnologias, elas não compreendem, com responsabilidade e criticamente, os usos e riscos dessas ferramentas, em razão de estarem em fase peculiar de desenvolvimento físico,

cognitivo, psíquico, social e emocional, o que traz impactos diretos na vivência da criança como produtora de conteúdo nesses espaços. Isso porque diversos ambientes virtuais – em especial as redes sociais – são concebidos para instigar uma produção ininterrupta de conteúdo, junto ao qual caminha o aumento sucessivo dos índices de audiência e engajamento com curtidas, comentários e compartilhamentos.

Cativadas por uma cultura de fama, popularidade e superexposição, estimulada pelo próprio design persuasivo das plataformas, as crianças cujos perfis atingem números significativos de seguidores e visualizações deparam-se com a possibilidade de monetização de sua atividade, que pode ocorrer por meio da própria plataforma digital como recompensa a conteúdos de alto alcance – caso específico do YouTube⁵⁴ – e da produção de conteúdo publicitário para marcas⁵⁵. E é, justamente, na inserção de publicidade que

54. Em 2019, o Youtube anunciou novas políticas para canais com conteúdo infantil, que já não podem mais monetizar vídeos com base no perfil, registro de preferências e comportamento do usuário. Além disso, recursos como comentários e notificações para os inscritos foram desativados em conteúdos voltados às crianças (CATARUZZI; HARTUNG, 2019).

55. O *youtuber* mais bem pago do mundo em 2019 tinha oito anos de idade e ganhou US\$ 26 milhões com seus vídeos (FATURANDO..., 2019).

reside a estratégia de lucro das redes sociais. É a partir dos valores pagos por empresas anunciantes, de todo o mundo, que Instagram, YouTube e Facebook, redes sociais completamente gratuitas – no caso do YouTube, ainda, totalmente aberto – seguem registrando lucros recordes⁵⁶. A título de exemplo, um conteúdo publicitário publicado pela própria Google, em 2016, dizia

Se divertir no Youtube já não é mais privilégio dos adultos. E a sua marca pode fazer parte dessa história. Seja produzindo conteúdos originais para essa audiência ou entregando sua mensagem por pacotes exclusivos do Youtube, como o Google Preferred. No pacote família, você conta com diversos outros canais para crianças e famílias, com um alcance de 9,3 milhões de pessoas semanalmente (GOOGLE, 2016).

56. O Instagram, apenas com conteúdos publicitários, gerou mais de um quarto da receita do Facebook em 2019 (TAGARRO, 2019). Já o faturamento publicitário do Youtube foi de mais de 15 bilhões de dólares (GOOGLE, 2020).

Não à toa, apesar de ilegais, as estratégias publicitárias voltadas a crianças vêm se tornando cada vez mais transmidiáticas. Mesmo os programas e comerciais infantis transmitidos na TV constantemente convidam seus espectadores a acessarem seus sites, aplicativos, redes sociais e canais em plataformas de vídeo na internet. Um monitoramento dos principais canais pagos de programação infantil do Brasil constatou que anúncios voltados a dispositivos on-line do próprio canal ficaram em segundo lugar, empatados com produtos alimentícios e atrás, apenas, da veiculação de comerciais sobre brinquedos (ASSUMPÇÃO, 2019). Isso porque, no ambiente virtual, as estratégias publicitárias são cada vez mais complexas e sofisticadas, e ainda pouco transparentes, confundindo-se com o conteúdo de entretenimento. Existe uma infinidade de formas pelas quais a prática de publicidade infantil se materializa no ambiente digital – dentre as muitas estratégias, destacam-se games, banners, aplicativos e, especialmente, os conteúdos produzidos por celebridades digitais.

É um modelo circular: as plataformas criam um ambiente popular, sempre com novos conteúdos, atraindo usuários e, então, empresas passam a veicular anúncios e conteúdos publicitários, atingindo todo o público de forma inevitável. Considerando que a circulação acelerada de comunicação e informação leva à circulação acelerada de capital, como pontua Han (2018), o desenvolvimento desse modelo se deu exatamente para otimização dos fluxos de monetização da audiência, publicidade e comportamento dos usuários (SILVA, 2020).

Desse modo, a exploração comercial de crianças e adolescentes no ambiente on-line pode se dar também a partir da coleta e tratamento de dados pessoais, com risco potencial à segurança e com efeitos no direito à privacidade, ao desenvolvimento sadio e à liberdade. Por essa razão, assim como é proibida a publicidade direcionada à criança, também o uso de suas informações para aperfeiçoamento do direcionamento e da mensagem publicitária é vedado. É a Lei Geral de Proteção de Dados (2018) que estabelece que o principal fundamento para o

tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, em quaisquer circunstâncias, sempre deverá ser o melhor interesse. Ou seja, por meio de ações que promovam e protejam direitos previstos no sistema jurídico nacional e internacional, com absoluta prioridade, abstendo-se de práticas, inclusive comerciais, que violem e explorem a vulnerabilidade infantojuvenil.

Uma responsabilidade compartilhada

Como, então, garantir uma experiência digital proveitosa, significativa, crítica, com protagonismo e participação para crianças? Essa é uma responsabilidade que envolve, como determina o artigo 227 de nossa Constituição Federal, famílias, Estado e sociedade, o que inclui empresas.

Em 1990, profissionais do mundo todo reuniram-se em Aspen para a quarta Conferência Internacional de Design. Aquele era, também, o primeiro encontro cujo tema seria a infância; com o objetivo de definir uma agenda para o futuro do design que atendesse “às necessidades das crianças e, por extensão, às necessidades da comunidade – e de todos nós” (CHERMAYEFF, 1990, apud KINCHIN; O’CONNOR,

2012, p.12, tradução nossa). É nesse entendimento, de que, ao garantirmos o melhor interesse das crianças, por extensão, toda a sociedade será beneficiada, que se fia a responsabilidade compartilhada instituída na Constituição.

Deste modo, cabe às empresas de tecnologia levar em conta os direitos e melhor interesse de crianças, desde o desenho de seus produtos e plataformas à observância das proteções e previsões estabelecidas em lei. É o melhor método para evitar os efeitos perversos da violação de direitos de crianças, com implicações presentes e futuras. Já o Estado deve cumprir seu dever de proteção das crianças por meio da fiscalização e aplicação das normas já existentes no Brasil.

A educação e a escola também têm um papel fundamental a cumprir nesse campo, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e da alfabetização midiática. Às famílias e cuidadores, cabe acompanhar e orientar as crianças no uso cotidiano das plataformas digitais.

Em uma sociedade investida na sobrevivência de todos, o conceito de “o filho dos outros” não se aplica. Todos se entendem como agentes que cumprem um papel igualmente importante na construção de espaços seguros, estimulantes e protetivos para crianças e adolescentes - on e off-line. Um artigo sobre espaços arquitetônicos compartilhados, escrito no fim dos anos 60 pela jornalista dinamarquesa Bodil Graae, tinha como título “Cada criança deveria ter cem pais e mães”. Seguindo a mesma lógica, o autor português Valter Hugo Mãe (2012) escreveu que “a solidão é sobretudo a incapacidade de ver qualquer pessoa como nos pertencendo, para que nos pertença de verdade e se gere um cuidado mútuo”. É assumindo e exigindo que todos - especialmente empresas - também assumam esta responsabilidade coletiva que chegaremos a um mundo em que cada criança seja valorizada coletivamente e igualmente por quem ela é, e não por quais vantagens comerciais ela proporciona.

Referências bibliográficas

ASSUMPÇÃO, Renata. *Publicidade Infantil na TV Paga: Monitoramento 2019*. Criança e Consumo, 2019. Disponível em: https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Monitoramento-2019_Sum%C3%A1rio-Executivo-1.pdf. Acesso em 15 de nov. 2020

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo: a Transformação das Pessoas em Mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAKAN, Joel. *The Kids Are Not All Right*. The New York Times, Nova Iorque, 22 ago. 2011. Seção A, p.19. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/08/22/opinion/corporate-interests-threaten-childrens-welfare.html>. Acesso em 15 de nov. 2020

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.079, de 13 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

CATARUZZI Livia. *Filhos da Sociedade de Hiperconsumo*. TEDx, 2020, Sorocaba. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6k5WkkUOYeE&ab_channel=TEDxTalks. Acesso em: 15 nov. 2020.

CATARUZZI, Livia. *Unboxing: Crianças Fora da Caixa*. Criança e Consumo, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/noticias/unboxing-criancas-fora-da-caixa/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CATARUZZI, Livia; HARTUNG, Pedro. Mudanças na política de publicidade infantil na plataforma trazem avanços, mas ainda são insuficientes. Nexo, 8 out. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/O-YouTube-%C3%A9-um-ambiente-seguro-para-crian%C3%A7as>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CATARUZZI, Livia; KARAGEORGIADIS, Ekaterine. Publicidade dirigida à criança na rede: ilegalidades nos canais de youtubers mirins. In: Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids On-line Brasil 2016. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf. Acesso em: 13 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Contribuição da psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança. 2008. Disponível em: <http://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Contribuicao-da-Psicologia-para-o-fim-da-publicidade.pdf>. Acesso em 13 nov. 2020.

CRESCIMENTO da indústria brasileira do brinquedo foi de 6% em 2019. São Paulo, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://abrin.com.br/2020/03/08/crescimento-da-industria-brasileira-do-brinquedo-foi-de-6-em-2019/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CRIANÇAS brasileiras. São Paulo: Instituto Locomotiva, 2019. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Crian%C3%A7as-brasileiras-Locomotiva-Dotz-PPT-Outubro-de-2019.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2020

CRIANÇA E CONSUMO (Brasil). Publicidade infantil: como identificar. 2018. Disponível em: https://criancaeconsumo.org.br/wp-content/uploads/2014/02/alana_publicidade_infografico_web03.pdf. Acesso em 18 nov. 2020.

Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2019. São Paulo: CGI.br Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em 14 nov. 2020.

EGYDIO, Carla. O caminho para lei. *In*: Especial 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, 2020. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/estatuto-crianca-adolescente/o-caminho-para-a-lei/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GOOGLE (Brasil). Você conhece a Bel?. *In*: Thinkwith Google, 2016. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20160513234031/https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/articles/youtube-voce-conhece-a-Bel.html>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GOOGLE (Estados Unidos). Youtube unboxing videos watch time. *In*: Think with Google, 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/consumer-insights/consumer-trends/youtube-unboxing-videos-watch-time/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GOOGLE divulga faturamento publicitário do YouTube pela primeira vez: Plataforma de vídeos somou US\$15,1 bilhões em vendas de publicidade em 2019, alta de 35,8% ante o ano anterior. G1, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/02/03/google-divulga-faturamento-do-youtube-pela-primeira-vez.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2020.

FATURANDO R\$ 105 milhões, menino de 8 anos é youtuber mais bem pago do mundo pelo 2º ano. BBC, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-50845141>. Acesso em: 24 nov. 2020.

HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARTUNG, Pedro. The children’s rights-by-design standard for data use by tech companies. Good Governance of Children’s Data project, Nova Iorque, ed. 5, nov 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/globalinsight/media/1286/file/%20UNICEF-Global-Insight-DataGov-data-use-brief-2020.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HENRIQUES, Isabella; PITA, Marina; HARTUNG, Pedro. A proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes. *In*: DONEDA, Danilo et al, (coord.). Tratado de proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021. cap. 10, p. 212-238.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2014.

INFÂNCIA. *The Invention of childhood*. Londres: BBC Radio 4, 2006. Programa de rádio.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON MULTIDISCIPLINARY PERSPECTIVE ON CHILD AND TEEN CONSUMPTION, 5th, 2012, Milão. *Proceedings of the Child and Teen Consumption 2012* [...]. Milão: Qanat, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259757169_Child_and_Teen_Consumption_2012_Food_Consumption_Communication_Life_Styles_and_Fashion_5th_International_Conference_on_Multidisciplinary_Perspectives_on_Child_and_Teen_Consumption. Acesso em: 15 nov. 2020.

KINCHIN, Juliet; O'CONNOR, Aidan. *Century of the Child: Growing by Design 1900-2000*. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2012.

KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas: Na Linha de Frente do Debate sobre Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a Tirania das Marcas em um Planeta Vendido*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÃE, Valter Hugo. *O Filho de Mil Homens*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos das Crianças, 1959. Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PITA, Marina. As crianças estão na Internet e é preciso adaptá-la. Boletim Antivigilância, [s. l.], ed. 17, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://medium.com/codingrights/as-criancas-estao-na-internet-e-e-preciso-adaptar-la-52b63580a42e#:~:text=Aos%20poucos%20a%20cultura%20adultoc%3AAAntrica,vida%20de%20criancas%20e%20adolescentes>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SEITER, Ellen. Children's desires/Mothers dilemmas: the social contexts of consumptions. In: JENKINS, Henry (ed.). *The Children's Culture Reader*. Nova Iorque: New York University Press, 1998.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio (org.). *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SOUZA, Livia Silva de; BAADER, Cinira. Estudos Mediáticos da Publicidade Infantil: Proposta de Análise do Discurso Publicitário na Interface com o Discurso Literário. Revista Pensamento & Realidade, São Paulo, ano IX, v. 26, n. 1, p. 55-69, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/7560>. Acesso em: 15 nov. 2020.

TAGARRO, Gabriel. Instagram gera receita de US\$ 20 bilhões somente em publicidade. Mundo Conectado, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://mundoconectado.com.br/noticias/v/12421/instagram-gera-receita-de-us-20-bilhoes-somente-em-publicidade>. Acesso em: 24 nov. 2020.

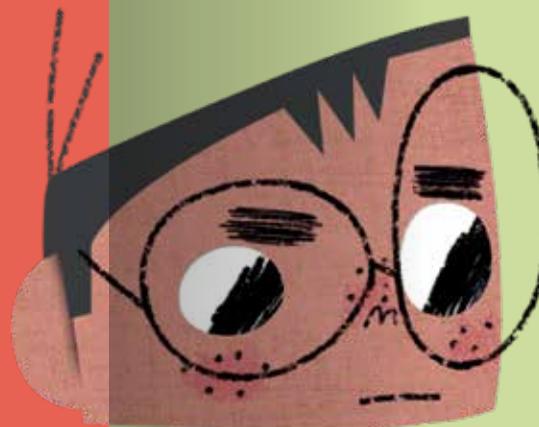
UN experts call for regulating advertising directed at children. Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Genebra, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20358&LangID=E>. Acesso em: 12 nov. 2020.



SUGESTÕES DE
ATIVIDADES COM
OS PROGRAMAS
“QUE CORPO É
ESSE?”

QUANDO AUDIOVISUAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL SE ENCONTRAM: O PODER EDUCATIVO DAS TELAS

Uma breve exploração sobre método de trabalho com audiovisual em atividades educativas.



Dando continuidade ao *Que Exploração é Essa?* e ao *Que Abuso é Esse?*, a série *Que Corpo é Esse?* apresenta um olhar mais aprofundado sobre a sexualidade e a proteção digital de crianças e adolescentes. As três edições compõem um projeto maior, o Crescer sem Violência, com foco na proteção integral da infância e adolescência. A partir de animações, informações de qualidade baseadas em conhecimento científico, de referenciais teóricos e práticos sobre os temas e de provocações que nos mobilizam para o engajamento, o projeto promove uma causa que é de todos nós: o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, em especial das violências sexuais.

A linguagem do audiovisual é central em todo o projeto, e essa escolha não é aleatória: o audiovisual é uma importante ferramenta de informação, ampliação de repertórios, construção de sentidos e de mobilização social. Ultrapassando fronteiras, o cinema, a televisão e os mais diversos dispositivos móveis – como é o caso dos *smartphones*, *tablets* e *notebooks* – leva múltiplos conteúdos às regiões mais remotas do nosso país. Por meio dessas telinhas nos informamos, nos emocionamos, nos conectamos com pessoas e assuntos e também agimos para a transformação social. O potencial educativo das múltiplas e diversas mídias, nesse contexto, precisa ser reconhecido, especialmente quando falamos da defesa e promoção dos direitos humanos das nossas crianças e adolescentes.

57. Doutoranda e mestre em Educação, atua em projetos voltados à promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes desde 2003.

Como trabalhar com o audiovisual em contextos educativos, entretanto, ainda é um grande desafio para os profissionais que atuam na educação formal ou não formal. Pensando em caminhos para superar esses entraves e promover o trabalho com o audiovisual, considerando a mobilização e o engajamento social em uma causa tão relevante como é o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, este capítulo apresenta algumas sugestões de atividades com os episódios das duas temporadas de *Que Corpo é Esse?* O material a seguir foi elaborado com o objetivo de orientar educadoras, educadores, facilitadoras e facilitadores de oficinas no uso dos conteúdos em audiovisual, tendo sempre como ponto de partida a escuta atenta e livre de preconceitos dos repertórios e vivências das e dos educandos e a motivação para a transformação da realidade local, movimentos característicos de um processo formativo dialógico e crítico. Como sugestões que são, as atividades podem ser alteradas e adaptadas à sua realidade, ao perfil do seu público e ao seu contexto.

As atividades também foram formuladas com o intuito de favorecer a integração dos grupos, possibilitando um ambiente acolhedor, um debate construtivo e a assimilação de conteúdos de maneira leve e didática, considerando os públicos-alvo de cada um dos episódios. Vale lembrar que as animações podem ser exibidas e trabalhadas independentemente da ordem dos episódios, e que cabe sempre ao mediador a definição de qual tema será abordado primeiro, de acordo com os objetivos da atividade proposta.

Uma metodologia dividida em etapas

Após a definição do tema, sugerimos que a mediação da atividade percorra algumas etapas. A primeira delas é o acolhimento do grupo participante, etapa que pode assumir a forma de dinâmica ou de roda de diálogo. Este é um momento precioso para levantar saberes prévios do grupo, problematizar noções preexistentes, e ainda ajustar as intervenções e abordagens que serão adotadas ao longo da oficina, de forma a dialogar com os repertórios partilhados.

Só então, após a sensibilização inicial e a expressão livre de opiniões e repertórios de cada uma e cada um dos participantes, chegará a hora de exibir o audiovisual. Ao adotar essa proposta metodológica, você notará um acúmulo de conhecimentos, informações e percepções mobilizadas pelos próprios participantes, conteúdos preciosos que podem (e devem) ser retomados durante a condução das etapas subsequentes da oficina. Para facilitar a retomada de ideias, é possível anotar palavras-chave e expressões que forem partilhadas ao longo do diálogo.

Logo após a audiência da animação selecionada, sugerimos que as pessoas participantes possam partilhar suas impressões e interpretações sobre os conteúdos assistidos. Para tanto, algumas perguntas podem funcionar como bons roteiros de mediação: *O que vocês viram? O que ouviram? O que sentiram?* São três questões-chave que orientam a organização das falas do grupo, direcionando a uma análise crítica e mais profunda do material exibido.

Vale sempre ressaltar que, ao participarem de um ambiente acolhedor para as mais diversas falas e expressões, os participantes estabelecem relações entre as ideias debatidas, ressignificam o que foi assistido, e reforçam o que é mais relevante entre os conteúdos apresentados, isto é, o que tem efetiva relação com suas respectivas realidades. Neste momento, também é essencial que a mediação fomente não apenas o interesse pela temática, mas que sensibilize o grupo para a autoproteção, caso a atividade seja desenvolvida com crianças e adolescentes.

Por fim, considerando os encaminhamentos finais do encontro formativo, sugerimos a realização de uma atividade complementar, ou seja, uma atividade com objetivo de sistematizar, organizar e, se possível, aprofundar os debates prévios. O encerramento desse arco pedagógico se dá com a socialização das aprendizagens proporcionadas pelo trabalho em grupo e uma avaliação do encontro, cabendo sempre à mediação incentivar a troca de experiências e saberes entre todos e todas participantes.

Todas essas etapas compõem um mosaico maior, uma estrutura que pode nortear o trabalho educativo com o audiovisual em diversos contextos. As sugestões de atividades que integram este capítulo seguem esse método de trabalho, composto por ações encadeadas com objetivos e etapas bem delimitadas, e pode ser mais facilmente visualizado na mandala a seguir:



Inspirado no texto "Proposta Pedagógica" do Caderno 1 do Kit Energia que transforma, produzido pelo Canal Futura em 2012.

Caso a oficina planejada tenha como público-alvo pessoas adultas (famílias e profissionais integrantes da rede de proteção ou outros serviços e equipamentos), é importante oportunizar momentos de reflexão sobre a complexidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, contemplando as diferentes bagagens culturais, emocionais e teóricas sobre o tema, a fim de firmar entre todas e todos os participantes a necessidade de um efetivo compromisso com a proteção da infância e adolescência, nos seguintes termos:

- Refletir com o grupo que a sexualidade não se restringe ao ato sexual em si ou aos órgãos genitais de cada um, mas que é mais complexa e que envolve sensações e sentimentos de diversas esferas da nossa vida, desde o nosso nascimento até a nossa morte;
- Ponderar junto ao grupo que falar em sexualidade humana ainda é, em muitos casos, considerado um tabu, mas que precisamos avançar nesse quesito para que nossas crianças e adolescentes possam se proteger e procurar ajuda caso sejam vítimas de alguma forma de violência;

- Esclarecer ao grupo a importância da autoproteção de crianças e adolescentes, sendo a educação sexual estratégia imprescindível para promoção de uma infância e adolescência livres de violência sexual;
- Promover uma reflexão crítica sobre os desafios para a proteção integral de crianças e adolescentes na sociedade digital.

Por fim, vale lembrar que é muito importante reforçar que a violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser denunciada, ainda que em caso de suspeita, e que todas e todos têm um papel primordial na promoção e defesa dos direitos humanos de meninos e meninas. O Disque 100, os conselhos tutelares, delegacias de polícia ou o 190, em caso de flagrante, são ferramentas disponíveis e que podem ser acessadas por todas e todos nós. Desejamos a você um excelente trabalho!

Mãos à obra!

As sugestões estão classificadas por faixa etária, conforme os seguintes ícones:

 **Para educadores / Rede de Proteção**

 **Para familiares**

 **Para crianças e/ou adolescentes**

 **Para adolescentes**

Você pode adaptar cada uma das atividades às faixas etárias e públicos diversos. A depender do espaço e estrutura que você pode usar para a realização da atividade, as etapas sugeridas podem ser ampliadas ou reduzidas.

TEMPORADA 1: SUGESTÕES DE ATIVIDADE

1. EU TENHO UM CORPO

Dinâmica: Que Corpo é Esse?

Para crianças e/ou adolescentes

Esta atividade tem o objetivo de promover uma reflexão inicial sobre a percepção corporal e sobre o que é o corpo. Além disso, possibilita a identificação do nível de conhecimento que as crianças têm sobre seus próprios corpos e a abordagem de alguns conceitos-chaves para autoproteção nesta faixa etária, como percepção corporal, privacidade e diferenças entre corpos.

Tempo estimado: 30 min.

Passo a passo:

1. Convidar as crianças para caminharem pelo espaço. Elas podem dançar, pular, correr (se o espaço permitir) e observar seus corpos em relação ao ambiente. Enquanto as crianças se movem, o mediador pode incentivar algumas reflexões: você é grande ou pequeno? E eu, sou grande ou sou pequeno? Você é maior ou menor que a cadeira (ou outro objeto disponível no ambiente)? Você é maior ou menor que esse giz de cera (ou outro objeto pequeno disponível no ambiente)?
2. Solicitar que as crianças observem seus próprios corpos enquanto se movem, estimulando-as a partir de comandos como: “agora todo mundo virou uma estátua!” ou “agora todo mundo deve sentar no chão com as mãos para cima!” e “agora todo mundo deve andar devagarinho”, a fim de que a criança perceba seu corpo em relação ao espaço que a cerca e aos corpos dos colegas.
3. Solicitar que as crianças observem os colegas, seus próprios corpos, e que nomeiem cada parte do corpo. Neste momento, se o mediador tiver alguma figura humana, em desenho ou um boneco, poderá usar o recurso para a mediação da atividade. Caso contrário, é possível pedir para que as crianças toquem suas cabeças, seus pés, seus braços, pernas e barriga.
4. Aprofundar a brincadeira a partir de novas perguntas: Nossos corpos são iguais? Nossos corpos são diferentes? Quais as diferenças entre nossos corpos? Meninos são diferentes de meninas? Identifique junto ao grupo as diferenças percebidas.
5. Exibir o episódio 1. Na sequência, perguntar às crianças: o que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo?
6. Aproximar o tema tratado da realidade do grupo. Neste momento, você pode perguntar: “Quem dá banho em você?”, “Quem pode cuidar da gente?” e também “Quem pode tocar no pipi ou na pepeca?” (ou outro nome de conhecimento das crianças participantes).
7. Encerrar a roda de conversa reforçando que o toque íntimo só deve ser realizado por um adulto com objetivo de cuidar ou limpar, e que se outra pessoa tocar no pipi, pepeca ou em outras partes que cause medo, dor ou tristeza, devemos sempre contar para a mamãe, papai ou outro adulto de confiança.

2. PRIVADO E PÚBLICO

Dinâmica: Desenhando a privacidade

Para crianças e/ou adolescentes

Esta atividade tem o objetivo de avançar no tema da percepção corporal e trabalhar os seguintes conceitos-chave: privacidade, a diferença entre toque prazeroso e invasivo, e segurança.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, lápis de cor, papel sulfite. Outros materiais disponíveis.

Tempo estimado: 40 min.

Passo a passo:

1. Convide o grupo para organizar um círculo e proponha uma conversa: “Nossos corpos são iguais? Nossos corpos são diferentes? Quais as diferenças entre nossos corpos? Meninos são diferentes de meninas?”
2. Estimule as crianças a perceberem as roupas que elas usam, identificando as diferenças entre os corpos. Auxilie a criança a identificar o nome das roupas que são usadas em cada parte dos seus corpos. Neste momento, algumas perguntas como “qual o nome da roupa que usamos para cobrir os pés?”; “nome da roupa que usamos para cobrir a barriga?” e “qual o nome que usamos para cobrir o pipi e a pepeca?” (ou outro nome que for de conhecimento das crianças) podem contribuir nesta construção.
3. Identificar junto ao grupo as diferenças percebidas e exibir, na sequência, o episódio 2.
4. Após a exibição do episódio, pergunte às crianças: “O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo? Podemos puxar as roupas dos nossos amigos? Onde devemos usar roupas e onde não precisamos usá-las? Podemos tocar nossos corpos?” Lembre-se de reforçar com as crianças que não se deve puxar as roupas dos colegas, nem se despir em lugares em que a criança não esteja em segurança. Tocar-se também é saudável e faz parte do desenvolvimento da criança, mas existem lugares adequados e cuidados de higiene para isso. Perguntar às crianças se elas sabem em quais lugares podem se tocar e andar sem roupas.
5. Pedir para que as crianças desenhem Dandara, indicando os lugares onde ela deve usar roupas e onde ela pode ficar à vontade.
6. Para encerrar a atividade, lembre-se de estimular as crianças e reflitam sobre os lugares onde elas podem tocar os próprios corpos, onde podem ficar sem roupas, e que devem pedir ajuda caso sintam medo ou tristeza diante alguma situação ou toque provocados por um adulto ou outra criança.
7. Por fim, uma exposição com os desenhos das crianças pode ser organizada.

3. É DE MENINO OU DE MENINA?

Dinâmica: Brincadeiras e brincantes

Para crianças e/ou adolescentes

Esta atividade propõe uma reflexão sobre estereótipos de gênero, além de permitir ao educador trabalhar temas voltados à identidade e à construção social do gênero, tendo como objetivo fomentar relações harmônicas e não-excludentes entre os integrantes do grupo.

Tempo estimado: 50 min.

Passo a passo:

1. Convide as crianças para uma brincadeira! Mas antes pergunte ao grupo: “O papai, a mamãe, a vovó ou a tia brincam com vocês? Quais as brincadeiras que vocês conhecem?”
2. Estimular as crianças a conhecerem outros tipos de brincadeiras: vale a pena fazer uma pesquisa na internet e levar imagens de brincadeiras antigas para que as crianças conheçam, como peteca, o jogo do pião, bolinha de gude e cabra-cega, por exemplo. Você também pode levar exemplos de brincadeiras regionais e brincadeiras africanas e afro-brasileiras⁵⁸.

3. Perguntar ao grupo: “Existe brincadeira de menino e brincadeira de menina? E cores de meninas e meninos?” Provoque as crianças a refletirem sobre o sentido do brincar e, na sequência, exiba o episódio 3.
4. Logo após a audiência, pergunte às crianças: “O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo? Quais as brincadeiras que aparecem no desenho? Por que a Milena não queria que a Dandara fosse um dinossauro? Meninas não podem ser heroínas? Meninos não podem cuidar da casa?”
5. Hora de brincar! Peça para as crianças escolherem duas brincadeiras antigas e que brinquem juntos, integrando meninos e meninas e promovendo um ambiente acolhedor e colaborativo entre todos.

58. <https://www.geledes.org.br/apostilas-jogos-e-brincadeiras-africanas-e-afro-brasileiras/>

4. O DIREITO DE DIZER NÃO

Dinâmica: Não é não!

Para crianças e/ou adolescentes

Essa atividade propõe uma reflexão sobre os limites do toque, estimulando as crianças a identificarem as diferenças entre um toque carinhoso e um toque abusivo. Também possibilita ao mediador trabalhar questões-chave como privacidade, toque abusivo e segurança.

Tempo estimado: 30 minutos

Passo a passo:

1. Convidar o grupo para uma roda de conversa, perguntando se gostam de carinho. Algumas perguntas podem contribuir na atividade: “Quem gosta de beijo? E quem gosta de abraço? Todo mundo pode nos abraçar e nos beijar?”
2. Para contribuir na conversa, combine com as crianças dois sinais: um sim com a cabeça (movimentos para frente e para trás) e um não com os dedinhos. Logo na sequência, dê exemplos: “A vovó pode nos beijar e abraçar? A mamãe e o papai podem nos abraçar e beijar? Quando podem e quando não podem? Uma pessoa desconhecida pode nos abraçar e beijar?” O mediador também pode citar outros exemplos e a cada resposta observe as respostas das crianças, identificando eventuais desconfortos.

3. Exibir o episódio 4 e abrir para a conversa: “O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo? O que devemos fazer quando não queremos ser abraçados ou beijados?”
4. Reforçar a importância de dizer não caso a criança se sinta desconfortável diante de alguma situação criada por um adulto, outra criança ou adolescente. Trabalhe com ela o conceito de adulto de confiança, aquele que possa ajudá-la caso uma situação de desconforto, como essa, aconteça: mamãe, papai, vovó e até mesmo a professora podem ser adultos referência para o pedido de ajuda. Deixe evidente que o adulto de confiança não precisa ser, necessariamente, os pais ou alguém que more na mesma casa.

5. O JEITO DE CADA UM

Dinâmica: Respeito é bom e... todo mundo gosta!

Para crianças e/ou adolescentes

Essa atividade propõe uma reflexão sobre o respeito, auxiliando crianças e adolescentes a identificarem as mudanças que ocorrem nessas fases da vida e a lidarem com elas de maneira empática e inclusiva. É ainda uma oportunidade para o mediador abordar temas como bullying, cultura de paz na escola e construção de ambientes colaborativos e inclusivos entre crianças e adolescentes.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, fita crepe para montar um mural, cartolina, papel sulfite e outros materiais disponíveis.

Tempo estimado: 40 minutos.

Passo a passo:

1. Convidar o grupo a formar um círculo e pedir para que fiquem alguns minutos em silêncio, respirando profundamente. Se os participantes se sentirem à vontade, podem fechar os olhos.
2. Na sequência, pergunte ao grupo: “O que é respeito para vocês?” É importante que o mediador incentive os participantes a expressarem o que entendem por respeito e que pactue com os participantes a importância do silêncio de todos enquanto alguém fala. O não julgamento e acolhimento são muito importantes neste momento.

3. Exibir o episódio 5. Na sequência, abrir um diálogo com os participantes sobre o que foi exibido: “O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo?”
4. Em pequenos grupos solicitar que os participantes elaborem dois cartazes com os seguintes temas: RESPEITO e DESRESPEITO. Na sequência, organize uma exposição do material produzido e peça para que todos circulem pelo ambiente, conhecendo as produções dos colegas.
5. Encerrar a atividade perguntando aos participantes como se sentiram lendo os cartazes dos colegas. É importante que o mediador auxilie o grupo a identificar as emoções decorrentes de situações de respeito e desrespeito, sinalizando que nos ambientes em que o respeito prevalece todos saem ganhando.

6. INTERNET E MÍDIA

Dinâmica: Eu me protejo na internet!

Para crianças e/ou adolescentes

Essa atividade tem por objetivo chamar a atenção de crianças e adolescentes para os perigos da internet, reforçando que no ambiente virtual nem tudo é o que parece. Também possibilita ao mediador trabalhar temas como privacidade e segurança na internet. Para complementar essa atividade, você pode consultar os textos relativos à segunda temporada, com foco exclusivo na proteção digital, contidos no capítulo 6 deste caderno.

Tempo estimado: 1 hora.

Passo a passo:

1. Convide o grupo a formar um círculo e pergunte aos alunos como eles fazem novos amigos. Identifique com o grupo os espaços de socialização por onde circulam, como grupos comunitários, religiosos, de recreação, esportivos, e quais os grupos virtuais dos quais participam. Pergunte aos participantes se já fizeram novos amigos pela internet, e deixe o espaço aberto para, se não houver constrangimento, indicarem se já se relacionaram amorosamente com alguém pela rede.
2. Na sequência, peça ao grupo para listar os aspectos positivos e negativos de se relacionar com alguém pela internet. O mediador pode tomar notas ou pode pedir para que os participantes anotem numa cartolina.

3. Exiba o episódio 6 e pergunte ao grupo: O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo?
4. Em pequenos grupos, peça aos estudantes para fazerem uma pesquisa sobre os termos que aparecem no vídeo: *grooming*, *sexting* e *nude*. Peça para que cada grupo também apresente formas de se proteger em cada um desses casos.
5. Encerre a atividade perguntando aos participantes como se sentiram conhecendo esses riscos, e quais precauções tomarão ao partilhar informações na internet. Reforce que sempre é necessário tomar cuidados no uso da internet e, caso seja possível, o mediador pode pedir para que os participantes conheçam sites de ajuda como a Helpline, da Safernet, e que manuseiem juntos, reforçando sempre que perfis suspeitos devem ser denunciados.

7. CORPO EM MUTAÇÃO

Dinâmica: A Caixa Mágica

Para crianças e/ou adolescentes

Essa atividade tem por objetivo abordar como adolescentes lidam com as mudanças que acontecem em seus corpos durante a puberdade. Também possibilita ao mediador trabalhar conceitos-chave como desenvolvimento do corpo, mudanças físicas e emocionais, desejo e afeto.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, uma caixa ou sacola, papel sulfite, canetas e lápis diversos e outros materiais disponíveis

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Convide o grupo para uma conversa sobre as mudanças que estão percebendo em seus corpos e emoções. Reforce que é uma conversa franca e que o ambiente é acolhedor, portanto, todas as dúvidas são bem-vindas. Para construir esse ambiente e oportunizar a participação de todos, o mediador apresenta a Caixa Mágica (uma caixa ou uma sacola) em que todos poderão colocar suas respostas para as seguintes perguntas: “Quais mudanças eu percebo no meu corpo e nas minhas emoções? Como eu tenho lidado com elas?”
2. Oportunize um ambiente em que os participantes possam escrever frases ou palavras-chave em privacidade. Na sequência, os participantes devem depositar suas anotações na Caixa Mágica.

3. Exiba o episódio 7, perguntando, na sequência, ao grupo: “O que vocês viram no desenho? Quem são os personagens que aparecem? O que eles estão fazendo? Será que as questões apresentadas pelos personagens são iguais às nossas?”
4. Em seguida, abra a caixa de perguntas e leia as questões junto com os participantes, propiciando um momento em que todos possam contribuir para as soluções das dúvidas apresentadas e para o acolhimento das questões levantadas.
5. Para finalizar a atividade é possível fazer uma rodada de falas livres em que todos possam compartilhar como se sentiram durante a atividade. Caso o mediador tenha contato frequente com o grupo, a caixa poderá ser sempre usada e aberta em momentos destinados às conversas sobre autoproteção.

8. EMPODERAMENTO DE MENINAS

Dinâmica: Meu corpo, minhas regras!

Para crianças e/ou adolescentes

Essa atividade tem por objetivo trabalhar temas como estereótipos de gênero, assédio e violência contra meninas. Também é uma boa oportunidade para os mediadores trabalharem temas transversais como cultura de paz nos ambientes educativos e machismo estrutural.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, fita crepe, papel pardo, cartolina, papel sulfite, papéis coloridos, retalhos, revistas e jornais para colagem e outros materiais disponíveis

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Convide os participantes para se organizarem em pequenos grupos. Cada grupo deve desenhar, em um papel pardo ou cartolina, a silhueta de uma pessoa em tamanho natural. Os participantes podem usar seus próprios corpos como molde para esta atividade. O grupo também deve escolher se o personagem será um menino ou menina e caracterizá-lo de acordo com os repertórios de masculino e feminino que possuem, no que diz respeito às roupas, acessórios, corte de cabelo, etc. Os participantes podem desenhar e fazer colagens, dando um nome ao personagem criado.
2. Logo na sequência, peça para que cada grupo apresente seu personagem. Coloque todos os personagens criados em uma parede ou espaço em que podem ser facilmente visualizados.

3. Peça para que se organizem em círculos e conversem sobre os personagens criados: “O que é ser menino pra vocês? E ser menina? Existe um jeito certo de ser menina ou menino? Quais as diferenças que vocês percebem?”
4. Exiba o episódio 8, realizando, na sequência um breve debate sobre o que foi assistido.
6. Oportunize um ambiente em que os participantes possam refletir criticamente sobre as representações que criaram anteriormente, ressignificando ou reforçando ideias construídas nos grupos. Lembre-se de reforçar com o grupo que a categoria gênero é uma construção social que atribui determinados papéis a meninos e meninas, deixando especialmente as meninas mais sujeitas a toda forma de assédio, abuso e violência sexual.
7. Para finalizar, organize uma rodada de falas livres em que todos possam partilhar como se sentiram, o que aprenderam, e se mudariam alguma coisa na representação de seus personagens.

1. MEU CORPO, MINHAS REGRAS

Dinâmica: Entendendo melhor os conceitos.

● Para adolescentes

Essa atividade tem por objetivo trabalhar temas como diversidade e orientação sexual, bem como consciência sobre o momento e condição adequada para o início da vida sexual. É ainda uma oportunidade para mediadores trabalharem temas como promoção da saúde e consciência corporal.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, fita crepe, papel pardo, cartolina, papel sulfite, papéis coloridos, revistas e jornais para colagem e outros materiais disponíveis.

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Convide os participantes a refletirem sobre a palavra sexualidade. Não é preciso partilhar o que pensaram a respeito. Em pequenos grupos, peça que construam um mural sobre os temas que relacionam à sexualidade. Disponibilize jornais e revistas, além de material de papelaria para a montagem dos murais.
2. Na sequência, peça aos participantes que socializem seus murais com os demais colegas. O mediador deve anotar as palavras-chave que aparecerem nas apresentações e sintetizar as discussões, retomando os temas trazidos pelo grupo.

3. Exiba o episódio 9 e pergunte ao grupo: “O que vocês viram no desenho? Quem são as personagens que aparecem? O que elas estão fazendo? O que mais chamou atenção?”
4. Abra a discussão perguntando quais temas apresentados no vídeo são semelhantes aos apresentados nos murais, e quais são diferentes. Algumas perguntas-chave podem contribuir nessa reflexão, tais como “sexualidade e sexo são as mesmas coisas?” e “quais cuidados devemos ter antes de termos a primeira relação sexual?”
5. Se possível, apresente métodos contraceptivos aos participantes, oportunizando momentos em que possam manuseá-los. O posto de saúde mais próximo pode contribuir nesta atividade.
6. Para finalizar a atividade, peça aos participantes que pesquisem o endereço do posto de saúde mais próximo de sua residência ou escola, para que saibam onde podem buscar orientações e preservativos. Encerre com uma roda de conversa sobre o debate realizado.

10. INTERNET

Dinâmica: #MANDANUDES, mas com cuidado

Para adolescentes

Esta atividade tem por objetivo trabalhar temas como proteção na internet, relacionamento interpessoal e violência de gênero. Para se preparar para essa atividade você pode consultar os textos dos capítulos 5 e 6.

Materiais necessários: Canetas coloridas e hidrocor, papel sulfite e outros materiais disponíveis

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Convide os participantes a caminharem pelo ambiente enquanto uma música toca ao fundo. Assim que o som for desligado, cada participante deve associar-se à pessoa mais próxima.
2. Peça aos participantes que fiquem frente a frente. Cada um deles assumirá o papel de retratista e retratado. Nos primeiros 10 minutos, solicite que um integrante da dupla faça uma pose na qual gostaria de ser retratado, enquanto o outro assumirá a função de retratista, desenhando o colega. Após a finalização do desenho, os papéis devem ser invertidos. Reforce com o grupo que o objetivo não é a qualidade estética do desenho, mas a representação respeitosa do colega.
3. Ao final, cada integrante receberá seu retrato e todos serão convidados a se sentarem em círculo. Abra uma discussão no coletivo a partir das seguintes questões-provocadoras: “Como foi ser retratado? Como vocês escolheram a pose que fizeram? Como foi retratar alguém? Qual a responsabilidade que temos com esses retratos?”
4. Exiba o episódio 10 e abra um debate com o grupo. Algumas questões podem ajudar a mobilizar esta conversa: “O que vocês viram no vídeo? Quem são as personagens que aparecem? O que elas estão fazendo? O que mais chamou a atenção? Qual a diferença entre um “retrato que desejamos mostrar” e um “retrato íntimo”?”
5. Oportunize um momento de reflexão sobre privacidade e segurança na internet. É interessante também pedir aos participantes para nomearem as emoções e consequências que podem aparecer após o vazamento de uma foto íntima.
6. Finalize a discussão solicitando que elaborem uma pesquisa na internet sobre casos reais de vazamento de nudes e que busquem informações sobre como devem se proteger. Socialize as aprendizagens e encerre a discussão reforçando a importância do autocuidado. Lembre-se de reforçar a importância de ferramentas como a Helpline, da Safernet, canal em que os adolescentes podem pedir ajuda e denunciar esses casos de violência.

11. AMORES E RELAÇÕES ABUSIVAS

Dinâmica: Amar é...

Para adolescentes

Essa atividade tem por objetivo trabalhar temas como prevenção da gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além de abordar questões como relacionamentos abusivos e saúde emocional. Também possibilita aos mediadores trabalharem temas como promoção da saúde e consciência corporal.

Materiais necessários: etiquetas coloridas

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Peça aos participantes que fiquem de pé, em círculo. Cada integrante deve receber diversos adesivos de uma mesma cor, que devem ser colados na sua blusa, de acordo com a seguinte legenda:
 - Branco = imune
 - Verde = protegido
 - Vermelho = ISTs (apenas dois participantes recebem a cor vermelha)
2. O significado das cores não deve ser revelado ao grupo. O mediador orienta que assim que a música começar a tocar todos podem se movimentar pelo ambiente, dançando com os colegas se quiserem. Toda vez que alguém se tocar, devem trocar adesivos.
3. Ao final da atividade, peça que o grupo identifique quais cores receberam. Explique o significado de cada uma delas e oportunize um momento para que reflitam sobre a dinâmica e as emoções que experimentaram.

4. Exiba o episódio 11. Na sequência, realize uma análise do que foi assistido.
5. Peça a todos que se sentem em círculo e indiquem os pontos mais importantes observados no vídeo. Em trios ou pequenos grupos, solicite que montem um mural a partir do tema “Amar é...”, orientando para que contemplem o que entenderam por relações saudáveis e promoção da saúde. Socialize as produções e encerre retomando a importância da proteção durante a relação sexual. Recorde aos adolescentes que o acesso a métodos contraceptivos na rede pública de saúde e a informações de qualidade é um direito.
6. Caso os participantes não saibam onde fica o posto de saúde, oportunize um trabalho de pesquisa para que localizem os serviços mais próximos das suas residências.

12. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

Dinâmica: Jogo da bola

Para adolescentes

Essa atividade tem por objetivo trabalhar temas como estereótipos de gênero, homofobia e violência.

Materiais necessários: uma bola (pode ser uma bola de papel), cartolina, papel pardo, canetas hidrocor

Tempo estimado: 1 hora

Passo a passo:

1. Peça aos participantes para ficarem de pé, formando um círculo. O mediador entrega uma bola (pode ser bola de papel) para um dos integrantes e pede para que complete a frase: “Ser homem é...”. Ao terminar a frase, a bola deve ser jogada para outro integrante, que completará a mesma frase, e assim sucessivamente.
2. Após a participação de todos, peça que completem a seguinte frase: “Ser mulher é...”. A bola deve ser passada com agilidade, para que não tenham tempo de reflexão e que as respostas sejam instantâneas.
3. Durante a realização da atividade, peça a ajuda de um voluntário, que deverá anotar numa cartolina ou lousa as palavras destacadas pelo grupo em duas colunas:

Ser homem é...	Ser mulher é...

4. Peça a todos que se sentem em círculo e observem o resultado da atividade. Algumas perguntas podem contribuir com a reflexão: “O que essas palavras nos dizem? Existe um único jeito de ser homem e um único jeito de ser mulher? Quais os outros jeitos que vocês conhecem?” Introduza o conceito de estereótipo de gênero.
5. Exiba o episódio 12 e, na sequência, abra o debate: “O que vocês viram no vídeo? Quem são as personagens que aparecem? O que elas estão fazendo? Quais estereótipos de gênero vocês perceberam no vídeo?”
6. Após a conversa, pedir para que pesquisem, em pequenos grupos, casos reais de violência de gênero. Essa pesquisa pode ser feita na internet ou em jornais e revista. Também é possível que o mediador selecione reportagens que retratem casos de violência de gênero e que promova uma análise sobre esses conteúdos.
7. Socialize as aprendizagens e encerre a discussão.

TEMPORADA 2: SUGESTÕES DE ATIVIDADE

1. SHARENTING

Dinâmica: Você se lembra?

- Para educadores / Redes de Proteção
- Para familiares
- Para adolescentes

Esta atividade tem como objetivo promover uma reflexão crítica e sensibilização sobre privacidade e proteção infantil no mundo digital. O roteiro pode ser adaptado e realizado com adolescentes, educadores, integrantes da rede de proteção e responsáveis por crianças e adolescentes.

Materiais necessários: tarjetas, canetas coloridas e hidrocor, fita crepe para montar um mural

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

1. Acolha o grupo e convide os participantes a caminharem no ambiente em que a atividade está sendo realizada. Enquanto o mediador coloca uma música tranquila de fundo, o grupo caminha lentamente, observando seus corpos, suas mãos, a pisada no chão, os sons que compõe a música e os elementos que estão no ambiente (se não houver música, o mediador pode solicitar que prestem atenção nos ruídos e sons que podem ser percebidos). O mediador avalia quantos minutos são necessários para que o grupo apure a percepção corporal e ambiental. O objetivo nesse momento é exercitar o foco e a percepção.

2. Logo em seguida, desligue o som e peça para que permaneçam nos locais onde estão e fechem os olhos por alguns minutos. O mediador deve conduzir esse momento com tranquilidade, pedindo que o grupo se sinta à vontade e tenha a certeza de que ninguém será exposto. Peça para que relembrem suas infâncias, seus familiares, seus amigos, os locais onde brincavam e os brinquedos de que mais gostavam. Outros elementos podem ajudar a compor essa paisagem: “Como era natureza do lugar onde você morava? Tem alguma comida de que você se lembre? Como era esse cheiro? E tem alguma bebida de que você se recorde? Qual era esse gosto? Você se lembra de alguma roupa de que você gostava?” Os participantes construirão essa memória em silêncio, sem narrar as lembranças.
3. Na sequência, o mediador pede para que abram os olhos e provoca o grupo: “É muito bom lembrar da nossa infância, não é? Mas no seu balaio de lembranças também há memórias que não são tão agradáveis. Nas nossas infâncias passamos por situações que nos causaram medo e também vergonha. Nesse momento o mediador pede para recordarem uma situação em que ficaram envergonhados, ou se sentiram deslocados e expostos. Ninguém precisa partilhar o episódio, ele deve apenas ser vagamente lembrado.
4. Lembre o grupo de que hoje, como adultos, nosso objetivo é proteger aquela criança que se sentiu vulnerável: em alguns momentos fomos nós mesmos. Em outros, foram nossos filhos, estudantes e atendidos.
5. Convide a todos para se sentarem em círculo e assistirem ao primeiro episódio da segunda temporada.
6. Após a audiência pergunte aos participantes: “O que vocês viram no episódio? Quem são as personagens? Como Ariel se sente sendo exposto na internet?” Abra o debate para que todos possam expressar suas percepções.
7. Provoque o grupo a pensar: Há diferenças entre a sua infância e a infância do Ariel? Como você se sentiria se, num momento de desconforto ou de intimidade, fosse exposto na internet? Quais os riscos tecnológicos que crianças e adolescentes correm?
8. Finalize a roda de conversa pedindo que os participantes pensem em como responder a essa pergunta: “O que podemos fazer para garantir a privacidade de nossas crianças e adolescentes na internet?” Peça que anotem as respostas em tarjetas.
9. Cada um socializa sua resposta e o mediador reúne as tarjetas em um mural, para que fiquem visíveis aos participantes.
10. Encerre o momento lembrando da importância de proteger a privacidade de crianças e adolescentes na internet e da responsabilidade dos adultos em promover uma infância e adolescência livres de violência.

A atividade pode ser adaptada para o público adolescente. Como a adolescência não é uma fase da vida tão distante da infância, o mediador pode solicitar que os participantes se recordem de uma situação embaraçosa e que conversem sobre como se sentiram.

2. USO CONSCIENTE E AUTONOMIA ON-LINE

Dinâmica: Muito, pouco ou suficiente?

 Para educadores / Redes de Proteção

 Para familiares

 Para adolescentes

Esta atividade tem como objetivo promover junto a um grupo de educadores, integrantes da rede de proteção e de responsáveis por crianças e adolescentes uma reflexão crítica e uma sensibilização sobre o uso consciente das tecnologias e autonomia de crianças e adolescentes no mundo digital.

Materiais necessários: papel sulfite, lápis de cor, canetinhas

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

1. Convide o grupo para uma roda de conversa. O mediador revela que, durante a atividade, vão conversar sobre o que é pouco, suficiente e muito para cada um deles. Claro que temos critérios muito subjetivos para definir cada uma dessas categorias, porém, vamos fazer um exercício:
2. Peça para que cada participante desenhe em uma folha de papel a quantidade de água que acreditam ser suficiente para beber durante um dia. Pode ser uma jarra, uma garrafa, um filtro, enfim. Enquanto os participantes desenhavam, coloque, se possível, alguma música de fundo. Esta etapa leva entre dois e três minutos.

3. Quando todos tiverem terminado, o mediador mostra as seguintes palavras, escritas em tarjetas (é possível apenas falar ou ainda mostrar imagens):

a. Um copo d'água

b. Uma gota de água

c. Mar

d. Rio

e. Bacia d'água

f. Balde d'água

g. Lagoa

h. Outras que o mediador desejar

- Após exibir cada uma dessas palavras, o mediador pergunta: "Isso é muita ou pouca água para você?" Amplie a discussão: "Essa reflexão se aplica a outras coisas da vida? Por exemplo: Comida? Canetas? Meias? E quando falamos de telas, como televisão, celular, etc.? E quando falamos do uso do WhatsApp e outras redes sociais, qual é o tempo suficiente?"
4. Facilite essa conversa lembrando que os critérios podem ser subjetivos e que, quando adultos, podemos adequar o que é pouco, muito ou suficiente para nós, de acordo com nossa autonomia. Mas, e quando se trata de crianças? E adolescentes?
 5. Exiba o episódio e, depois da audiência, provoque o grupo a refletir sobre o tempo que as crianças passam na internet. As crianças com as quais você convive passam muito ou pouco tempo na internet? Se houver educadores e representantes da rede de proteção participando do encontro, pergunte sobre o que eles observam nos seus locais de atuação. O que podemos fazer para controlar esse tempo e garantir o acesso a conteúdos adequados? Se o grupo for composto por adolescentes, problematize o tempo que passam on-line.

6. Peça aos participantes que se organizem em grupos de até 5 pessoas e debatam alternativas para controle de tempo e tipo de conteúdo que pode ser acessado por faixas etárias. Peça para que organizem a sua discussão na tabela abaixo.

Idade	Como controlar o tempo?	Como controlar o acesso a conteúdos não adequados?
0-8		
8-12		
12-16		

7. Estimule o grupo a pesquisar na internet aplicativos de controle e bloqueio que podem ser instalados nos aparelhos. Socialize as ideias e relembre a importância do controle do tempo e do controle do acesso a conteúdos adequados para cada faixa etária.

3. COMPARTILHAMENTO DE APARELHOS

Dinâmica: Que conteúdo é esse?

-  Para educadores / Rede de Proteção
-  Para familiares

Esta atividade tem como objetivo promover junto a um grupo de educadores, integrantes da rede de proteção e de responsáveis por crianças e adolescentes uma reflexão crítica e uma sensibilização sobre uso consciente e proteção de crianças e adolescentes no mundo digital, em especial no uso de aparelhos compartilhados.

Materiais necessários: Cartolinas ou papel pardo, revistas para recortar, jornais, imagens publicitárias, tesouras, colas

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

1. Acolha os participantes, garantindo a integração de todos. Como aquecimento, peça que os participantes caminhem pelo ambiente em silêncio, observando os objetos e pessoas presentes. Peça para caminharem observando as formas dos objetos, as cores e os tamanhos. O mesmo comando pode ser usado para a observação dos corpos presentes: somos iguais ou somos diferentes? Observem atentamente nossas diferenças e nossas semelhanças. Essa etapa da atividade tem duração de até 5 minutos.
2. Solicite que os participantes formem pequenos grupos, de até 5 pessoas. Distribua revistas, jornais e imagens variadas para os grupos.

3. O mediador pode iniciar a atividade retomando a observação realizada: “Como se sentiram observando os objetos e colegas? Como se sentiram sendo observados? Nossos corpos são iguais ou diferentes? Como nossos corpos são representados na publicidade, na arte e nas mídias?”
4. Abra para um rápido debate e, na sequência, peça para que os participantes localizem fotos e imagens de corpos humanos representados na publicidade. Os participantes devem montar um cartaz com as representações encontradas. O mediador pode enriquecer o debate mostrando quadros artísticos em que corpos humanos são representados.
5. Peça a todos que observem as imagens. Neste momento o mediador pode problematizar: “Imagens como essas estão disponíveis nos meios digitais? Esse material é adequado para crianças e adolescentes?” Neste momento não é necessário avançar na conversa, já que a animação vai trazer muitas questões para reflexão.
6. Convide os participantes para assistir ao episódio 3. Logo depois da audiência, pergunte aos participantes o que mais chamou sua atenção e quais os riscos do acesso de crianças e adolescentes a conteúdos inadequados para sua faixa etária.
7. Encerre o momento com uma pesquisa sobre formas de bloquear conteúdos e aparelhos. Se houver acesso à internet, o grupo pode pesquisar ações de controle e bloqueio de acesso a conteúdos.
8. Socialize as aprendizagens e encerre a atividade.

4. SAÚDE EMOCIONAL ON-LINE E AUTOFLAGELO

Dinâmica: Internet segura para todos!

Para crianças e adolescentes - 8+

Esta atividade tem o objetivo de promover junto a crianças e adolescentes uma reflexão crítica sobre o cyberbullying e sobre a promoção da saúde emocional na internet.

Materiais necessários: papel sulfite, lápis e giz de cera, cartolina ou papel pardo

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

1. Como aquecimento para o grupo, promova um jogo teatral de observação: inicie a atividade solicitando que todos fiquem de pé, formando um círculo. O mediador realiza uma acolhida, indicando que aquele é um espaço seguro e respeitoso, e que ninguém será exposto ou julgado. Todos podem sentir-se em segurança e acolhidos.
2. Firme com o grupo um pacto de conduta, garantindo que todos se comprometam com um clima respeitoso e inclusivo, em que ninguém se sinta exposto. Na sequência, peça que formem duplas, com o colega ao lado. Cada par deve posicionar-se um de frente para o outro e observar-se cuidadosamente. O mediador deve solicitar que observem o cabelo, os acessórios, as roupas dos participantes. Depois de um ou dois minutos de observação, solicite à dupla que vire de costas um para o outro.

3. Solicite que os participantes façam alterações em si mesmos: pode ser tirar um brinco, desamarrar um calçado, mudar o cabelo de lado, colocar um colar dentro da blusa, etc. Todos são livres para criar! Na volta, a dupla precisa adivinhar o que mudou.
4. O mediador pede para que se sentem em círculo e faz algumas perguntas disparadoras para um rápido debate: “Como vocês se sentiram na brincadeira? Foi desconfortável ter alguém observando você e prestando atenção aos detalhes? E se em vez de um colega, vocês fossem observados por mil pessoas? Como se sentiriam? Isso acontece na internet?” É o momento adequado para o mediador levantar com o grupo situações de que tenham conhecimento ou, se houver um ambiente seguro, situações de cyberbullying que algum integrante tenha sofrido.
5. Convide a assistirem ao episódio 4. Depois da audiência, o mediador pode perguntar para o grupo: “O que viram? O que sentiram? Conhecem algum caso parecido?” Depois de um breve debate, o mediador deve orientar o grupo a pensar em uma internet segura para todos!
6. Peça para que se dividam em pequenos grupos. O grupo deve desenhar um personagem, como se fosse uma postagem em rede social, e descrevê-la reforçando suas qualidades positivas.
7. Para finalizar, o mediador pode criar com o grupo uma lista de contatos de onde podem pedir ajuda, caso sintam necessidade de conversar. É interessante fazer isso de forma colaborativa, perguntando sobre pessoas ou instituições que são da confiança dos participantes e que podem ser acionadas em caso de necessidade. Montar um cartaz e apresentar, inclusive, serviços de apoio.
8. Finalizar a atividade.

5. MODELO DE MASCULINIDADE TÓXICA

Dinâmica: Nem de menino, nem de menina. De todos nós!

Para crianças e adolescentes - 8+

Esta atividade tem o objetivo de promover uma reflexão crítica e uma sensibilização junto aos participantes sobre papéis e modelos de masculinidade.

Material necessário: tarjetas com as perguntas disparadoras que serão usadas no passo n. 7. Seria ideal que esse material estivesse pronto antes da atividade.

Tempo estimado: 30 minutos

Passo a passo:

1. Como aquecimento para o grupo, promova um jogo teatral. Peça aos participantes que formem um círculo, de pé. Todos devem permanecer em silêncio e devem buscar uma expressão corporal para comandos do mediador. Exemplo: “Sou muito amado!” Os participantes buscam uma expressão com seus corpos que pode remeter a carinho, a um abraço, etc. Todos são livres para criar!
2. O mediador encaminha os seguintes comandos: “Sou muito amado!”, “Ninguém me ama!”, “Sou muito popular!”, “Sou muito tímido!”, “Sou muito tagarela”, “Sou o melhor jogador de futebol da minha rua!”, “Sou o melhor bailarino da minha cidade!”, “Sou muito bom na cozinha”, “Sou muito bom nos estudos”, “Sou a melhor bordadeira do mundo!”

3. Logo depois, avalie com o grupo as impressões durante o jogo: “Como se sentiram? Todos se sentiram à vontade para representar com seus corpos todos os papéis?” Este é um momento importante para identificar com os participantes como percebem os papéis de gênero. Para aquecer a discussão, o mediador pode perguntar: “Tem coisas de menino e coisas de menina? Já ouviram falar que homem não chora? Quais outros ditados vocês conhecem?”
4. Antes de convidar para a audiência do vídeo, peça que todos reflitam sobre esses ditados: “Quais os problemas de repetirmos, sem criticidade, esses ditados? Existe um modelo de homem mais comum?” São perguntas disparadoras que podem ajudar na reflexão.
5. Convide o grupo para a audiência do episódio 5.
6. Logo depois da audiência, promova uma roda de conversa e problematização do que foi assistido: “Quem são as personagens? O que está acontecendo? Quais os perigos que aparecem na animação? Por que será que isso acontece mais com os meninos?”
7. Logo na sequência, o mediador pode problematizar a discussão apresentando ao grupo algumas perguntas-chave. Elas podem ser distribuídas aleatoriamente ao grupo.

Quem pode expressar seus sentimentos?

Quem pode aprender a dançar?

Quem pode brincar com bonecas?

E com carrinhos?

Quem pode aprender a jogar futebol?

Quem pode ser fera no videogame?

Quem deve proteger a si mesmo?

8. Encerre pedindo que todos comentem as perguntas disparadoras, mediando a situação para que os participantes compreendam que existem modelos de masculinidade que são tóxicos e violentos.
9. Na despedida, o mediador pode pedir que cada participante resuma sua vivência em uma palavra ou pode promover uma roda para que todos possam movimentar seus corpos, dançando.

Esta atividade pode ser adaptada a depender da faixa etária dos participantes. Ela também pode ser realizada com adultos, sofrendo alguns ajustes.

6. ALICIAMENTO DE CRIANÇAS E AUTOPROTEÇÃO

Dinâmica: Não é o que parece!

Para educadores / Rede de Proteção

Para familiares

Para crianças e adolescentes - 8+

Objetivo: Esta atividade tem o objetivo de promover uma sensibilização junto aos participantes sobre os riscos de aliciamento nas redes e a importância da proteção nesses espaços.

[Palavras chave: aliciamento, proteção infantil]

Tempo estimado: 40 minutos

Material necessário: Fotos de objetos curiosos e que caíram em desuso. Exemplos:

a) Gramofone:

b) Escafandro

c) Fax



Passo a passo:

1. Como aquecimento para o grupo, promova uma dinâmica de atenção e foco. Peça aos participantes que fechem os olhos e prestem atenção ao ambiente. Peça para que prestem atenção em todos os sons que podem identificar, os que estão perto e os que estão longe.

2. Depois de alguns minutos peça que retomem a atenção. “Conseguiram ouvir muitos sons? Teve algum som inesperado?” Relembrar ao grupo que quando ficamos em silêncio e fechamos os olhos, apuramos o sentido da audição. Indique que a próxima atividade vai demandar muita atenção e que nem tudo o que parece, é.
3. Peça ao grupo que se divida em até 5 participantes. Cada subgrupo vai receber uma imagem de objeto. O grupo deve conversar e imaginar eu objeto é esse, como ele era usado quando foi inventado, e como era o mundo quando aquele objeto era utilizado. Peça para que cada grupo apresente suas impressões.
4. Problematicize a atividade, discutindo com o grupo o que os objetos aparentam ser e o quem eles realmente são. Para avançar nessas reflexões, pergunte ao grupo se na internet essa distinção entre ser e parecer ser é maior. Se sim, há algum risco que eles conseguem perceber?
5. Convide a assistirem ao episódio 6. Depois da audiência, pergunte ao grupo: “O que viram no episódio? Quais as personagens que aparecem e o que acontece na trama? A personagem central está exposta a alguma situação de risco? Qual?”
6. Aprofunde o debate lembrando que na internet nem todo mundo que aparenta ser alguma coisa realmente é. Há inúmeros casos de pessoas que se passam por outras e que usam esse espaço para aliciar crianças e adolescentes. Portanto, é importante que todos tenham cuidado e que saibam se proteger no ambiente virtual.

- Peça para que, novamente em grupos, os participantes listem formas de se proteger na internet e, na sequência, peça para que socializem as ideias com todos.
- Para finalizar, o mediador pode criar uma lista de contatos de onde podem pedir ajuda caso sintam necessidade de conversar. É interessante fazer isso de forma colaborativa, perguntando sobre pessoas ou instituições que são da confiança dos participantes e que podem ser acionadas em caso de necessidade. Monte um cartaz para apresentar os serviços de apoio.

7. REPUTAÇÃO DIGITAL E IDEIAÇÃO SUICIDA

Dinâmica: Criando um ambiente seguro na internet.

-  **Para educadores / Rede de Proteção**
-  **Para familiares**
-  **Para adolescentes - 12+**

Esta atividade tem o objetivo de promover uma reflexão crítica e uma sensibilização junto aos participantes sobre a cultura do cancelamento e sobre linchamento digital.

Material necessário: papel sulfite, lápis e giz de cera, canetinhas, caneta hidrocor, cola, tesoura, revistas e jornais para recortar, cartolina ou papel pardo

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

- Como aquecimento para o grupo, promova um jogo teatral, comunicando-se com as mãos! Peça a todos que fiquem de pé, formando um círculo, e que lembrem de um sentimento que viveram durante aquele dia: sentiram alegria? Tristeza? Medo? Peça para que identifiquem algum sentimento que tenham experimentado.
- A missão é que comuniquem esse sentimento usando apenas as mãos! Os participantes não podem usar expressões faciais nem outras partes do corpo, mas são livres para usarem as mãos e contarem dos sentimentos que experimentaram durante o dia.

3. Avaliar a atividade perguntando ao grupo: “Foi difícil ou foi fácil se comunicar usando as mãos? Vocês conseguiram se expressar bem? Conseguiram identificar os sentimentos dos colegas? As nossas mãos comunicam nossos sentimentos, nossa idade, nosso gênero? Por que é mais fácil para algumas pessoas se expressarem e, para outras, é mais difícil? O que pode acontecer quando a gente tenta comunicar alguma ideia, mas ela não é entendida ou não é bem aceita?”
4. Nesse momento o mediador pode aprofundar o debate perguntando se o grupo já ouviu falar em “cultura do cancelamento”. É um momento precioso para mapear o nível de conhecimento sobre o tema. Também é importante criar um momento de troca em que os participantes possam compartilhar suas experiências: conhecem alguém que já foi cancelado? Isso já aconteceu com algum de vocês?
5. Convide a todos para assistir ao episódio 7. Logo depois da audiência, promova um momento de reflexão junto ao grupo, conversando sobre o que foi assistido: “Quais são os personagens? O que aconteceu? O que elas dizem? Como elas se sentem?”
6. O mediador pode avançar no debate, trazendo para leitura e debate em pequenos subgrupos algumas reportagens jornalísticas com o tema do linchamento virtual, atividade que pode ser finalizada com um debate aberto na plenária.
7. Para encerrar a atividade, peça aos participantes para elaborarem um mural coletivo, com ideias para a construção de um ambiente seguro e inclusivo na internet. Peça ainda para que, em círculo, cada participante possa compartilhar uma palavra que traduza sua aprendizagem.

8. LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES ON-LINE E POTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO DIGITAL

Dinâmica: Combatendo a desinformação.

 **Para educadores / Rede de Proteção**

 **Para familiares**

 **Para adolescentes – 12+**

Esta atividade tem o objetivo de promover uma sensibilização junto aos participantes sobre a circulação de fakenews e sobre formas de combater a desinformação.

Material necessário: papel sulfite, lápis e giz de cera, canetinhas, caneta hidrocor, cola, tesoura, revistas e jornais para recortar, cartolina ou papel pardo

Tempo estimado: 40 minutos

Passo a passo:

1. Iniciar o encontro acolhendo os participantes. Para aquecer a discussão, peça para que todos fiquem de pé e que formem um círculo. O jogo teatral proposto se chama “Quem começou o movimento?”, e é interessante para aguçar atenção e foco. Peça para quem alguém se voluntarie a ser o observador. O voluntário deverá sair do ambiente por alguns minutos.
2. Definir com o grupo mais um voluntário que deverá iniciar o movimento. Esse líder deverá criar pequenos movimentos como bater palmas, balançar um ombro, mover um dos pés, etc. Todos devem copiar o movimento iniciado pelo líder, mas o desafio está em tornar o movimento contínuo, sem que o observador descubra quem iniciou o movimento. Depois de fazer os combinados, peça para que o observador retorne e inicie o jogo.

3. Quando perceber que o grupo está aquecido, finalize a atividade promovendo uma breve reflexão: “Foi difícil descobrir quem estava iniciando o movimento? Como foi para o observador perceber que todos copiavam um movimento sem saber quem o havia iniciado? Como foi para os integrantes copiar o movimento? Qual a sensação de criar um movimento e perceber que todos estão copiando?”
4. Peça a todos que se acomodem e apresente o tema do dia: muitas vezes “copiamos os movimentos” sem saber, ao certo, de onde eles vêm. Por vezes pode ser muito difícil identificar a sua origem. Aproxime a vivência com a circulação de fakenews, perguntando se sabem o que o termo significa. É um momento importante para levantar as informações que o grupo já domina sobre o assunto e para nortear a discussão.
5. Convide para a audiência do episódio 8. Na sequência, o mediador pode retomar o debate iniciado anteriormente: “O que os participantes viram no episódio? Qual o problema apresentado? Quais os riscos mencionados? Vocês já receberam alguma fakenews? Já pensaram nas consequências de passar uma adiante?”
6. Apresentas formas de checagem e fale sobre os riscos da desinformação.
7. Depois do debate, solicite que o grupo se organize em pequenos subgrupos. Cada subgrupo deve elaborar um pequeno guia de combate a fakenews. O formato pode ser de um manifesto, um guia com dicas, um cartaz ou outra forma que os grupos escolherem.
8. Socialize as aprendizagens e encerre o encontro.

9. RELACIONAMENTO ON-LINE

Dinâmica: Relacionamentos seguros na internet

-  Para educadores / Rede de Proteção
-  Para familiares
-  Para adolescentes - 14+

Esta atividade tem o objetivo de promover uma reflexão crítica e uma sensibilização junto aos participantes sobre relacionamentos na internet e formas de proteção.

Tempo estimado: 30 minutos

Passo a passo:

1. Para iniciar a atividade, convide o grupo para participar do “Jogo da Confiança”. Peça ao grupo que se divida em subgrupos, com até 5 participantes. Todos devem estar de pé, e o ambiente deve estar livre. Enquanto os participantes se organizam, coloque alguma música de fundo.
2. Cada subgrupo deve se organizar em pequenos círculos. No centro, um integrante inicia a jornada, movimentando seu corpo conforme a música. Os demais integrantes se posicionam com as mãos dadas, de forma a proteger o integrante que está no centro.
3. Conforme a atividade avança, estimule a confiança e segurança entre os participantes: quem está no centro pode fechar os olhos, pender o corpo, movimentar-se mais livremente. Os participantes do círculo precisam protegê-lo. Peça que troquem de papéis, até que todos tenham vivenciado todas as situações.

4. Abra o círculo para o debate, perguntando como os participantes se sentiram: “Foi difícil confiar? O que aconteceria se seus colegas não te segurassem? É possível usarmos essa conversa para pensar nossa vida digital? Vocês se sentem seguros na internet? Dá para confiar sem ressalvas em quem está do outro lado da telinha?”
5. Convide a todos para assistirem ao episódio 9. Logo após a audiência, abra a roda para o debate: “O que vocês viram? Quais são os problemas que as personagens contam? Quais as medidas de proteção que as personagens adotam?”
6. Encerre o dia pedindo ao grupo que relembre as medidas de proteção mencionadas na animação e para que partilhem na plenária os aprendizados da atividade.

Importante!

Durante a realização de atividades sobre essas temáticas é possível que alguma criança ou adolescente se sinta confortável para relatar algum tipo de violência sofrida. Caso isso aconteça, é importante tomar alguns cuidados:

- Ouça atentamente, de forma atenciosa, e reforce que ele ou ela não tem culpa da violência sofrida.
- Registre o relato e informe exatamente como você poderá ajudá-lo, explicando os próximos passos, de forma simples.
- Nunca faça perguntas pedindo detalhes.
- Proteja a identidade da vítima, mantenha sigilo, e só comente o caso com a autoridade que deverá encaminhar a denúncia (direção da escola ou da instituição em que a atividade foi realizada).

- Se a vítima for uma criança, evite abraçar ou pegar no colo, ou mesmo diga frases de conforto como “Não foi nada sério”.
- Não faça promessas que não possam ser cumpridas (como “Tudo vai ficar bem”).
- Não interrompa o relato livre da criança, e nunca coloque opiniões pessoais no registro.
- Elabore o relatório com as informações recebidas e deixe que as autoridades competentes investiguem a denúncia.

É importante que toda a comunidade escolar ou da instituição reconheça a gravidade desses crimes, esteja preparada para falar de forma adequada com vítimas e testemunhas, conheça os serviços de proteção, e assuma sua responsabilidade no encaminhamento dos casos para os órgãos competentes.

